

Aprovado em
14.3.2016

Haroldo de Faria
Carmo



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2015



ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

➤ 1. Mensagem do Conselho de Administração	4
➤ 2. Reestruturação Integração Novas Competências	10
➤ 3. Cumprimento das Obrigações Legais	15
• Proposta de Aplicação de Resultados	38
➤ 4. Balanço e Demonstração dos Resultados	40
➤ 5. <i>Performance</i> da Docapesca	102
➤ 6. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



1.
MENSAGEM DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Docapesca na qualidade de empresa do Setor Público Empresarial, criada pelo Decreto-lei n.º 107/90, de 27 de março, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, além da sua missão principal de serviço público de primeira venda de pescado, foi incumbida pelo Governo de promover o mar e os produtos da pesca como vetor de desenvolvimento da economia portuguesa.

Pelas suas características, a Docapesca está territorialmente dispersa por Portugal Continental e revê-se na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, onde o modelo de desenvolvimento reforça a necessidade de "...uma reestruturação e reordenamento dos portos de pesca e varadouros à escala nacional. Esta tarefa implica um estudo socioeconómico detalhado das comunidades ribeirinhas que lhes estão associadas, das cadeias de valor por eles gerados, da suficiência das infraestruturas de apoio, da sua manutenção e das condições naturais neles existentes, numa ótica de custo-benefício. O reordenamento deste setor deverá ser articulado com o setor dos portos e marinas de recreio, tendo em vista a criação de sinergias e simultaneamente a mitigação de potenciais conflitos no uso do espaço litoral nacional."

Foi com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, que a Docapesca – Portos e Lotas, SA, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir do passado dia 4 de fevereiro de 2014, através do Decreto- Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a administração destas infraestruturas portuárias com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca, nas marinas e portos de recreio, que se encontravam sob sua jurisdição, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

Neste contexto, conscientes dos desafios do futuro próximo, centrados na reorganização institucional das políticas nacionais para o Mar, e da melhoria da eficiência e gestão dos portos de pesca e das marinas de recreio, a Empresa tem procurado ser parceira ativa no Setor da Pesca, reformulando a sua missão, designadamente através da alteração do objeto dos seus Estatutos, entre outros aspectos.

Tal como foi relatado no ano de 2014, o ano de 2015 também se revelou extremamente exigente, obrigando a necessária reorganização da Empresa para atender aos novos desafios colocados pela transferência de competências do IPTM no que respeita à jurisdição dos portos de pesca e marinas de recreio, ficando nessas áreas incumbida das funções de autoridade portuária, para além da atividade de lotas e vendagem da Docapesca na prestação do serviço de primeira venda de pescado em lota.

No âmbito do processo de reestruturação, a Docapesca, sem prejuízo das sinergias alcançadas com a integração, relata a evolução da sua atividade ao longo do ano de 2015, distinguindo a atividade de lotas e vendagem da resultante das novas competências incorporadas, ressaltando-se que este foi um ano de consolidação do rumo traçado para a Empresa.

ATIVIDADE DE LOTAS E VENDAGEM

Manteve-se a metodologia de análise e controlo dos riscos sanitários associados a produtos alimentares (*Hazard Analysis of Critical Control Points* – HACCP), continuando a ser um objetivo decisivo para a Docapesca o domínio da qualidade do pescado que sai das lotas do continente, contribuindo também assim para a sua valorização, a par das intervenções significativas realizadas nas lotas com vista à sua requalificação e cumprimento das medidas de Higiene e Segurança Alimentar. Sujeitas a vistorias regulares, manteve-se o número de 22 lotas com Número de Controlo Veterinário.

No âmbito do projeto do CCL (Comprovativo de Compra em Lota) prosseguiram e foram alargadas as ações com vista à captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado, bem como foi intensificado o relacionamento com as grandes superfícies enquanto potenciais escoadoras de quantidades significativas de pescado, através de ações de informação e formação dos técnicos das Lojas/peixarias desses espaços comerciais.

Foi dada continuidade às campanhas de valorização de pescado com menor valor comercial (cavala, polvo e carapau) como forma de apoiar as campanhas de consumo de pescado, sempre em articulação com os Municípios e Escolas de Hotelaria e Turismo, apostando na divulgação de novos métodos de consumo, passando a mensagem da gestão sustentável dos recursos nacionais

Na sequência do trabalho elaborado pela Universidade Católica Portuguesa em 2014 - Estudo diagnóstico efetuado às taxas de 1.ª venda de pescado - trabalho que teve em conta as especificidades aplicáveis às Organizações de Produtores e a clientes estratégicos para o negócio do pescado e das conservas, foi desenvolvida em 2015, pela mesma entidade, uma Análise de sensibilidade às taxas de primeira venda de pescado e respetivo impacto no desempenho económico da Docapesca.

Ao nível interno, com base numa mais eficiente gestão do risco, a Docapesca tem vindo a implementar novos controlos internos, reforçando-se a atividade da Auditoria Interna e criando o Departamento de Controlo Orçamental e Avaliação de Risco.

A aprovação do Manual de Procedimentos foi um passo importante para a identificação dos riscos e do controlo que lhes deve estar associado. Este instrumento, aprovado em dezembro de 2013, é essencial para melhorar a eficiência e a eficácia da organização, e é regularmente corrigido e atualizado.

Prosseguiram-se os princípios da manutenção de regras de controlo e redução de custos, continuando-se os trabalhos de monitorização e de supervisão. Estes processos têm vindo a ser acompanhados pela implementação de novas estratégias de intervenção, de novos sistemas organizacionais, redução de efetivos e identificação dos investimentos necessários face ao projeto definido.

Mantém-se presente a articulação com todas as Autarquias, onde existem Lotas e Postos de Venda, com as Organizações de Produtores, com as Associações de Armadores, com o setor da comercialização e as suas instituições representativas, com os Sindicatos e com as diferentes entidades públicas com competências em matéria de pesca e aquicultura.

Foram intensificadas as ações de proximidade com as pequenas comunidades locais da pesca, quase sempre associadas aos Grupos de Ação Costeira, apoiando o desenvolvimento de Circuitos Curtos de Comercialização, sempre com base nas capturas locais e transacionadas em Lota – caso da Azenha do Mar – Projecto do Cabaz do Mar, de Sesimbra e da Fuzeta.

O registo estatístico de todo o pescado transacionado, além da obrigação legal nacional e comunitária, é um elemento essencial para a definição das políticas, a nível nacional e europeu, e uma ferramenta incontornável para a gestão da Empresa.

Também os setores da produção e comercialização beneficiam da informação produzida, em contínuo aperfeiçoamento com a divulgação regular dos preços médios de venda em lota das principais espécies, através do Observatório Semanal.

Foi encerrado o conjunto de investimentos apoiado pelos fundos do PROMAR e que correspondem à melhoria das condições higio-sanitárias das lotas.

NOVAS COMPETÊNCIAS

Com a entrada em vigor do DL n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, a Docapesca, Portos e Lotas viu a sua área de jurisdição significativamente alargada e com novas competências de Autoridade Portuária a exercer sobre os Portos de Pesca e Marinas, Docas de Recreio e Estaleiros de Reparação Naval. Após uma primeira avaliação, foi decidido apostar prioritariamente na melhoria da qualidade dos espaços/áreas quer do ponto de vista da limpeza e higiene quer da segurança de pessoas e bens que utilizam esses mesmos espaços e infraestruturas, implementando medidas como a contratação de serviços que garantam esses objetivos e intervenções nas infraestruturas (cais, plataformas, etc) que melhorem as condições de segurança na atividade da pesca e recreio.

Durante o ano de 2015 foram avaliadas áreas passíveis de gestão participada pelos municípios e outras entidades, tendo sido celebrados acordos de gestão com as autarquias de Póvoa de Varzim, Lagos, e Olhão para as respetivas áreas ribeirinhas.

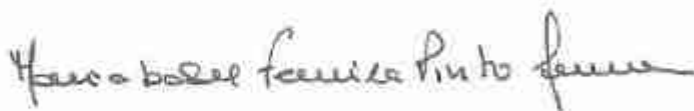
Por outro lado, foi iniciada uma avaliação das potencialidades dos espaços para a captação de atividades conexas com a pesca, náutica de recreio e estaleiros navais, bem como às novas atividades como aquacultura offshore e transformação/acondicionamento de pescado, por forma a rentabilizar os mesmos. Neste âmbito, através de um Protocolo assinado com a Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, foi elaborado um "Estudo sobre o Impacto Económico e Turístico de Cenários de Desenvolvimento da Náutica de Recreio nas Marinas e Portos de Recreio na área de jurisdição da Docapesca", que contribuiu para uma visão integrada das potencialidades existentes e identificação da estratégia de investimentos necessários para concretizar tal objetivo.

As demonstrações financeiras de 2015 não são comparáveis com as dos anos transatos na medida em que registam a totalidade do ano da actividade dos portos de pesca e da náutica de recreio, transferida para a empresa por incorporação de parte do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM).

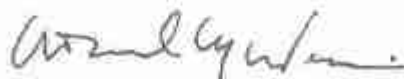
Na sua globalidade, a Docapesca encerrou o exercício com um resultado líquido de 1.811.919,82 Euros, consolidando o seu capital próprio positivo e superior ao capital social realizado (13.049.018,46 Euros).

Finalmente, uma palavra a todos os trabalhadores da Empresa, louvando o seu profissionalismo e empenho e reconhecendo o seu potencial de valor incontornável a valorizar, cada vez mais, para a missão da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra
(Vogal)



Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira
(Vogal)

PERSPETIVAS

No Relatório e Contas de 2015 estão em evidência as iniciativas que consubstanciam o percurso consistente de transformação do modelo de gestão da Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Em 2016, a empresa continuará a sua aposta na realização de iniciativas inovadoras, sustentáveis nas dimensões económica, social e ambiental, de melhoria da qualidade e segurança alimentar e de cooperação com o Setor, contribuindo para o seu crescimento e garantia da excelência.

A empresa prosseguirá os seus objetivos no domínio da responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, a promoção da igualdade e da não discriminação e a prevenção da corrupção.

O ano de 2016 será o segundo ano completo com uma perspetiva consolidada das atividades a desenvolver pela Docapesca na sequência da integração das atividades de administração de portos de pesca e marinas de recreio, sendo então possível a comparação anual.

É nossa convicção que, a manter-se o atual quadro de receitas, e assegurando uma gestão integrada do porto de pesca, lotas e serviços conexos, está assegurada a sustentabilidade económico-financeira no curto e médio prazo e que a gestão da empresa será norteadada de forma a garantir a sua continuidade, com resultados líquidos anuais positivos e capitais próprios positivos.

A valorização do produto da pesca, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa, a intervenção na conservação e manutenção das infraestruturas, a rentabilização das áreas de negócio e as medidas de segurança e qualidade alimentar são iniciativas que terão continuidade no ano de 2016.

A Docapesca dará também continuidade ao conjunto de atividades já iniciadas nos anos anteriores com resultados positivos. Merecem especial enfoque a subconcessão de postos de vendagem ou lotas a Associações, Organizações de Produtores ou privados, sempre que tal se revele mais vantajoso em termos operacionais e sociais para empresa e para o setor, saída progressiva de áreas de negócio de risco elevado e com melhores performances se geridas por privados, incremento do sistema de primeira venda, através de projetos piloto baseados na proximidade (circuitos comerciais curtos) e alteração dos mecanismos do leilão e consolidação do papel que a empresa tem vindo a desempenhar na internacionalização do setor das pescas.

Quanto às novas áreas - marinas/docas de recreio e estaleiros navais, a Docapesca manterá o trabalho de aproximação e de reconhecimento das principais empresas/associações sectoriais, para promover estas atividades em "Fora"/Feiras internacionais e nacionais, potenciando as áreas existentes na sua nova jurisdição.



2.
**REESTRUTURAÇÃO
INTEGRAÇÃO NOVAS
COMPETÊNCIAS**

REESTRUTURAÇÃO

Conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, os portos de pesca e as marinas de recreio que integravam a jurisdição do IPTM deveriam ser objecto de externalização e posteriormente incorporados na Docapesca, Portos e Lotas S.A.

A incorporação foi consubstanciada através do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, que determinou a afetação dos bens do domínio público e privado do Estado à Docapesca, assim como as atividades desenvolvidas nas áreas de jurisdição, que estão identificadas no artigo 6.º do referido Decreto-Lei, constituindo estas os terrenos e massas de água delimitados pelos contornos e linhas definidos nas plantas constantes do anexo àquele diploma.

O processo supra descrito corresponde a uma parte de um processo mais vasto que se pode definir como uma cisão das competências, atividades e bens dominiais do IPTM, IP, culminando na incorporação das partes cindidas nos seguintes organismos do Estado e em empresas do setor público empresarial, a saber:

- As competências na área da segurança marítima e portuária foram incorporadas na DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos)
- A unidade de regulação marítimo-portuária, incorporada no IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes),
- A via navegável do Douro permanece, na presente data, na esfera jurídica do IMT
- A gestão dos portos comerciais de Faro e Portimão e das zonas ribeirinhas adjacentes foi incorporada na APS (Administração do Porto de Sines e do Algarve), pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março.
- A gestão dos portos de pesca e das marinas de recreio e das zonas ribeirinhas adjacentes foi incorporada na Docapesca, Portos e Lotas S.A., pelo Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em resumo, o processo de reestruturação iniciou-se com um conjunto de cisões seguidas de incorporações para se concretizar a extinção do Instituto (IPTM).

Tendo em conta a complexidade da operação, o processo decorreu até agosto de 2015, tendo-se concluído com a publicação do despacho de conclusão do processo de extinção por fusão pelo coordenador do processo de extinção.

Até 31 de dezembro de 2012, o IPTM prestou contas enquanto Instituto Público, contudo, em resultado da decisão de extinção, não obteve a correspondente inscrição das verbas no Orçamento de Estado para 2013, necessárias à viabilização da sua atividade financeira, pelo que se optou por uma primeira cisão, operacional, realizada a favor de organismos do Estado -DGRM e IMT- onde se atendeu às tutelas setoriais com a consequente separação da Direção do Norte e Douro Navegável e

da Direção Sul entre portos comerciais e portos de pesca e marinas de recreio, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Tendo em conta que a incorporação dos portos de pesca e das marinas de recreio na Docapesca e dos portos comerciais na APS apenas se formalizou em fevereiro e março de 2014, verificou-se um hiato entre a cisão e as incorporações que foi assegurado pelos organismos supra referidos (DGRM e IMT), que utilizaram os recursos humanos, materiais e financeiros do IPTM (em extinção) integrados na sua própria estrutura operacional, registando as operações realizadas nos seus próprios sistemas de prestação de contas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, a Docapesca iniciou os procedimentos conducentes à incorporação das novas responsabilidades assumidas que se relatam no presente relatório de gestão e contas de 2014.

Durante o processo de cisão e da posterior incorporação, os organismos e as empresas envolvidas pretenderam garantir, por todos os meios legais, a continuação da prestação dos serviços que constituíam as funções do IPTM, salvaguardando a prestação do serviço público, assegurando a arrecadação da receita devida e o pagamento dos serviços prestados por terceiros.

Contudo, só no início do ano de 2015 foi dada sequência, após os correspondentes procedimentos concursais, ao apuramento dos registos contabilísticos que deverão constituir as demonstrações financeiras das áreas de negócio a cindir e a incorporar na Docapesca, tendo em conta que as últimas demonstrações financeiras do IPTM (2012) se apresentam com o acumulado de todas as atividades que o IPTM desenvolveu até 31 de dezembro de 2012.

Acresce que os elementos contabilísticos prestados pelo IPTM até 2012 são merecedores de reserva na medida em que o referencial contabilístico não é o SNC, nem os seus registos foram sujeitos a escrutínio por entidades fiscalizadoras, nomeadamente Revisão Oficial de Contas e Auditoria Externa.

Reconhecendo a inexistência de registos contabilísticos fiáveis, a Docapesca não incorporou na sua prestação de contas de 2014 quaisquer saldos transitados do IPTM.

Aguarda-se o resultado da avaliação do valor dos elementos do ativo e do passivo do IPTM a incorporar, que devem ser balanceados, enquadrados na estrutura conceptual do Sistema de Normalização contabilística (SNC) e sujeitos a parecer do Revisor Oficial de Contas, a qual não se mostrava concluída à data de aprovação do presente Relatório.

Contudo, a Docapesca procedeu ao reconhecimento dos débitos dos clientes, anteriores à fusão, e que entretanto cobrou, assim como de um processo judicial que, estando já relatado nas contas do IPTM em 2012, poderá ser concluído em breve. Ambos estes reconhecimentos, por estarem já reflectidos nas contas do IPTM, foram levados directamente a Capital Próprio.

Por outro lado, a Docapesca já iniciou o processo de contratação de avaliador para avaliar os bens do ativo fixo tangível que se identificam como afetos à área de jurisdição transferida para esta empresa, que, por vicissitudes processuais, ainda não foi possível concluir.

Entretanto, os bens do ativo fixo tangível a incorporar na Docapesca foram objeto de reconhecimento pela Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

Para além da limitação de âmbito relacionada com o não registo dos saldos iniciais incorporados do IPTM, a Docapesca deu início às funções transferidas, registando na sua contabilidade todos os rendimentos, gastos e investimentos que realizou em 2014 e em 2015, assim como as provisões pelas responsabilidades que assumiu.

No sentido de garantir a comparabilidade das suas demonstrações financeiras com as dos anos anteriores e permitir a aferição dos planos de redução de gastos operacionais e o cumprimento dos objetivos de gestão, a Docapesca apurou os acréscimos e diferimentos que se relacionam com a atividade das novas competências, apresentando de seguida as referidas demonstrações financeiras para 2014 e para 2015 em registos autónomos, intitulados de lotas e vendagem e novas competências:

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014						Unidade: Euro
Rendimentos e Gastos	31-12-2015			31-12-2014		
	Lotas e Vendagem	Novas competências	Total	Lotas e Vendagem	Novas competências	Total
Vendas e serviços prestados	24.557.294	4.408.910	25.966.202	20.704.320	3.919.992	25.594.312
Subsídios à exploração	493.330	0	493.330	72.391	0	72.391
Variação no inventário da produção	-1.900	0	-1.900	170	0	170
Variação dos estoques de produtos acabados e dos materiais consumidos	-1.256.735	-1.306	-1.258.041	-1.032.710	-739	-1.033.449
Permanências e serviços externos	-5.075.085	-2.913.985	-8.989.070	-5.942.554	-1.774.580	-7.717.134
Gastos com a pessoal	-9.406.700	-1.725.300	-11.132.000	-9.916.646	-736.384	-10.653.030
Impendências de rendimentos (permanências)	-4.008	0	-4.008	4.344	0	4.344
Impendências de dívidas e recibos (perdas/inversões)	76.066	-718.597	-642.531	-322.031	0	-322.031
Proteções (asentados/edificações)	-122.375	154.693	32.318	-70.711	8.184.303	8.113.592
Outros rendimentos e ganhos	1.708.940	187.197	2.435.937	1.835.379	224.656	2.060.035
Outros gastos e perdas	-1.303.182	-169.885	-1.473.067	-915.765	-146.154	-1.061.919
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos	2.560.532	-205.645	2.354.887	2.681.117	8.488.841	11.169.958
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2.383.715	-271.614	-2.655.329	-2.895.760	-12.648	-2.908.408
Impendências de investimentos depreciação/financeiro/tributário (perdas/inversões)	0	0	0	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.658.817	-477.259	2.181.557	785.357	8.476.193	9.261.550
Juros e rendimentos similares financeiros	25.166	0	25.166	20.553	0	20.553
Juros e gastos similares financeiros	-27.822	-35.481	-63.303	-25.320	-436	-25.756
Resultado antes de impostos	2.656.161	-512.740	2.143.421	779.590	8.475.757	9.255.347
Impostos sobre o rendimento do período	-555.579	0	-555.579	-387.383	-271.047	-658.430
Resultado líquido do período	2.090.582	-512.740	1.577.842	392.207	8.204.710	8.596.917

Balanços

Unidade: Euros						
Balanços em 31 de dezembro de 2015 e 2014						
	31-12-2015			31-12-2014		
	Lotes e Vendagem	Novas Competências	Total Docapesca	Lotes e Vendagem	Novas Competências	Total Docapesca
Ativo						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	18.248.822	894.552	19.143.375	18.983.096	277.064	19.260.160
Ativos intangíveis	67.208	0	67.208	124.402	0	124.402
Ativos por impostos diferidos	885.187	276.205	1.161.392	988.253	276.205	1.264.458
	19.201.218	1.169.757	20.371.185	19.167.341	553.269	19.699.610
Ativo corrente						
Existências	187.355	0	187.355	202.771	0	202.771
Clientes	995.028	2.026.884	3.021.912	909.592	2.944.128	3.853.720
Adiantamentos a fornecedores	3.795	0	3.795	3.795	0	3.795
Estado e outras entes públicas	242.606	0	242.606	329.391	0	329.391
Outras contas a receber	6.832.787	877.012	7.709.799	6.765.848	78.098	6.843.946
Empréstimos	117.012	0	117.012	110.910	0	110.910
Caixa e depósitos bancários	2.841.020	-2.026.872	814.148	4.772.709	-800.046	3.972.663
	11.329.653	877.025	12.206.677	12.258.391	1.322.180	13.578.571
Total do ativo	30.530.870	2.046.812	32.577.782	27.383.731	1.874.449	29.238.181
Capital próprio e passivo						
Capital próprio						
Capital autorizado	8.528.400	0	8.528.400	8.528.400	0	8.528.400
Reservas legais	100.621	0	100.621	100.621	0	100.621
Resultados transferidos	-4.528.878	-706.263	-5.235.141	-4.028.043	-8.648.768	-14.574.812
Exatidões de reavaliação	0	0	0	7.778	0	7.778
Outras variações no capital próprio	7.039.222	626.999	7.666.219	6.911.355	0	6.911.355
	11.339.365	-96.267	11.237.099	8.028.106	-8.648.768	-626.661
Resultado líquido do período	2.327.580	-615.650	1.611.920	388.390	8.648.506	9.031.896
Total do capital próprio	13.666.925	-611.907	13.049.018	8.411.407	-706.263	8.705.234
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões	1.273.486	1.310.748	2.584.231	1.090.111	1.488.438	2.555.549
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3.834.165	0	3.834.165	4.441.336	0	4.441.336
Passivos por impostos diferidos	2.099.968	88.366	2.188.335	1.342.775	0	1.342.775
Outras contas a pagar	0	0	0	974.000	0	974.000
	7.307.619	1.399.114	8.696.733	7.448.142	1.488.438	8.913.581
Passivo corrente						
Fornecedores	567.654	406.301	993.955	560.459	780.513	1.750.972
Estado e outras entes públicas	1.753.081	224.193	1.977.274	1.301.868	88.506	1.610.385
Financiamentos bancários	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	7.178.082	642.594	7.820.677	7.558.773	345.205	8.204.409
Empréstimos	43.605	0	43.605	43.601	0	43.601
	9.542.422	1.273.088	10.815.510	9.504.699	1.114.224	11.619.366
Total do passivo	18.870.045	2.658.713	19.528.758	17.948.234	2.580.712	20.532.946
Total do capital próprio e do passivo	30.530.870	2.046.812	32.577.782	27.383.731	1.874.449	29.238.181



3.
CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS

OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015

A avaliação dos objetivos de gestão é feita de acordo com os objetivos apresentados pelos membros do Conselho de Administração ao Acionista em agosto de 2015.

Este apuramento já tem em consideração a totalidade da atividade da Empresa, sendo 2015 o primeiro ano completo com a incorporação na Docapesca das atividades dos portos de pesca e náutica de recreio do IPTM.

Assim, os valores que se apresentam no quadro seguinte, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos de gestão consideram a atividade de lotas e vendagem da empresa, acrescida da atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão		Execução percentual	Execução percentual ponderada
			2015 Proposto	2015 Executado		
Indicadores financeiros		60,00%				94,50%
Volume de Negócios (B)	1)	10,00%	38.892.679	39.000.561	100,00%	10,00%
Peso dos CMVMD+PSE+GdP no Volume de Negócios	2)	15,00%	70%	75%	104,73%	15,71%
PMF	3)	10,00%	30	33	100,11%	10,01%
Resultado líquido (R)	4)	20,00%	229.970	1.811.490	356,00%	20,17%
Indicadores de atividade	5)	40,00%				29,08%
I - Regulação		10,00%	100,00%	50,00%	50,00%	6,00%
II - Segurança e Qualidade		10,00%	100,00%	50,00%	50,00%	6,00%
III - Integração, Inter-comunicação e Valorização		7,50%	100,00%	50,00%	50,00%	4,50%
IV - Interrelação e Integração do Setor		8,50%	100,00%	20,00%	20,00%	4,55%
V - Investimento em Capital Humano		7,50%	100,00%	70,00%	70,00%	6,38%
Total		100,00%				120,05%

1) Volume de Negócios = I - Vendas + II - Propaganda de Serviços + III - Outros Rendimentos e Ganhos

2) CMVMD = Custo das mercadorias vendidas e estudos consumidos; PSE = Fretos, frete e serviços externos; GdP = Ganhos com o produto; Atribuição Ganhos com Fretos não incorporada e valor referente às indenizações por rescisão de contrato de trabalho por tempo mutuo.

3) PMF calculado de acordo com a PCM n.º 34/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 1876/2009, de 10 de abril.

4) Resultado líquido = Valor constante na Demonstração de Resultados, por período anual, apurado de acordo com a SNC.

5) Para cada indicador de atividade o estabelecido o objetivo anexo de 100%.

O quadro acima demonstra que a Docapesca atingiu, na sua globalidade, os objetivos definidos.

Em relação aos objetivos quantitativos, verifica-se que estes foram não só atingidos, bem como largamente superados, com particular destaque para o Prazo Médio de Pagamento, que apresenta um grau de concretização de 136 %, e para o Resultado Líquido, cuja execução se situa nos 250 % face ao proposto.

Assim, em relação aos indicadores financeiros realça-se o seguinte:

- o valor do volume de negócios, que apresenta um montante real ligeiramente superior ao projetado;

- o somatório dos gastos operacionais é menor do que o montante projetado, pelo que o respetivo peso no volume de negócios é inferior ao proposto em cerca de 4% face ao objetivo fixado;
- o acentuado decréscimo do número de dias do PMP, o que demonstra o esforço concertado para saldar todas as dívidas a fornecedores, desde que assegurado que os valores eram devidos, num prazo inferior ao definido para o pagamento pelo fornecedor;
- o Resultado Líquido situa-se cerca de 1,1 milhões de Euros acima do proposto, explicado essencialmente pela contenção dos gastos operacionais que se situaram cerca de 900 mil Euros abaixo do previsto.

Em relação aos indicadores de atividade, e ainda em consonância com a execução verificada em 2014, continua a registar-se uma execução inferior à projetada (cerca de 75 % em termos médios). Esta baixa avaliação continua ainda a refletir o impacto que as novas competências tiveram na regular atividade da empresa, nomeadamente nas ações conduzidas pela estrutura central que, não tendo obtido qualquer reforço de meios humanos, se desdobrou para garantir as respostas atempadas às novas solicitações sobretudo em matérias relacionadas com o exercício da autoridade portuária e o cumprimento das obrigações administrativas de Direito Público.

No entanto, no seu conjunto - indicadores financeiros e indicadores de atividade - os objetivos de gestão são atingidos, superando em 16 % o valor total a atingir.

Para além dos objetivos atrás mencionados, e de acordo com o projeto dos contratos de gestão, existe uma componente quantitativa para os indicadores de atividade, que se apresenta de seguida:

INDICADORES DE ACTIVIDADE	OBJECTIVO	OBJETIVO (Cumulado)	
		2015 Proposto	2015 Executado
Número de Cortes Voluntários (RCV)	Mínimo 2 RCV em todos os anos	40	20
Cumulação de infrações relativas à segurança (Anexo II Norma NF 202-22003)	Zero infrações em 2015	0	0
Aumento do número de lugares para embarcações de altura de recreio (anexo II da Lei n.º 17/2013, alterada)	Até ao ano 2015 lugares em 2015 de 100 para 150	0	0
Condição de conformidade de gestão com o plano de gestão de recursos humanos em 2015 (anexo II da Lei n.º 17/2013, alterada)	Resposta de conformidade	0	0
Formação profissional obrigatória e voluntária dos recursos humanos em 2015 (anexo II da Lei n.º 17/2013, alterada)	Até ao ano 2015 de 100 para 150 lugares em 2015 de 100 para 150	0	0
Formação profissional obrigatória e voluntária dos recursos humanos em 2015 (anexo II da Lei n.º 17/2013, alterada)	Até ao ano 2015 de 100 para 150 lugares em 2015 de 100 para 150	0	0

Esta componente quantitativa tem um peso de 40 % no cálculo dos indicadores de atividade para efeitos de apuramento da remuneração variável anual, caso houvesse lugar a esse pagamento.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Docapesca não detém ativos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013, tendo aberto uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de Junho de 2015, com possibilidade de renovação automática por períodos sucessivos de 90 dias, salvo denúncia de qualquer das partes comunicada à outra por escrito com uma antecedência mínima de 15 dias de calendário relativamente ao termo do prazo.

A contratação deste financiamento destina-se a assegurar o pagamento de projectos de investimento com comparticipação comunitária, até que sejam pagas as referidas comparticipações.

No final de 2015, a Docapesca denunciou o contrato referente à conta corrente caucionada de 750 mil Euros, mantendo apenas o descoberto em depósitos à ordem.

Conforme estipulado no Acordo celebrado com a Administração do Porto de Aveiro, SA em 1 de outubro de 2014, na mesma data da assinatura do contrato de concessão estabelecido entre aquela entidade e a Docapesca, a Empresa deveria liquidar o montante de 561 mil Euros, em três prestações anuais de 187 mil Euros, vencendo-se a primeira em julho de 2015 e a última em julho de 2017. Estas prestações seriam acrescidas de juros de mora calculados à taxa legal, com referência à data de 1 de agosto de 2014.

Em 5 de agosto de 2015 a Empresa liquidou a primeira prestação. Dado que a Docapesca apresentava excedentes de tesouraria, não se justificando por isso continuar a pagar juros de mora, o pagamento do valor remanescente de 387 mil Euros foi antecipado para outubro de 2015. Até essa data a Empresa suportou 43.901,71 Euros de juros de mora sobre o valor em dívida até à data do pagamento da 1.ª prestação, bem como sobre o valor remanescente até à data do seu pagamento antecipado.

Durante o período de 2009 a 2013, a utilização do crédito bancário de curto prazo foi regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma atividade de lotas e vendagem (serviços de apoio à pesca) com recursos financeiros em vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde ainda se efetuam pagamentos correspondentes à "produção" das embarcações de pesca e cobranças de compradores de pescado locais com recurso a cheques e numerário. Para otimizar esses recursos, a Empresa utiliza o *cashpooling* bancário.

A Docapesca implementou o processo de centralização de pagamentos, recorrendo a transferências bancárias com o acordo dos armadores e fornecedores. Igualmente procurou sensibilizar os compradores de pescado a crédito para efetuarem os seus pagamentos por transferência bancária. Sublinha-se o facto de, no decurso dos anos de 2012 a 2014, a Docapesca ter constituído excedentes de tesouraria, resultantes do baixo nível de investimento realizado nestes anos, que aplicou no IGCP.

Em 2015, a Docapesca recorreu pontualmente à utilização do descoberto bancário, especialmente para fazer face ao elevado nível de investimento realizado no ano, com particular incidência no 2.º semestre, para cumprimento dos projetos financiados pelo Programa Promar, condição indispensável para beneficiar dos subsídios não reembolsáveis.

De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento:

Anos	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	6.041	23.403	45.423
Taxa média de Financiamento (%)	87,41%	15,79%	6,24%

O enorme acréscimo da taxa média de financiamento "all in cost" deve-se à introdução e reforço de custos relacionados com comissões de gestão, renovação e imobilização cobrados pelas instituições financeiras, associado à quase total ausência de utilização do financiamento bancário, sobretudo pelas razões acima expostas.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Juro de financiamento suportados	145.626	118.245	97.409	41.682	15.037	4.157	170
Conversões sobre as linhas de crédito	11.411	11.409	18.514	34.184	80.386	19.246	5.605
Financiamento médio anual	4.122.719	3.921.391	3.634.530	1.018.977	568.089	148.183	6.911

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 2015/2014	
	Valores (€)			Valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	0	0	334.970	0	n.a.
...dos quais concedidos pela SETF	0	0	0	0	n.a.
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	n.a.
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	n.a.
Endividamento Ajustado	0	0	334.970	0	n.a.

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores evoluiu, de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015, conforme explicitado no quadro seguinte:

PMP	2015	2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Prazo (dias)	23	38	-15	-39,47%

Apresentamos ainda a evolução trimestral do prazo médio de pagamento, uma vez que se verificou o seu aumento nos 3.º e 4.º trimestres de 2014. Este aumento refletiu o início dos pagamentos a fornecedores que decorreu da assunção, por parte da Docapesca, das dívidas a fornecedores decorrentes das novas competências com data de faturação posterior a 31 de maio de 2014. Este processo prolongou-se no tempo devido ao facto de ter sido necessário solicitar aos fornecedores, que emitiram facturas em nome do IPTM ou da DGRM, a emissão de notas de crédito (também em nome da IPTM ou da DGRM) e a emissão de novas facturas em nome da Docapesca, o que teve implicações no PMP.

A partir do 1.º trimestre de 2015 é possível identificar a inversão desta tendência, denotando a elevada preocupação com o cumprimento do Programa pagar a Tempo e Horas. Esta inversão foi também conseguida com a estabilização do processo "Contas a Pagar" incorporado na reestruturação. No 2.º semestre houve uma recuperação para níveis de 2013, antes da integração, e o ano finalizou com uma recuperação de 15 dias face ao valor verificado no final de 2014.

A Docapesca cumpriu e superou largamente o objetivo proposto de redução do seu Prazo Médio de Pagamento, sendo o objetivo proposto para 2015 de 36 dias.

PMP	2012				2013				2014				2015			
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T
Prazo	45	48	59	55	23	33	31	30	51	32	36	38	27	33	29	23

Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011				
	0 a 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisições de bens e serviços	946.000	0	0	0	0	
Aquisições de capital	761.222	0	0	0	0	
Total					1.707.222	

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.

RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na Assembleia Geral que aprovou as Contas de 2014, realizada em 31 de março de 2015, o Acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2014, atentas as reservas e a ênfase expressas na Certificação Legal das Contas. Efetuou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração:

- Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 61.º da LOE 2015, designadamente no que se refere à redução dos custos operacionais, dos gastos associados à frota automóvel, das deslocações e estadas, assim como das ajudas de custo; e
- Envidar esforços de modo a suprimir as reservas emitidas pelo Fiscal Único relativamente à transmissão para a Docapesca de todos os bens, direitos e obrigações anteriormente detidos pelo IPTM e à constituição de uma provisão para compromissos assumidos no montante de € 950.000.

A primeira recomendação foi cumprida tendo em conta que a sua aplicação se firmou na comparabilidade dos dados e, por conseguinte, se consideraram apenas os montantes correspondentes aos gastos realizados na atividade tradicional da Docapesca (lotas e serviços de venda).

Apenas no caso das deslocações e estadas e nas ajudas de custo se excederam os montantes do ano anterior devido ao esforço de internacionalização da empresa, encontrando-se a internacionalização prevista no Plano de Atividades e Orçamento para 2015 que foi aprovado em Assembleia Geral em 2 de junho de 2015.

Em relação à segunda recomendação, os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração de modo a suprimir as reservas emitidas pelo Fiscal Único foram os seguintes:

- relativamente à transmissão para a Docapesca de todos os bens, direitos e obrigações anteriormente detidos pelo IPTM, apesar dos esforços realizados neste sentido, ainda não foi possível concluir esta integração porque a entidade cessante não apresentou contas relativas ao seu encerramento e sucessivas cisões, que se prolongaram até junho de 2014. Não tendo sido efetuados registos contabilísticos fiáveis, a Docapesca não incorporou na sua prestação de contas de 2015 a generalidade dos saldos registados nas contas do IPTM a 31

de dezembro de 2012 e os subsequentes movimentos enquanto se manteve sob administração da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Contudo, a Docapesca procedeu ao registo dos gastos com fornecedores que entretanto suportou, assim como contabilizou os débitos das contas de clientes que já cobrou. Reconheceu ainda os processos judiciais que transitaram para a Docapesca.

Neste processo de reconhecimento, a Empresa adotou, como critério, levar diretamente a Capital Próprio os registos que já constavam do último balancete do IPTM (31 de dezembro de 2012) e levar a gastos e perdas os movimentos apenas reconhecidos pela Docapesca, após 1 de junho de 2014.

Em relação aos bens do ativo fixo tangível a incorporar na Docapesca, foram relacionados e objeto de uma Portaria (n.º 182/2015, de 22 de junho), transferindo para a Docapesca a responsabilidade pela sua administração. Até à data da aprovação do presente relatório, não foi possível ultrapassar a contingência gerada em torno do procedimento concursal para contratar uma empresa para proceder à avaliação destes bens.

- relativamente à constituição de uma provisão para compromissos assumidos no montante de € 950.000, esta respeita à constituição da provisão para fazer face à responsabilidade assumida pela Docapesca com a execução futura de uma dragagem no Porto Pesca Costeira de Aveiro, que se estima realizar em 2016. Sendo esta dragagem semelhante à realizada na Figueira da Foz pelo concedente, cujo montante rondou os 860 mil Euros, entende o Conselho de Administração que o valor que se encontra provisionado está correto. A Administração do Porto de Aveiro encontra-se nesta data a realizar uma dragagem no canal de acesso ao porto de pesca. Após a conclusão desta dragagem, que é indispensável para a realização da seguinte, a Docapesca procederá à dragagem assumida.

De acordo com a resposta da Autoridade Tributária ao Pedido de Informação Vinculativa, o gasto de 950 mil Euros da provisão não é fiscalmente dedutível, uma vez que tal provisão não se encontra prevista no artigo 39.º do Código do IRC. Após a realização efetiva dos trabalhos de dragagem, poderá ser considerado o gasto fiscal, devendo este ser repartido pelo número de anos de vida útil, dado que as dragagens de manutenção dos fundos das bacias integradas na área concessionada têm de ser feitas periodicamente (cf. n.º 2 da cláusula quinta do novo Contrato de Concessão).

REMUNERAÇÕES

Mesa da Assembleia Geral

Mandato I (de 16 de fevereiro de 2012 a 2 de junho de 2015)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2012-2014	Presidente	Maria Fátima de Jesus Simões	800,00	1.347,50	800,00	300,00	1.847,50
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Mota	800,00	272,50	800,00	150,00	622,50
2013-2014	Secretaria	Isabel Maria de Jesus	350,00	77,50	0,00	100,00	177,50

Ao valor bruto das senhas de presença dos membros da mesa da assembleia geral foram aplicadas as reduções decorrentes das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015, pela aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Foi ainda aplicada uma reversão de 20 % da redução remuneratória de acordo com o artigo 4.º da mesma Lei. Por impossibilidade de deter a informação completa para apurar a taxa da redução e respetiva reversão a aplicar nas senhas de presença dos membros da mesa da Assembleia Geral na altura do processamento das mesmas, os cálculos foram efetuados no final do ano. Foram registados na contabilidade os acertos a realizar, estando previsto regularizar estes acertos no próximo pagamento que haja lugar.

Mandato II (a partir de 2 de junho de 2015)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2015-2017	Presidente	Maria Fátima de Jesus Simões	800,00				
2015-2017	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Mota	800,00				
2015-2017	Secretaria	Isabel Maria de Jesus	350,00				

Na Assembleia Geral de 2 de junho de 2015 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca, tendo os valores das senhas de presença a atribuir aos membros da mesa da Assembleia Geral os valores apresentados no quadro anterior.

No entanto, conforme resultou da referida Assembleia Geral, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo n.º 256.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, até decisão de revogação do procedimento por défices excessivos a que Portugal se encontra sujeito nos termos da legislação da União Europeia, mantêm-se em vigor todas as medidas e efeitos de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação, que se encontrassem dependentes da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e/ou do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, nas suas diversas fases.

Assim, o montante a auferir efetivamente pelos membros do órgãos sociais eleitos não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º16/2012, de 14 de fevereiro.

Conselho de Administração

Mandato I (de 16 de fevereiro de 2012 a 2 de junho de 2015)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		ÓPRLO	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2012-2014	Presidente	João Apolinário Nunes Portada	AB	16-02-2012	n.a.	n.a.
2012-2014	Vogal	Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	AG	16-02-2012	n.a.	n.a.
2012-2014	Vogal	Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	AG	16-02-2012	n.a.	n.a.

Mandato II (a partir de 2 de junho de 2015)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		ÓPRLO	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2015-2017	Presidente	João Apolinário Nunes Portada (†)	AB	02-06-2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	AG	02-06-2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	AB	02-06-2015	n.a.	n.a.

O Dr. José Apolinário Nunes Portada pediu a dispensa de funções do mandato de Presidente do Conselho de Administração da Docapesca-Portos e Lotas SA, no período de 9 de setembro de 2015 a 8 de outubro de 2015, para o exercício do seu direito a candidatura a deputado da república, ao abrigo da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, com as alterações entretanto introduzidas. Neste período o Presidente designou a Vogal Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra para o substituir.

Em 21 de outubro de 2015, o Presidente do Conselho de Administração apresentou a renúncia ao cargo em resultado da sua eleição a Deputado nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015.

Até 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração funcionou apenas com os dois vogais, situação que se mantém até à presente data.

Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções - valores anuais (€)			
	Entidade	Função	Regime	Valor Anual Sóneas de Presença
			(Público/Privado)	
João Apolinário Nunes Portada	Câmara Municipal de Faro	Presidente da Assembleia Municipal	Público	340,00
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

A remuneração resultante do exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Faro, nos termos do Estatuto do Eleito Local, é efetuada através de senhas de presença. No ano de 2015 o Dr. José Apolinário Nunes Portada recebeu o montante de 340 Euros relativo a senhas de presença.

Em 2015 (à semelhança do que ocorreu em 2012, 2013 e 2014) – e de acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 16 de janeiro e tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 fevereiro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que atribui à Docapesca a classificação C –, a remuneração seria determinada em função daquele enquadramento legal, da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções.

Na Assembleia Geral de 2 de junho de 2015 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca e por aplicação das regras remuneratórias associadas à classificação C, atribuída à Docapesca, os membros do Conselho de Administração aufeririam:

Membro do Conselho de Administração	EGP			
	Fixado	Classificação	Valor mensal Bruto (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Remuneração base	Despesas de Representação
José Apolinário Nunes Portada	S	C	4.518,20	1.321,38
Maria Isabel Ferreira Porto Guerra	S	C	3.562,55	1.465,87
Pedro Manuel Vargas da Silva Ferreira	S	C	3.562,55	1.465,87

A estes valores aplicar-se-iam as reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e das LOE, sempre que aplicáveis à Docapesca, e eventuais reduções remuneratórias futuras se aplicáveis, durante a vigência do mandato.

Todavia, conforme resultou da referida Assembleia Geral, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo n.º 256.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, até decisão da revogação do procedimento por défices excessivos a que Portugal se encontra sujeito nos termos da legislação da União Europeia, mantêm-se em vigor todas as medidas e efeitos de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação, que se encontrassem dependentes da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e/ou dando Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, nas suas diversas fases.

Assim, o montante a auferir efetivamente pelos membros dos órgãos sociais eleitos não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da opção pela remuneração do lugar de origem por parte dos membros do Conselho de Administração.

Neste enquadramento, os montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2015 (mandato I e mandato II) foram:

Presidente – A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal ilíquido de 3.719,08 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;

– O abono para Despesas de Representação de 1.301,68 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

Vogais – A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal ilíquido de 3.233,98 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;

– O Abono para Despesas de Representação de 970,20 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

A estes valores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. A Docapesca cumpriu com o disposto nos art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicando as reduções remuneratórias aos membros do Conselho de Administração até ao final do ano de 2015, tendo aplicado ainda o art.º 4.º da mesma Lei, revertendo 20 % da redução a partir de 1 de janeiro de 2015.

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)					
	Varável	Fixo (Remun. + Desp. Rep.)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
José Agostinho Nunes Pereira	-	€ 575,71	€ 5.215,71	5.161,24	1.161,52	52.096,99
Miguel Isabel Ferreira Pinto-Guerra	-	€ 918,10	€ 8.918,10	7.957,42	1.000,20	49.961,47
Freda Manuel Viegas da Silva Pereira	-	€ 918,10	€ 8.918,10	7.957,42	1.000,20	49.961,47

O pagamento do subsídio de Natal foi efetuado em duodécimos, de acordo com o art.º 35.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

No seguimento da renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Docapesca, apresentada em 21 de outubro de 2015, em resultado da sua eleição a Deputado nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, foram efetuados e pagos os acertos correspondentes às férias e subsídio de férias de 2015 a gozar em 2016. Foi ainda pago o valor correspondente aos dias de férias de 2014 que não foram gozados em 2015.

Acresce ainda que em 2015 não foram atribuídos prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração da Docapesca, de acordo com o art.º 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Ainda nos termos dos contratos de gestão assinados em 2012 pelos membros do Conselho de Administração, estes passaram a auferir, desde 2012, subsídio de refeição de acordo com as regras em vigor na Empresa para os demais colaboradores.

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Pagamento da Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
	Valor diário	Montante pago 2015	Identificar	Valor				Montante	Valor
José Apolinário Nunes Portada	4,27	798,64	Segurança Social	12.238,09	19,72%		14,40	Seg. Acidentes Pessoais	140,00
María Isabel Ferreira Pinto Guerra	10,00	1.980,00	Segurança Social	11.880,00	19,72%		14,40	Seg. Acidentes Pessoais	200,00
Pedro Manuel Viegas de Silva Ferreira	10,00	1.980,00	Segurança Social	11.880,00	19,72%		14,40	Seg. Acidentes Pessoais	200,00

No decurso do Mandato I, os membros do Conselho de Administração auferiam subsídio de refeição diário no montante de € 4,27 (Presidente e Vogal 1) e de € 10,00 (Vogal 2), que uma vez que é trabalhador da Empresa, auferia o subsídio de refeição de acordo com as regras em vigor para os restantes colaboradores. Após a eleição na Assembleia Geral de 2 de junho 2015, de acordo com o estipulado, todos os membros passaram a receber o montante de € 4,27.

Nos termos do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), os gastos com comunicações foram os seguintes:

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Observações
José Apolinário Nunes Portada	Sim (75,00 euros/mês)	537,30	
María Isabel Ferreira Pinto Guerra	Sim (75,00 euros/mês)	367,63	
Pedro Manuel Viegas de Silva Ferreira	Sim (75,00 euros/mês)	104,64	

O Dr. José Apolinário Nunes Portada, na sequência do seu pedido de dispensa de funções do mandato de Presidente do Conselho de Administração da Docapesca - Portos e Lotas SA, no período de 9 de setembro de 2015 a 8 de outubro de 2015, para o exercício do seu direito a candidatura a deputado da república (conforme atrás referido, solicitou à Empresa que se identificasse qual o custo em comunicações imputado ao seu número de telemóvel desde o dia 1 de setembro até à data da renúncia em 21 de outubro, devendo esse custo ser debitado ao próprio pela Docapesca.

Este valor foi apurado pela Docapesca, tendo sido retirado dos gastos com comunicações da Empresa e enviada uma carta ao Dr. José Apolinário Nunes Portada em fevereiro de 2016 com a indicação do montante e a solicitar a respetiva regularização.

Membro do Conselho de Administração	Despesas com viagens								
	Viatura utilizada	Classificação da viatura	Valor de imputação da imputação	Modelo/Modelo	Ano início	Ano termo	Valor da renda mensal	Gasto Anual com Viagens	N.º Faturas/Quota de Retorno/Retorno
	(N.º)	(N.º)	(€)	(Modelo/Modelo)			(€)	(€)	
José Apolinário Nunes Portada	1	1	20.000,00	Mercedes	2007	2015	1.000	1.000	1.000
María Isabel Ferreira Pinto Guerra	1	1	10.000,00	Mercedes	2007	2015	500	500	500
Pedro Manuel Viegas de Silva Ferreira	1	1	10.000,00	Mercedes	2007	2015	500	500	500

Membro do Conselho de Administração	Platford normal: Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	Dispersões
João Apolinário Nunes (Portada)	8.185,42	12.137,37	1.696,73	11.316,18	881,01	
Maria Inês de Freitas Lima (Portada)	9.240,55	10.108,13	1.214,90	4.682,66	124,89	
Pedro Manuel Velazquez Silva (Portada)	9.743,53	1.171,52	840,80	341,90	354,87	

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a deslocações em serviço					
	Deslocações em serviço (€)	Custo com alojamento (€)	Ajudas de custo (€)	Outras		Gasto total com viagens (Z) (€)
				Identificar	Valor (€)	
João Apolinário Nunes (Portada)	362,39	104,00	1.448,73	N.A.	-	1.915,12
Maria Inês de Freitas Lima (Portada)	2.001,05	2.945,25	1.187,10	N.A.	-	6.133,40
Pedro Manuel Velazquez Silva (Portada)	362,39	377,30	335,44	N.A.	-	1.075,13

Os gastos com a utilização de viaturas, assim como os relacionados com deslocações em serviço, correspondem ao acréscimo de deslocações necessárias para reconhecer/acompanhar as novas atividades integradas do IPTM que se situam de norte a sul do território continental de Portugal. No que respeita às deslocações em serviço, acresce ainda que se verificaram ações relacionadas com a internacionalização da empresa.

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato I (de 16 de fevereiro de 2012 a 2 de junho de 2015)

Mandato	Cargo	Identificação ORO/OTCO				Designação			N.º de anos de função exercidos na sociedade	N.º de mandatos exercidos na sociedade
(Início-Fim)		Nome	N.º de inscrição na ORO	N.º Registro na CMM		Forma	Data	Certificado		
				Até 31/12/2015	Após 31/12/2015					
2012-2014	Revisor Oficial	Alfonso S. Cipriano, Auditor, S.P.A.	119	N.A.	2014/1430	AG	14/02/2014	1.000 €	N/A	N/A
2014-2015	Revisor	João Roberto Martins Oliveira	481	N.A.	2014/2271					
2015-2016	Revisor	Luís António de Sousa Almeida	361	N.A.	N.A.					

Nome	Remuneração anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (3)=(1)-(2)+(3)
Alfonso S. Cipriano, Auditor, S.P.A.	5.675	-	-	5.675

Mandato II (a partir de 2 de junho de 2015)

Mandato	Grupo	Identificação SROCCROC				Designação			Nº de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na CRC	Nº Registro na CMM		Forma	Data	Cometido	
2015-2017	União Grátis	União Grátis - Associação SROCC SA	144	2015	2015/0001	AD	02/06/2015	1.100.000,00	1
2015-2017	União Grátis	União Grátis - Associação SROCC SA	144	2015	2015/0001				
2015-2017	União Grátis	União Grátis - Associação SROCC SA	144	2015	2015/0001				

Nome	Remuneração anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (3)=(1)-(2)+(3)
União Grátis - Associação SROCC SA	1.100,00	—	—	1.100,00

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROCCROC)				Data de contratação		Remuneração Anual (€)			
Nome	Nº de inscrição na CRC	Nº Registro na CMM		Data	Período	Valor de Prestação Anual de Serviços Contratado (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
União Grátis - Associação SROCC SA	144	2015	2015/0001	02/06/2015	2 anos	1.100,00	—	—	1.100,00
União Grátis - Associação SROCC SA	144	2015	2015/0001	02/06/2015	2 anos	1.100,00	—	—	1.100,00

A contratação do auditor externo da Docapesca é feita através de um procedimento concursal (ajuste direto) na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV. O procedimento que teve lugar em 2015 foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para 2 anos (2015 e 2016). Foram consultadas quatro empresas de auditoria, e foi escolhida a Deloitte e Associados – SROCC SA cuja proposta apresentava o preço mais baixo.

Restantes trabalhadores

A Docapesca cumpriu com o disposto nos art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicando as reduções remuneratórias aos trabalhadores da Empresa cujas remunerações se situam acima dos 1.500,00 Euros até ao final do ano de 2015, tendo aplicado ainda o art.º 4.º da mesma Lei, revertendo 20 % da redução a partir de 1 de janeiro de 2015.

O pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores da Empresa foi efetuado em duodécimos, de acordo com o art.º 35.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Ainda nos termos do art.º 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, durante o ano de 2015 não houve qualquer valorização remuneratória dos trabalhadores da Empresa.

SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE PENSÕES

De acordo com o n.º 3 do art.º 78.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o pagamento de complementos de pensão pelas empresas do setor público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios deverá ser suspenso. No entanto, a Docapesca apresentou resultados líquidos positivos nos últimos três anos, pelo que esta condição não se aplica.

ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

A Docapesca cumpriu com o disposto no art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa, bem como não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º2 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.

RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

A Docapesca encontra-se na presente data a elaborar o seu primeiro relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres de acordo com o determinado no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Todavia é importante relevar que existe igualdade nas remunerações pagas a homens e mulheres que desempenham funções iguais, de acordo com as tabelas constantes do Acordo de Empresa.

Em 2012 a Empresa elaborou o primeiro Plano para a Igualdade de Género, plano esse que foi revisto em 2013. O Plano para a Igualdade de Género da Docapesca é sujeito a monitorizações semestrais cujos relatórios se encontram disponíveis para consulta no sítio da internet da Docapesca.

CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.

A Empresa dispõe de um Manual de Procedimentos de Compras para a contratação de bens e serviços desde fevereiro de 2011. Este manual não foi ainda sujeito a revisão, mas foram aprovadas as minutas para a elaboração das informações de início de procedimento e os fluxogramas dos procedimentos mais utilizados. O Manual de Procedimentos inclui um procedimento geral transversal relativo à contratação pública.

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Dando cumprimento às orientações da Recomendação n.º 1/2009 sobre os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do CPC, aprovada em 1 de julho de 2009, a Docapesca – Portos e Lotas, SA elaborou e remeteu o seu *Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção*, em 2010 e reporta, desde dezembro de 2011, os seus Relatórios Anuais, depois de aprovados pelo Conselho de Administração, os quais são divulgados nos devidos termos.

Para a elaboração destes relatórios verificados e analisados os riscos de todas as unidades orgânicas da Docapesca, neles constando a avaliação das medidas e respetiva implementação pelas diferentes unidades orgânicas. Não foram detetados casos de corrupção, tendo, no entanto, sido propostas medidas para a mitigação dos riscos identificados.

Em 2015, com a aprovação do novo regime do setor público empresarial, que determina que as empresas públicas cumpram a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, as orientações do CPC foram reforçadas. A Docapesca elaborou o novo *Plano de Gestão de Riscos da Docapesca, Portos e Lotas, SA (incluindo os de corrupção e infrações conexas)*, constituindo assim o referencial a partir do qual serão monitorizados os riscos identificados e elaborados os respetivos relatórios anuais.

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A Docapesca dispõe de uma Área de Compras que centraliza e controla toda esta atividade. A Empresa aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Em 2015 a Docapesca, participou num procedimento agregado para a aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento e de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pela ESPAP - Entidade Serviços Partilhados da Administração Pública, conjuntamente com outras entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Sector Empresarial do Estado, tendo como objectivo obter maiores descontos nos abastecimentos efetuados para a Docapesca.

Resultou desse procedimento a assinatura de dois contratos com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Docapesca aderiu ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.

FROTA AUTOMÓVEL

	Gastos anuais associados a viaturas (R\$)															
	Combustível		Portagens		Manutenção e reparação		Seguros		AOV		IUC		Outros Gastos (Registos)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contrato de Arrendamento	2.887	7.400	3.100	8.307	9.450	3.261	8.403	1.004	0	0	280	120	0	0	12.237	22.752
Pessoal	55.880	53.280	59.250	55.000	12.024	46.880	3.951	5.357	25.810	25.701	9.380	1.100	810	1.380	107.861	140.810
Total	58.767	60.680	62.350	63.307	21.474	50.141	12.354	6.357	25.810	25.701	9.660	1.220	810	1.380	119.998	163.562

Os dados apresentados no quadro acima representam os gastos totais com viaturas, incluindo as que transitaram para a Docapesca provenientes do ex-IPTM. No entanto, uma vez que em 2014 os dados relativos às viaturas do ex-IPTM apenas respeitam cerca de metade do ano, de modo a termos dados comparáveis, apresentamos de seguida os mesmos dados mas só para as viaturas que já eram da Docapesca.

	Gastos anuais associados a viaturas (R\$)															
	Combustível		Portagens		Manutenção e reparação		Seguros		AOV		IUC		Outros Gastos (Registos)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contrato de Arrendamento	2.887	7.400	3.100	8.307	9.450	3.261	8.403	1.004	0	0	280	120	0	0	12.237	22.752
Pessoal	55.880	53.280	59.250	55.000	12.024	46.880	3.951	5.357	25.810	25.701	9.380	1.100	810	1.380	107.861	140.810
Total	58.767	60.680	62.350	63.307	21.474	50.141	12.354	6.357	25.810	25.701	9.660	1.220	810	1.380	119.998	163.562

A frota automóvel considerada no quadro anterior é constituída por 33 viaturas. Deste total podemos identificar 2 grupos:

- viaturas com mais de 10 anos, com uma idade média 12 anos e 9 meses e uma quilometragem média de 309 mil km;
- viaturas com menos de 10 anos, com uma idade média de 5 anos e 7 meses e uma quilometragem média de 181 mil km.

Feito este enquadramento, de referir que a Docapesca iniciou em 2012 a sua renovação através da contratação de duas viaturas em AOV (Skoda Octavia 1.6 diesel), seguida da contratação de duas viaturas idênticas, também em AOV, no ano de 2013.

No ano de 2014, o plano de substituição foi adiado até ser conhecido o parque de viaturas do IPTM que se transferiu para a Docapesca de acordo com o DL n.º 16/2014, 3 de fevereiro. Verificado o estado geral das 16 viaturas e de um motociclo transferidas do IPTM, regista-se que 8 das viaturas

estão em estado de sucata ou sem reparação viável e que das restantes apenas 4 se mostram operacionais.

Até 31 de dezembro de 2015, não se procedeu a qualquer abate de viaturas.

Entretanto, a Docapesca procedeu ao apuramento dos gastos com a frota automóvel diretamente imputáveis às novas competências transferidas do IPTM, no montante de 30.565 euros, para determinar os gastos de 2015 numa base comparável com o ano de 2014, conforme já referido anteriormente.

Apesar da elevada antiguidade e quilometragem das viaturas, os gastos com conservação no ano de 2015 ficaram 7.965 Euros abaixo dos verificados em 2014, quando consideradas apenas as viaturas que já eram da Docapesca. No entanto, se considerarmos também as viaturas que integraram a frota providas do ex-IPTM, e dada a sua elevada antiguidade e mau estado de conservação, os gastos com esta rubrica aumentaram 3.260 Euros face a 2014.

CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Para permitir a comparação e avaliar a evolução dos rendimentos e dos gastos, em 2014 e 2015, a empresa evidenciou, nestes exercícios, a atividade de lotas e vendagem da Docapesca em separado da atividade transferida do IPTM. Esta divisão torna-se necessária dado que em 2014, a integração ocorreu sensivelmente no meio do exercício, enquanto que em 2015, a atividade das novas competências foi desenvolvida no ano inteiro. Desta forma consegue-se uma correta base para comparação dos dados da atividade tradicional da Docapesca:

PAG	2015			2014		
	Docapesca	Novas Competências	Total	Docapesca	Novas Competências	Total
1) GASTOS com	1.160.783	1.335	1.162.118	1.401.448	135	1.401.583
2) GASTOS com	8.103.319	3.812.339	11.915.658	5.342.954	1.024.385	6.367.339
3) GASTOS com o Fornecedor (FQ)	3.436.731	1.432.423	4.869.154	3.916.945	100.249	4.017.194
4) GASTOS com o fornecedor	22.355	15	22.370	185.305	14	185.319
5) GASTOS com o fornecedor (FQ)	16.729.219	8.028.735	24.757.954	17.267.421	2.426.349	19.693.770
6) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ)	24.752.846	9.106.844	33.859.690	32.574.467	2.019.005	34.593.472
7) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ)	11.631	11.631	23.262	26.805	85.015	111.820
8) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ)						
9) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ)	120.119	10.000	130.119	149.133	1.600	150.733
10) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ)	48.519	1000	49.519	66.925	1.500	68.425
11) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	10.318	2000	12.318	11.133	1.000	12.133
12) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	100	10	110	100	10	110
13) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	400	10	410	400	10	410
14) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	10	1	11	10	1	11
15) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	10	10	20	10	10	20
16) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)						
17) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	30	10	40	20	10	30
18) GASTOS com o fornecedor (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ) (FQ)	100.710	20.760	121.470	101.170	11.000	112.170

No número de efetivos da Empresa, calculado a 31 de dezembro de 2015, estão incluídos 15 trabalhadores que se encontravam de Baixa por motivo de doença (3 dos quais são trabalhadores com Acordo de Cedência de Interesse Pública que transitaram do ex-IPTM), 3 trabalhadores que estavam com Licença sem Vencimento e 2 trabalhadores requisitados para o desempenho de funções públicas.

FATO	Data	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Vencimento 2014		Vencimento 2015	
		Exat	Exat	Exat	Exat	Exat	Exat	Atividade	%	Atividade	%
1) TOTAL (44)		1.385.412	1.449.466	1.465.461	1.509.644	1.440.674	1.574.272	327.411	20,9%	340.244	21,6%
2) 152 (44)		4.072.289	3.942.844	3.800.281	3.666.168	3.732.171	3.521.281	222.819	5,9%	142.291	4,0%
3) Salários e Benefícios		6.433.138	6.799.043	6.826.941	6.942.266	6.838.752	7.122.632	249.413	3,6%	243.263	3,4%
4) Salário (Múltiplos)		32.171	38.432	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
5) Salário (Comissão)		10.275.254	10.888.944	10.554.411	10.940.088	10.584.472	10.999.642	120.413	1,1%	127.991	1,1%
6) Salário (Fórmula)		23.045.940	23.649.940	24.027.072	24.040.000	23.944.733	24.044.402	27.919	0,1%	27.919	0,1%
7) Salário (Benefício)		79.875	79.875	79.875	79.875	79.875	79.875	4.475	5,6%	5.475	6,9%
8) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
9) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
10) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
11) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
12) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
13) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
14) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
15) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
16) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
17) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
18) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
19) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
20) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
21) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
22) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
23) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
24) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
25) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
26) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
27) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
28) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
29) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
30) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
31) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
32) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
33) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
34) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
35) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
36) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
37) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
38) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
39) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
40) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
41) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
42) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
43) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
44) Salário (Outro)		0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%

O peso dos gastos operacionais (sem indenizações) no volume de negócios regista uma diminuição verificada pela conjugação da redução dos gastos operacionais, no seu conjunto, e pelo acréscimo do volume de negócios face a 2014. Salienta-se que o cálculo deste indicador difere do cálculo apresentado nos objetivos de gestão, uma vez que os valores apresentados, por uma questão de comparabilidade, respeitam apenas à atividade tradicional da Docapesca (lotas e serviço de venda).

No que respeita ao n.º 3, do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que determina que os "Os gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014, salvo se o aumento verificado decorrer de processos de internacionalização das empresas ou aumento de atividade devidamente justificados e aceites pelas tutelas", evidencia-se o seguinte:

- gastos com comunicações – apresentam uma ligeira redução face a 2014, cumprindo assim a orientação;
- despesas com deslocações e ajudas de custo e alojamento, crescem face a 2014, o que se verifica essencialmente para cumprimento do Eixo Estratégico IV - Internacionalização do Setor, constante do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (PAO 2015), plano este que foi aprovado em Assembleia Geral de 2 de junho de 2015. Verifica-se ainda um incremento

das deslocações dos trabalhadores às lotas motivado essencialmente pela necessidade de avaliar e garantir as condições de higiene e segurança alimentar.

Relativamente ao n.º 1 do artigo 60.º a redução do número de efetivos cifrou-se em menos 3 trabalhadores face a 2014, quase se atingindo o objetivo de redução de 1% constante do PAO 2015.

A Docapesca não reduziu o número de cargos dirigentes no ano de 2015, tendo em conta que manteve as estruturas descentralizadas. Deve no entanto ser realçado que o número atual de cargos dirigentes já se encontra reduzido por via das ações tomadas no passado (em 2008 havia 22 cargos dirigentes).

Em relação aos gastos com viaturas, realça-se que apesar de não se ter reduzido o número de viaturas, os gastos respetivos reduziram-se substancialmente face a 2014, demonstrando um maior controlo sobre a frota.

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Pelo Despacho n.º 244/15-SET de 24 de fevereiro a Secretária de Estado do Tesouro autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da Empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados. No entanto, no mesmo parecer, o Conselho de Administração do IGCP afirmou ser seu entendimento que as receitas geradas pela Docapesca deveriam ser transferidas para aquele Instituto numa base diária.

Face a este parecer, a Docapesca enviou nova carta à Secretária de Estado do Tesouro explicando as dificuldades de tesouraria que adviriam da transferência diária das receitas geradas, dada a especificidade da sua atividade prestada no âmbito da Primeira Venda de Pescado em Lota, de pescado fresco, e a necessidade de fazer pagamentos tempestivos aos armadores, o que não se coaduna com o facto de os pagamentos pelo IGCP, via transferência bancária ou cheque, não serem imediatos.

Em resposta, através do Despacho n.º 1489/15-SET, de 22 de setembro, a Secretária de Estado do Tesouro autorizou o excecionamento de acordo com o novo parecer do IGCP que, atendendo às características muito próprias do mercado piscatório, a Docapesca deverá promover um ajustamento gradual e progressivo do funcionamento dos portos e lotas, para que seja possível a utilização dos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP.

A Docapesca manteve, ao longo do ano de 2015, os seus excedentes de tesouraria na conta do IGCP, movimentando as contas na banca comercial para apoio às tesourarias locais e para os pagamentos automatizados.

Em 15 de janeiro de 2016, e nos termos da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Docapesca entregou ao Estado juros num total de 78,76 Euros, auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola.

AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

No decurso de 2015 não foi efetuada qualquer auditoria à Docapesca pelo Tribunal de Contas.

QUADRO RELATIVO À INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE CUMPRIMENTO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/M/N.A.	Data Atualização	
Exatidão	S	2015	
Constituição da Empresa	S	2015	
Função de tutela e acionista	S	2015	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- identificação dos Órgãos Sociais	S	2015	
- Estatuto interno e estatuto fiscal	S	2015	
- Divulgação das remunerações atribuídas pelos Órgãos Sociais	S	2015	
- identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2015	
- Apresentação das sinistralidades e reclamações dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015	
Exercício Financeiro Público	S	2015	
Folha síntese	S	2015	
Informação Financeira histórica e actual	S	2015	
Princípios de Bom Governo			
- Regulamento interno e Estatuto o que é aplicável em matéria	S	2015	
- Transparência, Relações com a sociedade e meio ambiente	S	2015	
- Outros princípios	S	2015	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos 3 níveis			
- Económico	S	2015	
- Social	S	2015	
- Ambiental	S	2015	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2015	
Código de Ética	S	2015	

QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos do Gestão/Plano de Atividades e Orçamento					
Objetivo 1 (Indicador Financeiro) - Volume de Negócios	X				100,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 2 (Indicador Financeiro) - Preço das CMVCA/SC-Gestão/Volume de Negócios	X				104,73% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 3 (Indicador Financeiro) - Preço Médio de pagamento	X				106,71% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 4 (Indicador Financeiro) - Reservas Legais	X				250,82% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 5 (Indicador de Atividade) - Qualidade		X			60,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 6 (Indicador de Atividade) - Segurança e Qualidade		X			60,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 7 (Indicador de Atividade) - Inovação, Modernização e Valorização		X			60,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 8 (Indicador de Atividade) - Modernização do Setor		X			60,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Objetivo 9 (Indicador de Atividade) - Investimento em Capital Humano		X			77,00% Ponto do RSC Objetivo do Gestão para 2015 - pag. 18
Gestão do Fluxo Financeiro					A taxa média anual do financiamento com recursos "off-balance" é de 2,96%, sendo superior ao índice de 2014 (taxa 10,82%) (do Anexo ao Relatório das Atividades) Ponto do RSC - Gestão do Fluxo Financeiro e Cumprimento das Limites de Endividamento - Pág. 20
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Até 300,00%	A Docapesca não tem endividamento Ponto do RSC - Gestão do Fluxo Financeiro e Cumprimento das Limites de Endividamento - Pág. 20
Evolução do PMP e Remuneração	X			Menor 13 dias ou o objetivo	Ponto do RSC Evolução do PMP e Atualização Pagamento ("Anexo") - pag. 22
Divulgação dos Ativos nos Pagamentos ("Anexo")	X			Não	Ponto do RSC Evolução do PMP e Atualização Pagamento ("Anexo") - pag. 22
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:					
Assumir a responsabilidade de aprovar no artigo 15.º da Lei 2015, concretamente no que se refere à redução dos custos operacionais, das despesas associadas à falta de transparência das atividades e resultados, assim como as questões de crédito		X		Não aplicável	Ponto do RSC Resultados Obtidos e Cumprimento das Recomendações do Acionista - pag. 23
Emendar o artigo de modo a suprimir as reservas criadas pelo RSC, limitando o tratamento à limitação para a Docapesca de todos os bens, direitos e obrigações que possam ser cobrados pelo IPTU e a constituição de uma provisão para compensar os aumentos no montante de € 350.000.				Não aplicável	Ponto do RSC Resultados Obtidos e Cumprimento das Recomendações do Acionista - pag. 23
Remuneração:					
Não utilização do período de gestão, no âmbito do art. 4.º da Lei n.º 2015/2014	X				Ponto do RSC Remuneração - pag. 24
Órgão social - redução a zero das remunerações vigentes em 2015	X			15,23%	Ponto do RSC Remuneração - pag. 25
Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - redução a zero das remunerações vigentes em 2015			N.A.		Ponto do RSC Remuneração - pag. 26
Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - redução a zero das remunerações vigentes em 2015	X			100,00%	Ponto do RSC Remuneração - pag. 26
Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - redução a zero das remunerações vigentes em 2015	X				Ponto do RSC Remuneração - pag. 26
Não utilização de verbas de crédito	X				Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 27
Não realização de despesas de representação pessoal	X				Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 27
Despesas não documentadas - n.º 2 do art. 16.º da Lei n.º 2015/2014	X				Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 27
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 27
Promocão da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da Lei n.º 2015/2014					
Estabelecimento e divulgação de sistema de remuneração pagas a mulheres e homens		X		A Docapesca encontra-se na presente data a elaborar o seu primeiro relatório sobre remuneração pagas a mulheres e homens	Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 28
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			A Empresa aplica o Código das Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto n.º 10/2008 de 26 de janeiro e subsequentes alterações	Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 28
Aplicação das normas de contratação pública pelas participações			N.A.		
Contrato celebrado a vista prévia de TC			N.A.		Ponto do RSC Artigo 22.º da Lei n.º 2015/2014 - pag. 28

Handwritten signature

Cumprimento das Obrigações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Prevenção da Corrupção (art.º 46.º do DL n.º 133/2013)					
Elaboração e divulgação do relatório anual	x			Implementação da política interna de prevenção da corrupção	Ponto do RAC Adg. 32.º nos Anexos do Relatório Público - pag. 33
Auditoria do Tribunal de Contas					
Recomendações			N.A.		Não foi realizada qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas em 2015. Ponto do RAC Auditoria contábil pelo Tribunal de Contas - pag. 33
Parque Automóvel				Não houve variação do n.º de veículos de 2014 para 2015.	
N.º de veículos		x		33	Manutenção do n.º de veículos existentes em 2014. Ponto do RAC Parque Automóvel - pag. 34
Veículos com matrícula		x		133/2014	Ponto do RAC Parque Automóvel - pag. 34
Costos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 21.º do Lei n.º 82-00014)		x			Ponto do RAC Cumprimento dos Modelos de Redução de Custos Operacionais - pag. 35
Redução de Trabalhadores (art.º 60.º da Lei n.º 82-00014)		x			Ponto do RAC Cumprimento dos Modelos de Redução de Custos Operacionais - pag. 37
N.º de trabalhadores		x			
Volume de Negócios/N.º de Transações			x		
N.º de processos		x		Variação nula	Ponto do RAC Cumprimento dos Modelos de Redução de Custos Operacionais - pag. 37
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 125.º da Lei n.º 82-00014 / art.º 28.º do DL n.º 133/2013)					
Dependências contabilísticas (RCC)			N.A.	Em 31/12/2015, existem dependências contabilísticas das Dependências da Docapesca	A Docapesca tem um encobrimento do cumprimento do UTC para o ano de 2015. Ponto do RAC Cumprimento dos Modelos de Princípio da Unidade de Tesouraria - pag. 38
Juros auferidos em encobrimento (RCC) e encargos em Provisão de Estado		x		Montante auferido € 78,76 e encargo em Provisão de Estado € 1.630,727,84	A Docapesca integrou os JCPs para o ano de 2015 na Entidade Contábil, relativa ao ano de 2015, o montante de € 78,76. Ponto do RAC Cumprimento dos Modelos de Princípio da Unidade de Tesouraria - pag. 38

ARTIGO 35.º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

A Docapesca apresenta capital próprio positivo desde 2014, ou seja, nos últimos três exercícios económicos, só em 2013 é que a Empresa apresentou capital próprio negativo. Assim, não se torna necessário o Conselho de Administração da Empresa apresentar qualquer medida no âmbito do n.º 3.º do artigo 35.º, do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, porque não se estima que o impacto da situação patrimonial do ex-IPTM, a registar contabilisticamente aquando da sua integração na Docapesca, possa alterar significativamente o Capital Próprio.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

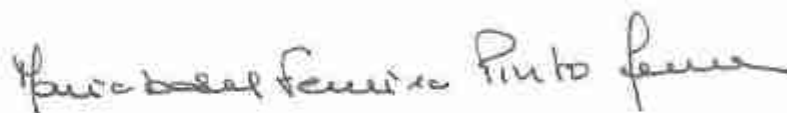
A Docapesca encerrou o exercício de 2015 com um resultado positivo de 1.811.919,82 Euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja distribuído da seguinte forma: 181.191,98 Euros para a conta de Reservas Legais e 1.630.727,84 Euros para a conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

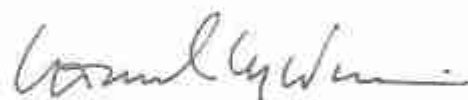
Manifestamos os nossos agradecimentos à Senhora Ministra do Mar, e ao Senhor Secretário de Estado das Pescas, pelo apoio à ação desenvolvida, a todos os organismos e serviços do Ministério do Mar, ao Ministério das Finanças, Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a todos os parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos Clientes e parceiros de negócio, pela colaboração prestada, aos trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, e aos Sindicatos pela colaboração evidenciada. Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 14 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra
(Vogal)



Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira
(Vogal)



4.
**BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**

Balanços

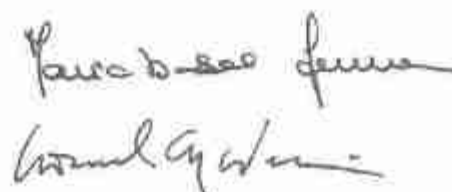
Balanços em 31 de Dezembro de 2015 e 2014		Unidade: Euros	
	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	19.143.504,56	14.260.660,34
Ativos intangíveis	8	67.208,21	124.461,90
Ativos por impostos diferidos	17	1.160.392,20	1.274.487,77
		20.371.104,97	15.659.610,01
Ativo corrente			
Inventários	12	197.354,73	207.770,88
Clientes	16	3.021.912,23	2.953.720,13
Adiantamentos a fornecedores		3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	21	242.665,22	529.390,80
Outras contas a receber	18	7.709.799,06	5.989.514,66
Diferimentos	20	117.012,84	119.209,58
Caixa e depósitos bancários	4	914.148,23	3.775.189,58
		12.206.677,49	13.578.570,79
Total do ativo		32.577.782,46	29.238.180,80
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	15,17	(5.235.140,80)	(14.574.812,47)
Excedentes de revalorização	27	-	7.775,78
Outras variações C.P. - Subsídios	15	7.458.439,68	5.311.354,68
Outras variações C.P. - Integração IPTM		384.779,24	-
		11.237.098,64	(626.661,49)
Resultado líquido do período		1.811.919,82	9.331.895,89
Total do capital próprio		13.049.018,46	8.705.234,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	2.584.231,06	2.565.549,18
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	3.934.164,84	4.441.256,27
Passivos por impostos diferidos	17	2.165.353,43	1.542.775,21
Outras contas a pagar	18	-	374.000,00
		8.683.749,33	8.913.580,66
Passivo corrente			
Fornecedores	18	893.954,62	1.760.971,70
Estado e outros entes públicos	21	1.987.273,72	1.610.385,00
Outras contas a pagar	18	7.820.177,14	8.204.408,12
Diferimentos	20	43.608,19	43.600,82
		10.845.014,67	11.619.365,74
Total do passivo		19.528.764,00	20.532.946,40
Total do capital próprio e do passivo		32.577.782,46	29.238.180,80

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

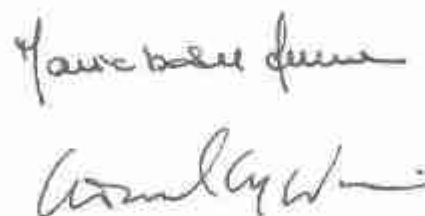
Unidade: Euros			
Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	13	25.068.941,91	23.684.311,51
Subsídios à exploração	15	490.529,03	72.350,58
Variação nos inventários da produção	12	(1.662,97)	172,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(1.301.128,06)	(1.603.180,31)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8.989.088,10)	(7.717.385,75)
Gastos com o pessoal	23	(11.160.950,02)	(10.636.818,03)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(4.057,54)	4.344,36
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	16	(643.231,28)	(302.551,40)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(28.681,88)	8.114.119,58
Outros rendimentos e ganhos	15, 25	2.435.642,04	1.859.731,71
Outros gastos e perdas	26	(1.413.167,00)	(1.104.937,22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.354.866,33	12.370.188,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(2.873.229,54)	(2.914.005,72)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.481.637,29	9.456.182,29
Juros e rendimentos similares obtidos	10	25.197,71	20.553,47
Juros e gastos similares suportados	10	(96.362,57)	(29.783,29)
Resultado antes de impostos		2.410.472,33	9.447.952,47
Impostos sobre o rendimento do período	17	(598.572,51)	(110.046,58)
Resultado líquido do período		1.811.899,82	9.331.895,89

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

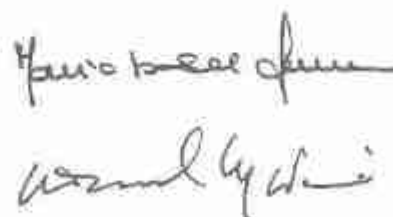
		Unidade: Euros	
	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	4	30.385.844,47	27.962.087,78
Pagamentos a fornecedores		(13.679.580,34)	(11.006.624,98)
Pagamentos ao pessoal		(11.654.544,77)	(10.126.813,57)
		Caixa gerada pelas operações	5.829.649,23
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		260.350,04	(264.717,27)
Outros recebimentos / pagamentos		(1.587.444,62)	(3.294.990,31)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.514.324,28	3.259.941,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7.974.568,73)	(3.638.538,21)
Ativos intangíveis		(6.319,05)	-
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	15	1.663.249,63	1.191.070,02
Juros e rendimentos similares		87,03	3.771,69
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(6.319.571,12)	(2.453.756,50)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(335.950,81)
Juros e gastos similares		(55.794,99)	(27.193,43)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(55.794,99)	(363.144,24)
Variações do caixa e seus equivalentes		(2.861.041,33)	442.040,91
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.775.180,66	3.339.148,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	914.146,29	3.776.189,56

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio no Período Findo em 31 de Dezembro de 2015							Unidades: Euro	
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transferidos	Exercícios de reavaliamento	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2015		8.025.400,00	100.408,00	(14.074.075,47)	3.770,76	3.371.256,60	3.371.803,89	8.706.234,40
Alterações no Período								
Exercícios de reavaliamento de ativos financeiros e intangíveis e respectivas reduções	27	-	-	8.544,70	(8.544,70)	-	-	-
Integração de reservas em reservas - (1713)		-	-	-	-	109.770,24	-	109.770,24
Imparidade de impariabilização - (1714)		-	-	-	-	(280.033,00)	-	(280.033,00)
Ajustamentos de reservas, liberação		-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas de reservas legais e excedentes de reavaliamento	17, 27	-	-	(200,00)	100,00	-	-	-
Outras alterações resultantes no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício anterior	27	-	-	8.581.908,00	-	-	(8.331.804,40)	-
Substituição de investimentos	18	-	-	-	-	2.147.588,20	-	2.147.588,20
		-	-	8.258.213,07	(7.770,76)	5.591.266,34	(5.231.803,89)	2.251.894,26
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	5.231.803,89	5.231.803,89
Resultado Integral		-	-	8.258.213,07	(7.770,76)	5.591.266,34	(5.231.803,89)	8.581.798,48
Posição no fim do período 2015		8.025.400,00	100.408,00	(5.225.862,40)	-	7.842.216,93	5.231.803,89	10.940.015,40

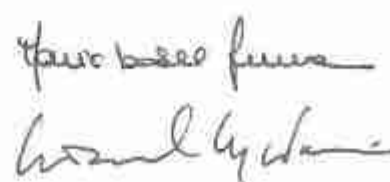
Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio no Período Findo em 31 de Dezembro de 2014							Unidades: Euro	
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transferidos	Exercícios de reavaliamento	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2014		8.025.400,00	100.408,00	(17.328.086,03)	21.303,36	4.903.100,19	3.970.222,84	(1.278.180,60)
Alterações no Período								
Exercícios de reavaliamento de ativos financeiros e intangíveis e respectivas reduções	27	-	-	(8.200,00)	(15.800,00)	-	-	-
Ajustamentos de reservas, liberação		-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas de reservas legais e excedentes de reavaliamento	17, 27	-	-	(1.000,00)	1.000,00	-	-	-
Outras alterações resultantes no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício anterior	27	-	-	3.002.308,26	-	-	(2.225.304,98)	-
Substituição de investimentos	18	-	-	-	-	821.201,10	-	821.201,10
		-	-	3.002.308,26	(15.800,00)	821.201,10	(2.225.304,98)	821.201,10
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	5.231.803,89	5.231.803,89
Resultado Integral		-	-	3.002.308,26	(15.800,00)	821.201,10	(2.225.304,98)	5.231.803,89
Posição no fim do período 2014		8.025.400,00	100.408,00	(14.074.075,47)	3.770,76	5.711.256,60	5.231.803,89	8.706.234,40

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015

1. Nota Introdutória

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os novos Estatutos foram aprovados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no sítio de Internet da Empresa (www.docapesca.pt). Com esta alteração, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe é cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche,

Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

Não foi efetuada durante o exercício de 2015 a integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca: nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma. O processo relativo à avaliação do Património foi desencadeado no decurso do primeiro trimestre. No entanto, atendendo a vicissitudes processuais, esteve suspenso, tendo o Tribunal Administrativo decidido pela extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide. O processo será retomado em 2016.

Foi efetuada uma integração parcial de saldos de clientes em relação aos fornecedores, ainda não foi feita a integração de saldos. O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2015. Durante o exercício de 2015, por não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca, que deram origem a lançamentos de integração parciais, continuando os restantes a aguardar a integração em 2016.

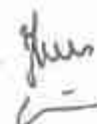
Aos dois dias do mês de junho de 2015, reuniu a 3.ª sessão da Assembleia Geral de trinta e um de março de 2015 da Docapesca, que deliberou sobre a eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017, a saber:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Vice-Presidente: Dra. Maria Cristina Marques Rosa Magina

Secretária: Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho



Conselho de Administração:

Presidente: Dr. José Apolinário Nunes Portada

Vogal: Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra

Vogal: Dr. Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira

Fiscal Único:

Efetivo: Sociedade RCA – Rosa, Correia e Associados, representada pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira

Suplente: Dr. Gabriel Correia Alves

O Dr. José Apolinário Nunes Portada pediu a dispensa de funções do mandato de Presidente do Conselho de Administração da Docapesca - Portos e Lotas, S.A., no período de 9 de setembro de 2015 a 8 de outubro de 2015, para o exercício do seu direito a candidatura a deputado da república, ao abrigo da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, com as alterações entretanto introduzidas. Neste período o Presidente designou a Vogal Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra para o substituir.

Em 21 de outubro de 2015, o Presidente do Conselho de Administração apresentou a renúncia ao cargo em resultado da sua eleição a Deputado nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015.

Até 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração funcionou apenas com os dois vogais, situação que se mantém até à presente data.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em partes definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.



Hen
L

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outras contas a receber" (compradores) e "outras contas a pagar" (armadores/pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2015 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 117.982,6 toneladas de pescado fresco, no valor de 194.645.154 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2014: 95.464,8 toneladas, no valor de 181.553.568 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo passivo por imposto diferido.

df

Handwritten signature

Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervenção de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

Conforme determinado pelo acionista, foram identificados os gastos e rendimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, das novas atividades transferidas do IPTM, para permitir a comparabilidade dos elementos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Demonstração dos Resultados por Natureza dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Rendimentos e Gastos	Unidade: Euros					
	31-12-2015			31-12-2014		
	Atividades tradicionais	Novas competências	Total	Atividades tradicionais	Novas competências	Total
Vendas e serviços prestados	21.337.254,21	4.408.547,70	25.745.801,91	20.784.014,80	2.813.851,81	23.597.866,61
Subsídios à exploração	653.229,89	-	653.229,89	73.350,68	-	73.350,68
Vendas nos inventários da produção	(1.662,97)	-	(1.662,97)	172,10	-	172,10
Créditos das mercadorias vendidas e das marítimas decorrentes	(1.200.785,60)	(1.206,16)	(1.201.991,76)	(1.602.410,81)	(701,70)	(1.603.112,51)
Fornecimento e serviços auxiliares	45.375.083,24	(2.913.984,68)	42.461.098,56	5.342.603,30	(1.774.582,15)	3.568.021,15
Gastos com pessoal	(9.455.700,00)	(1.722.319,34)	(11.178.019,34)	(9.916.649,10)	(720.269,93)	(10.636.919,03)
Incapacidades da mão-de-obra (portuárias e não)	(4.107,54)	-	(4.107,54)	4.344,55	-	4.344,55
Incapacidades da mão-de-obra (portuárias e não)	25.385,16	(718.595,89)	(693.210,73)	(302.551,80)	-	(302.551,80)
Provisões (aumentos e reduções)	(160.375,00)	194.071,12	33.696,12	(20.210,78)	8.144.320,47	8.124.109,69
Outros rendimentos e ganhos	1.738.345,64	887.286,59	2.625.632,23	1.685.072,03	224.255,76	1.909.327,79
Outros gastos e perdas	(1.303.191,86)	(709.955,12)	(2.013.146,98)	(559.782,84)	(145.194,41)	(704.977,25)
Resultado antes de impugnação, gestão de financiamento e impostos	6.600.521,92	(205.644,89)	6.394.877,03	2.691.917,25	8.608.249,66	11.299.166,91
Gastos/reversões de impugnação e de amortização	(2.801.715,26)	(27.314,28)	(2.829.029,54)	(3.898.250,38)	(18.648,24)	(3.916.898,62)
Incapacidades da mão-de-obra (portuárias e não)	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gestão de financiamento e impostos)	3.800.806,66	(477.159,17)	3.323.647,49	793.666,87	8.622.504,32	9.416.171,29
Gastos/reversões de impugnação e de amortização	25.197,71	-	25.197,71	20.503,47	-	20.503,47
Juros e ganhos similares	(12.881,00)	(29.489,74)	(42.370,74)	(29.329,66)	434,84	(28.894,82)
Juros e ganhos similares	2.809.132,14	(816.640,11)	1.992.492,03	775.782,79	8.672.159,66	9.447.942,45
Impostos sobre o rendimento do período	(599.572,51)	-	(599.572,51)	(587.883,34)	271.340,55	(316.542,79)
Resultado líquido do período	2.220.259,93	(816.640,11)	1.403.619,82	288.289,65	8.943.600,24	9.231.889,89

Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Handwritten signature

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

3.3 - Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 3.8, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e

- obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 — Service Concession Arrangements* ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

3.4 - Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.5 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensar. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.6 - Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o

período, até que os correspondentes benefícios se tomem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos corpóreos	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9 - Propriedades de investimento / Ativos não correntes detidos para venda

Propriedade de investimento

As propriedades de investimento compreenderam, até 30 de junho de 2013, um imóvel detido para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção, fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda, no curso ordinário dos negócios.

O referido imóvel passou a ser considerado como "Ativo detido para venda", por decisão do Conselho de Administração, que se propôs vendê-lo, a partir de 1 de julho de 2013.

A venda do imóvel ocorreu em abril de 2014.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existiam ativos considerados nesta categoria.

3.10 – Ativos Intangíveis

Intangíveis adquiridos

Os ativos intangíveis adquiridos são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

3.11 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia

recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.12 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

3.13 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe

uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa *desreconhece* ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São *desreconhecidos* os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Na sequência do contrato celebrado entre a Repsol e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado na rubrica de Diferimentos por contrapartida da conta a pagar de Fornecedores. Em agosto de 2015 foram celebrados entre a Repsol e a Docapesca novos contratos, com base nos quais, a partir de dezembro de 2015, o fornecimento de gasóleo colorido e marcado para abastecimento de embarcações é realizado no regime de consignação
- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado
- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2015 no montante de 2.584.231,06 Euros, das quais 1.223.133,79 Euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 270.986,71 Euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis – Matosinhos: 183.375,00 Euros, provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 Euros e provisão para sinistro ocorrido nos estaleiros de Azurara: 33.606,91 Euros)

3.16 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a



data do balanço (*non adjusting events*), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Em fevereiro de 2016 a Docapesca foi notificada pela Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos de avaliações patrimoniais efetuadas pelo Serviço de Finanças de Portimão a prédios em regime de propriedade horizontal, situados na Marina de Portimão, em nome do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. Não sendo a Docapesca proprietária ou usufrutuária daqueles prédios nem, consequentemente, sujeito passivo, foram as mesmas notificações devolvidas ao Serviço de Finanças de Portimão em 1 de março de 2016.

3.17 – Especialização de exercícios

As receitas e as despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

"Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	2015	2014
Numerário	29.861,09	47.088,77
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
- Bancas comerciais	587.335,85	1.725.769,59
- IGCP	296.951,29	2.001.331,20
Aplicações de tesouraria - IGCP	0,00	0,00
	914.148,23	3.775.189,56
Descobertos bancários	-	-
	<u>914.148,23</u>	<u>3.775.189,56</u>

Em 31 de dezembro de 2015 não existem contas bancárias que estejam a descoberto.

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Administrativa e Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao valor de caixa a 31 de dezembro de 2015 foi deduzido o montante de 55.554,97 Euros (acrescido à rubrica de "Outros devedores"), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (4 de janeiro).

Em 31 de dezembro de 2015 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Depósitos bancários mobilizáveis

Delegação	Total	Banco Comercial	IGCP
Matosinhos	80.020,11	80.020,11	-
Avôro	55.010,32	55.010,32	-
Figueira da Foz	10.145,95	10.145,95	-
Peniche	949,08	949,08	-
Sede	637.955,15	341.003,60	296.951,29
Sines	7.533,92	7.533,92	-
Portimão	91.635,62	91.635,62	-
Setúbal	41.493,29	41.493,29	-
Tavira	8.562,98	8.562,98	-
Vila Real de Santo António	3.916,93	3.916,93	-
	835.223,25	638.273,56	256.951,29
Ólhão	(8.181,00)	(8.181,00)	-
Póvoa de Varzim	(19.078,57)	(19.078,57)	-
Seiximbra	(20.288,80)	(20.288,80)	-
Setúbal	(3.409,72)	(3.409,72)	-
	(50.958,11)	(50.958,11)	-
	694.267,14	587.315,45	256.951,29

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

Pelos Despachos n.ºs 36/14-SET, de 8 de janeiro e 244/15-SET, de 24 de fevereiro, a Secretaria de Estado do Tesouro autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 194.645.154 Euros no exercício de 2015 e de 181.553.568 Euros no exercício de 2014.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Subsídios não reembolsáveis ao investimento (nota 15)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Docapesca procedeu ao registo do acréscimo dos subsídios não reembolsáveis ao investimento recebidos durante o exercício, na respetiva conta de capital próprio e estimou o montante dos subsídios não reembolsáveis ao investimento que espera vir a receber em 2016, com elevado grau de certeza, referente a projetos de investimento já contratualizados com o IFAP e que se encontram realizados material e financeiramente à data de 31 de dezembro de 2015, no montante de 2.861.620,63 Euros

6. Partes relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, foram conforme se segue:

Remunerações	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	100.118,35	106.454,59
Despesas de Representação	34.486,50	36.959,76
Subsídio de Ração	3.524,78	4.610,93
Férias e Subsídio de férias (Lei 54-D/2011)	21.123,69	16.528,05
Subsídio de Natal	9.010,48	9.677,88
Redução Salarial (Lei 83-C/2013 e 75/2014)	(13.214,34)	(13.215,89)
Ajudas de custo - Deslocações	1.805,38	2.572,12
Assembleia Geral	3.208,63	1.809,18
Revisão legal das Contas	13.620,00	13.620,00
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 23)	175.693,62	179.017,60
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	36.681,05	37.684,99
Seguro de acidentes de trabalho	1.172,73	1.207,17
Seguro de acidentes pessoais	162,99	195,00
Seguro de saúde	664,69	657,03
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	38.721,46	39.744,19
	212.415,08	218.761,79

Durante o exercício de 2014, as reduções nas remunerações foram efetuadas com base na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (de janeiro a maio) e na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (de setembro a dezembro).

No período de junho a 14 de setembro não houve redução salarial.

Em 2015, as reduções nas remunerações foram efetuadas com base na Lei n.º 75/2014, de 1 de setembro, havendo lugar a uma reversão de 20% da redução.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2015						
	Edifícios e outras construções	Equipamentos básicos	Equipamentos de transporte	Equipamentos administrativos	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativos						
Saldo inicial	41.804.802,47	15.474.757,32	852.324,13	3.785.833,65	557.587,45	2.116.093,44
Aquisições	4.156.637,22	617.023,36	120,00	10.085,50	373.840,11	2.444.645,73
Alienações	-	-	-	(200,00)	(1.200,00)	-
Transferências	1.583.295,69	71.034,37	-	10.505,81	4.181,08	(1.639.388,45)
Abates	(552.559,90)	(18.812,17)	-	(51.373,48)	(83.517,31)	(15.444,39)
Saldo final	46.732.175,48	16.173.893,90	852.444,13	3.845.450,12	1.244.572,31	2.905.269,33
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	32.752.030,53	12.743.731,91	540.891,11	3.565.077,05	563.107,51	-
Depreciações do exercício (nota 24)	2.004.826,36	522.762,79	5.453,59	130.039,64	165.544,16	-
Alienações	-	-	-	(200,00)	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	(282.361,98)	(18.446,72)	-	(51.373,48)	(86.316,40)	-
Saldo final	34.474.504,91	13.248.048,98	546.344,70	3.643.855,15	742.439,27	-
Ativos líquidos	12.257.670,57	2.925.844,92	306.100,43	2.201.594,97	502.033,04	2.905.269,33
2014						
	Edifícios e outras construções	Equipamentos básicos	Equipamentos de transporte	Equipamentos administrativos	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativos						
Saldo inicial	40.837.523,91	10.195.605,31	599.242,97	3.741.579,71	919.850,03	410.898,47
Aquisições	6.55.883,40	383.714,25	0,25	61.326,88	148.166,42	2.012.533,11
Alienações	(3.100,74)	(0,88)	-	(200,00)	-	-
Transferências	132.554,73	60.471,31	-	79.218,80	-	(312.293,04)
Abates	(857.785,90)	(185.291,29)	-	(101.305,74)	(104.132,54)	(200,00)
Saldo final	43.634.004,47	10.474.797,32	599.243,22	3.780.298,65	957.687,45	2.116.093,44
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	31.149.412,27	10.241.881,82	541.032,01	3.461.152,35	542.800,01	-
Depreciações do exercício (nota 24)	1.891.571,00	565.056,64	5.893,15	145.862,11	130.135,44	-
Alienações	(3.193,74)	(0,88)	-	(200,00)	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	(355.459,75)	(183.216,63)	-	(101.368,41)	(86.325,94)	-
Saldo final	32.752.030,52	12.743.731,91	546.891,11	3.565.077,05	563.107,51	-
Ativos líquidos	8.882.771,95	2.732.815,41	5.352,11	2.215.221,60	394.579,94	2.116.093,44

Ativos Tangíveis em Curso	Investimento em 2014	Investimento em 2015	Total
Requalificação da Lota - Figueira da Foz	225.340,20	564.165,30	789.505,50
Equipamentos Frigoríficos - Lota de Portimão	188,33	379.286,63	379.474,96
Reabilitação - Edifício Rua das Naus - Bateria	2.350,00	345.810,50	348.160,50
Requalificação da Lota - Lagos	-	228.562,78	228.562,78
Requalificação da Lota - Sagres	-	205.908,79	205.908,79
Central Água Salgada e Aquecimento - Matosinhos	-	140.870,92	140.870,92
Outros	-	812.795,88	812.795,88
Total	227.878,53	2.677.390,80	2.905.269,33

No decurso do ano de 2015, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções", que dizem respeito, essencialmente, aos projetos de requalificação das lotas.

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra e, em 2014, com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2015, ascende a 11.657,283,85 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 32.199,424,47 Euros.

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APVC	370.700,08	161.045,63	209.654,45
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	16.811.892,15	15.148.780,09	1.662.942,06
Porto de Pesca de Aveiro	APA	1.064.634,07	637.785,52	426.848,55
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	2.250.990,75	1.653.154,31	597.836,44
Posto de Vendagem de Trafaria	APL	31.032,48	28.810,07	2.222,41
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	3.779.496,59	2.724.951,32	1.054.545,27
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1.493.841,46	1.190.514,93	303.326,53
Porto de Pesca de Sines	APS	931.537,30	681.385,40	250.151,90
Lote de Cascais	Município	213.803,04	208.287,83	4.515,21
Posto de Vendagem de Mira	Município	20.090,67	10.109,24	9.981,43
Entrepósito Frigorífico de Peniche	Município	3.360.572,37	3.454.195,91	106.376,46
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	29.826,35	8.062,44	21.763,91
Posto de Vendagem de Afurada	—	13.344,03	13.344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	—	25.991,65	25.991,65	-
Posto de Vendagem de Angézar	—	25.274,59	24.944,52	330,07
Posto de Vendagem de Armação do Pêra	—	21.231,03	21.231,03	-
Posto de Vendagem de Arrifana	—	42.390,53	40.798,00	1.592,53
Posto de Vendagem de Azinhão do Mar	—	61.980,81	52.154,64	9.826,17
Posto de Vendagem de Burgau	—	5.872,95	5.872,95	-
Posto de Vendagem de Castelo do Nôvo	—	38.881,05	31.538,82	7.342,23
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	—	587.983,65	298.062,05	290.021,60
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	—	67.522,45	34.865,65	32.656,80
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	—	10.009,97	10.009,97	-
Posto de Vendagem de Fuzeta	—	44.703,34	44.571,99	131,35
Posto de Vendagem de Gámbia	—	19.036,38	19.036,38	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	—	12.484,25	12.484,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	—	27.140,57	27.140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	—	11.981,87	11.981,87	-
Posto de Vendagem de Tomel	—	11.290,25	9.496,64	1.793,61
Posto de Vendagem de Vila Cha	—	19.068,95	16.069,43	2.999,52
Posto de Vendagem de Zambujeira	—	89.124,48	59.920,07	29.204,41
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	—	589.755,55	178.927,79	410.827,76
Sub-Total 1		32.273.378,34	20.630.903,21	11.642.475,13

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Venda de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	23.528,00	2.680,90	20.847,10
Posto de Venda de Esposenda	Docapesca (a)	44.304,29	12.456,09	31.848,20
Porto de Pesca da Rêvea de Varzim	Docapesca (a)	840.880,29	281.155,97	559.724,32
Posto de Venda de Vila do Conde	Docapesca (a)	188.786,89	3.117,28	185.669,61
Porto de Pesca da Nazaré	Docapesca (a)	1.209.296,10	729.346,14	479.949,96
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	2.047.135,21	763.104,68	1.284.030,53
Posto de Venda de Encelha	Docapesca (a)	40.708,89	40.708,89	-
Porto de Pesca da Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1.137.262,27	636.777,24	500.485,03
Porto de Pesca de Lagoa	Docapesca (a)	730.822,43	669.326,43	67.496,00
Posto de Venda de Albufeira	Docapesca (a)	31.401,32	14.815,64	16.585,68
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	1.804.754,27	347.481,38	1.457.272,89
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	1.431.125,92	537.036,51	894.119,41
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	190.336,31	85.336,23	105.000,08
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	164.627,72	135.913,73	28.713,99
Posto de Venda de Santa Luzia	Docapesca (a)	71.192,55	62.797,41	8.395,14
Posto de Venda de Alvor	Docapesca (a)	13.584,29	13.584,29	-
Posto de Venda de Faro	Docapesca (a)	140.830,84	14.844,18	125.986,66
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	1.369.644,09	1.020.930,47	348.713,62
Sub-Total 2		11.563.329,98	5.368.521,26	6.194.808,72
Total		43.856.708,32	32.199.424,47	11.657.283,85

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. O montante destes ativos, em 31 de dezembro de 2015, ascende a 106.376,46 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 3.560.572,37 Euros. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.

Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2015, eram os seguintes:

1 – Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de € 60.105,15; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico.

2 – Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.077.568,01 Euros, constituídos por equipamento de estiva, estanteria, equipamento de pesagem e de movimentação, entre outros.

Nota: Em anos anteriores, esteve em poder da firma III – Soluções de Informática, Lda, equipamento informático diverso, no valor de € 2.526,43; tratava-se de equipamento de apoio ao alojamento de vídeos dos leilões online, composto por um computador (PC Tower, disco interno adicional, software

do sistema operativo e uma UPS de 1000 VA), para satisfazer o armazenamento de dados conforme contrato. Os bens em causa foram devolvidos à Docapesca em 2015.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos corpóreos	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 2.808.745,95 Euros (2.828.247,09 Euros em 2014), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

A Docapesca, até 2012, depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

Após o exercício de 2012 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes, dada a incerteza de renovação dos mesmos.

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015		
	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	199.840,46	1.220.485,65	1.380.026,11
Aquisições	7.230,00	-	7.230,00
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	146.770,46	1.220.485,65	1.367.256,11
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	123.945,69	1.111.618,63	1.235.564,31
Depreciações do exercício (Nota 24)	13.911,84	50.572,05	64.483,89
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	137.857,52	1.162.190,68	1.300.048,20
Ativos líquidos	9.912,94	58.294,97	67.207,91

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 64.483,69 Euros (85.758,63 Euros em 2014), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

2014			
	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Aquisições	4.308,00	-	4.308,00
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	139.540,46	1.220.485,95	1.360.026,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	101.617,19	1.048.188,69	1.149.805,88
Depreciações do exercício (nota 24)	22.328,49	63.430,14	85.758,63
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	123.945,68	1.111.618,83	1.235.564,51
Ativos líquidos	15.594,78	108.867,12	124.461,90

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respectivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

9. Locações

Locação operacional

Em finais de 2012 foram celebrados dois contratos de locação operacional (AOV) cujas despesas são, nos termos legais, contabilizadas como rendas.

Em abril de 2013 foram celebrados mais dois contratos AOV, com o mesmo tratamento contabilístico dos anteriores.

Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
	Custo	Custo
Locação operacional		
Viaturas ligeiras de passageiros	25.222,05	25.222,05

Os gastos a reconhecer no futuro relativamente aos contratos AOV em curso, tendo em conta que não foi celebrado qualquer novo contrato em 2015, são:

	Pagamentos mínimos a efetuar		
	2016	2017	a partir 2017
Locação operacional			
Viaturas ligeiras de passageiros	24.201,75	5.140,63	-

10. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros suportados		
Financiamentos bancários (nota 18)	176,45	4.157,41
Locações financeiras	-	-
Outros financiamentos	89.964,46	84.140,81
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares (nota 18)	5.064,54	18.245,00
Garantias bancárias	6.357,22	4.579,42
Atualização de dívidas	-	12.221,75
	<u>98.362,67</u>	<u>28.763,17</u>

O montante de juros – outros financiamentos inclui 43.901,71 Euros relativos ao acordo celebrado com a APA (juros cobrados sobre as três prestações de 187.000,00 Euros a pagar anualmente, entretanto liquidadas) e 37.971,02 Euros relativos a juros de mora relativos a dívidas do ex-IPTM.

A empresa encara os juros relativos ao acordo celebrado com a APA como um custo de financiamento, na medida em que o pagamento em prestações visava o controlo da situação financeira, que se previa ter que fazer face a elevado volume de investimento. O pagamento das segunda e terceira prestações viriam a ser antecipados, dado que o volume de investimento verificado foi menos do que o previsto.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros cobrados		
Depósitos - Caixa de Crédito Agrícola Popular	74,32	6,76
Depósitos - IGCP	4,44	4.826,11
Depósitos - Outros	9,00	140,82
Juros de Mora	25.118,35	15.263,92
Juros de adiantamentos sobre vendas	-	25.197,71
Outros rendimentos similares		
Distribuição de resultados - C.C.A.M.	-	4,76
	<u>25.197,71</u>	<u>20.585,47</u>

Em fevereiro de 2014, e nos termos da Lei n.º 83 C/2013 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), a Docapesca entregou ao Estado um total de 86,84 Euros, sendo 82,32 Euros auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola e os restantes 6,52 Euros auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente no Banco Popular.

Ainda em novembro de 2014 e nos termos da mesma Lei, a Docapesca entregou ao Estado 6,76 Euros, auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente na Caixa de Crédito Agrícola, a que se seguiu idêntica entrega, em janeiro de 2015, de mais 140,82 Euros referentes à mesma conta.

Já em janeiro de 2016, nos termos da mesma Lei, a Docapesca entregou ao Estado 78,76 Euros, auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente na Caixa de Crédito Agrícola.

11. Propriedades de investimento / Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Propriedades de investimento compreendia um imóvel situado em Vila Real de Santo António registado de acordo com o método do custo histórico, pelo montante de 128.088,32 Euros. Este imóvel foi adquirido pela Docapesca em 2007 e encontrava-se parcialmente arrendado.

O imóvel foi avaliado em 223.603 Euros, em dezembro de 2012, por um avaliador independente – empresa “Still.One, Engenharia e gestão de projetos” representada pelos peritos avaliadores João António Lampreia Rebolo e Ana Infante.

Os métodos de avaliação adotados foram:

- Método dos custos, em que o “Valor de mercado” corresponde ao somatório de todos os custos inerentes à construção do imóvel, acrescidos da margem de promoção;
- Método do rendimento, que consiste em determinar o valor do imóvel a partir dos rendimentos que ele gera ou possa vir a gerar no futuro;
- Taxa de capitalização que traduza a rentabilidade do capital investido.

Em 1 de julho de 2013, na sequência da decisão da Empresa pela alienação, o imóvel foi reclassificado como “Ativo não corrente detido para venda”, cessando a depreciação do exercício.

Assim, em 2013, as depreciações do exercício (correspondentes a seis meses), no montante de 4.570,44 Euros (9.140,88 Euros em 2012), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos em resultados rendimentos no montante de 1.445,01 Euros (5.298,37 Euros em 2013), relacionados com propriedades de investimento, correspondentes a rendas de janeiro a março de 2014 (nota 13).

Em abril de 2014, a propriedade foi vendida pelo montante de 220.000 Euros, montante que ficou cativo, à ordem da Autoridade Tributária, por conta de um processo de execução fiscal entretanto extinto, intentado pela APFF (Administração do Porto da Figueira da Foz). Na sequência da extinção do processo, a Docapesca recebeu o montante cativado em abril de 2015.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2015			2014		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Mercadorias	155.420,66	(3.091,28)	152.329,38	172.172,46	(3.091,28)	169.081,18
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	63.090,19	(20.305,60)	42.784,59	51.054,23	(16.268,06)	34.786,17
Produtos acabados e intermediários	2.240,56	-	2.240,56	3.903,53	-	3.903,53
	220.751,41	(23.396,88)	197.354,53	227.130,22	(19.359,34)	207.770,88

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é detalhado conforme se segue:

	2015		
	MF, Subs.		Total
	Mercadorias	Consumo	
Saldo inicial	172.172,46	61.054,23	233.226,69
Compras	1.055.860,85	251.113,02	1.306.973,87
Regularizações	(10.554,28)	(4,20)	(10.558,48)
Saldo final	(155.420,86)	(63.090,19)	(218.511,05)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1.062.058,20	228.063,86	1.301.122,06

	2014		
	MF, Subs.		Total
	Mercadorias	Consumo	
Saldo inicial	227.130,22	57.167,10	284.297,32
Compras	1.347.399,90	169.179,01	1.516.578,91
Regularizações	(9.114,59)	(3,60)	(9.118,19)
Saldo final	(172.172,46)	(51.054,23)	(223.226,69)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1.396.853,05	204.287,28	1.601.140,33

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
	Produtos acabados	Produtos acabados
Saldo inicial	3.603,53	3.730,74
Saldo final	(2.240,55)	(3.693,63)
Variação dos inventários de produção	1.062,97	(172,79)

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é detalhada a seguir:

	Toneladas em Silo	
	2015	2014
Vieno do Castelo	0,00	1,70
Fóvea de Vazim	0,00	3,50
Maisinhos	88,50	90,00
Avôlir	55,00	74,10
Figueira da Foz	20,00	10,00
Sagres	3,70	1,50
Portinho	1,20	0,90
Lagun	0,00	0,40
Quarenta	2,00	7,00
Tavira	0,60	0,00
VRS&	4,00	2,00
Total	121,10	121,30

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	16.268,06	20.305,60	(16.268,06)	-	20.305,60
	19.359,34	20.305,60	(16.268,06)	-	23.396,88

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	20.612,42	16.268,06	(20.612,42)	-	16.268,06
	23.703,70	16.268,06	(20.612,42)	-	19.359,34

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

No exercício de 2015, a Empresa registou uma reversão da imparidade devido à valorização e utilização de matérias de consumo que haviam sido objeto de imparidade no exercício anterior, no montante de 16.268,06 Euros;

As perdas por imparidade de inventários do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 20.305,60 Euros, bem como as reversões no montante de 16.268,06 Euros, foram registadas na rubrica de "Imparidade de inventários".

13. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Venda de bens	2.515.032,77	2.646.265,81
Prestação de serviços	23.451.849,14	21.039.045,90
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 11 e 25)	-	1.445,91
Juros obtidos (Nota 10)	25.197,71	20.546,69
	25.992.139,62	23.706.303,21

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Vendas e Serviços Prestados

	2015			2014		
	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do FTM	Total	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do FTM	Total
- Venda de gelo	1.371.382,48	-	1.371.382,48	1.146.611,04	-	1.146.611,04
- Venda de combustíveis	1.061.516,27	-	1.061.516,27	1.329.652,66	-	1.329.652,66
- Venda de apetrechos de pesca	30.912,83	-	30.912,83	75.839,57	-	75.839,57
- Venda de lubrificantes	20.076,22	-	20.076,22	36.494,86	-	36.494,86
- Venda de baterias	4.230,35	-	4.230,35	5.834,24	-	5.834,24
- Venda de comidos	26.025,00	-	26.025,00	26.350,00	-	26.350,00
- Venda de embalagens	86,62	-	86,62	24.722,91	-	24.722,91
Outros serviços prestados:						
- Serviço de 1ª Venda de pescado	15.658.585,14	-	15.658.585,14	14.919.550,95	-	14.919.550,95
- Serviço dos portos de pesca	2.563.855,83	1.754.186,22	4.318.042,05	2.940.416,54	1.105.298,77	4.045.715,31
- Gestão dominial	126,10	1.369.240,73	1.369.366,83	-	1.031.653,32	1.031.653,32
- Serviços de Navegação de Recreio e Marítimo-Turísticos	-	1.196.906,02	1.196.906,02	-	736.941,55	736.941,55
- Outros	224.756,47	58.203,62	282.960,09	150.085,60	48.167,37	208.252,97
	21.557.422,25	4.429.519,60	25.986.941,85	20.724.319,96	2.913.991,61	23.638.311,57

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em loja.

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é apresentada nos quadros seguintes:

	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Autoridade Tributária - Provisão para ISP	140.110,56	-	-	-	-	140.110,56
Para compromissos assumidos	950.000,00	-	-	-	-	950.000,00
Para compromissos assumidos - IPTM	242.304,83	-	(242.304,83)	-	-	-
Para processo judicial - Nota Engt	729.457,00	-	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - Fingelo	490.334,16	-	-	-	-	490.334,16
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	-	54.004,80	-	-	-	54.004,80
Para riscos e encargos - Sinistro - Azurara	-	33.606,91	-	-	-	33.606,91
Para imposto municipal sobre imóveis - Matosinhos	-	183.375,00	-	-	-	183.375,00
	2.555.540,18	270.986,71	(242.304,83)	-	-	2.584.231,06

	2014					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Taxa de movimentação de pescado IPTM	9.121.979,14	31.721,76	(9.153.700,92)	-	-	-
Taxa de movimentação de pescado APA	1.837.794,96	117.277,55	(950.032,11)	(1.124.890,40)	-	-
Taxa de movimentação de pescado APVC	85.918,04	4.600,57	(90.918,61)	-	-	-
Taxa de movimentação de pescado APFF	296.413,76	39.883,30	-	(336.296,44)	-	-
Taxa de movimentação de pescado IPTM 2010/2011	37.909,08	-	(37.909,08)	-	-	-
Edificações IPTM (Nota 26)	480.880,37	6.604,34	(486.654,71)	-	-	-
Autoridade Tributária - Provisão para ISP	140.110,56	-	-	-	-	140.110,56
Para compromissos assumidos	-	950.000,00	-	-	-	950.000,00
Para compromissos assumidos - IPTM	-	242.304,83	-	-	-	242.304,83
Para processo judicial - Nota Engt	-	729.457,00	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	-	3.342,61	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - Fingelo	-	490.334,16	-	-	-	490.334,16
	12.130.945,70	2.615.136,25	(10.729.245,93)	(1.461.276,84)	-	2.555.540,18

Tal como indicado na Nota Introdutória, a assinatura em 2014 de novos contratos de concessão com a APA, a APFF e a APVC originou a extinção de todos os processos em execução fiscal promovidos por aquelas Administrações portuárias e as reversões e utilizações das provisões acima detalhadas. Adicionalmente, e na sequência da extinção dos processos em execução fiscal referentes à taxa de movimentação de pescado promovidos pelo IPTM, foi revertida a totalidade da provisão anteriormente registada.

Provisão para Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

Foi constituída em 2012 uma provisão, no montante de 140.110,56 Euros, para fazer face a um provável pagamento de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Contribuição para a Segurança Rodoviária, relativa a abastecimentos de combustível nos postos de mar da Docapesca. Foi efetuada a reclamação graciosa do processo, tendo sido indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi entretanto efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Provisão para Processos Judiciais

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, diploma que entrou em vigor no dia 4 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM nas funções de autoridade portuária e na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, pelo que, no que diz respeito aos

processos judiciais em curso, em que é parte o IPTM, ficou a Docapesca colocada na mesma posição em que este Instituto se encontrava.

A Docapesca reconhece os seguintes processos, cujas responsabilidades provisionou face a um eventual pagamento futuro:

A - Mota-Engil, S.A. – Processo n.º 873/13.7BELLE, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com o valor de 729.457,00 Euros. Trata-se de ação em que a Mota-Engil, S.A. reclama ao IPTM o pagamento do valor referido, com base na suspensão dos trabalhos relativos a um contrato de empreitada de "Construção da Doca de Recreio de Pesca Artesanal de Olhão".

B – Fingelo, S.A. - Esta empresa, concessionária, no porto de pesca de Olhão, de um espaço onde implantou uma fábrica de gelo tem, desde há vários anos, um litígio, primeiro com a JAPSA (Junta Autónoma dos Portos do Sotavento Algarvio) e IPS (Instituto Portuário do Sul) e, mais tarde, com o IPTM, uma vez que alega que este não cumpriu o referido contrato, pois permitiu que fosse comercializado livremente gelo de outras proveniências, apesar de se ter obrigado a conceder o exclusivo da fabricação, comercialização e fornecimento de gelo, no porto de Olhão. Valor: 490.334,18 Euros.

C - Mech, S.A. - Esta empresa (Sociedade de Consultoria em Arquitetura e Engenharia) reclama um valor não pago relativo à adjudicação de um projeto de execução de obra a realizar no porto da Nazaré. Valor reclamado: 3.342,61 Euros.

Provisão para responsabilidades assumidas

Na sequência da celebração do novo contrato de concessão com a APA, e do acordo referente à dívida do passado, foi constituída uma provisão, no valor de 950.000,00 Euros, relativa à responsabilidade assumida pela Docapesca com a execução futura de uma dragagem no porto de pesca de Aveiro, que se estima realizar em 2016.

Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 Euros) e também para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido no estaleiro de Azurara (risco avaliado em 33.606,91 Euros).

15. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:



Subsídio	2015				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	21.476.288,12	1.938.705,90	2.861.620,63	941.381,51	16.183.201,87
Ativos tangíveis abatidos		-	-	6.385,11	-
	21.476.288,12	1.938.705,90	2.861.620,63	947.766,72	16.183.201,87

Os subsídios ao investimento recebidos em 2015, no montante de 1.938.705,90 Euros, correspondem, principalmente, aos projetos HACCP e de Requalificação das Lotas: Figueira da Foz: 333.089,89 Euros, Nazaré: 216.188,63 Euros, Periche: 435.894,35 Euros, Sesimbra: 168.530,23 Euros, Portimão: 226.492,59 Euros, Olhão: 286.801,09 Euros e Vila Real de Santo António: 125.906,07 Euros.

O montante total registado difere do que consta da demonstração de fluxos de caixa principalmente pelo facto de ter sido retido pelo IFAP, no processamento de subsídios, o montante de 309.283,96 Euros relativos a uma devolução (determinada na sequência de auditoria a um projeto do IPTM cuja titularidade foi transferida para a Docapesca) e a um ajustamento de 33.827,69 de um subsídio que havia sido processado em excesso

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Docapesca procedeu ao registo do acréscimo dos subsídios não reembolsáveis ao investimento recebidos durante o exercício, na respetiva conta de capital próprio e estimou o montante dos subsídios não reembolsáveis ao investimento que espera vir a receber em 2016, com elevado grau de certeza, referente a projetos de investimento já contratualizados com o IFAP e que se encontram concluídos, material e financeiramente, à data de 31 de dezembro de 2015, no montante de 2.861.620,63 Euros

Os subsídios a receber discriminam-se como segue:



Handwritten signature

Projeto	Realizado até 31.Dez.2015 com subsídio por receber	Taxa	Compart. sobre o valor realizado
Online - Peniche	31.577,72	75,00%	23.683,79
Online - Peniche	41.951,00	75,00%	31.463,25
HACCP - Póvoa do Varzim	121.281,51	75,00%	90.961,13
Vila do Conde e Vila P. Âncora	15.688,36	75,00%	11.766,27
Viana e Póvoa - Frio	326.707,67	75,00%	245.030,75
Exteriores - Póvoa do Varzim	17.744,90	75,00%	13.308,67
Norte - Ambiente	67.787,02	75,00%	50.840,26
HACCP - Matosinhos	23.293,09	75,00%	17.469,82
Pavilhão Sardinha - Matosinhos	323.678,90	75,00%	242.654,18
Matosinhos - Pavimentação Sardinha	39.310,67	75,00%	29.483,00
HACCP - Figueira da Foz	226.665,93	75,00%	169.999,45
Exteriores - Figueira da Foz	173.376,71	75,00%	130.032,53
HACCP - Aveiro	322.519,50	75,00%	241.889,63
HACCP - Nazaré	89.982,89	75,00%	67.487,17
Nazaré - Escadas e Defensas	33.822,80	75,00%	25.367,10
Peniche - Iluminação Exterior	108.000,01	75,00%	81.000,01
HACCP - Peniche	76.372,24	75,00%	57.279,18
Exteriores - Peniche	80.909,08	75,00%	60.681,81
HACCP - Sesimbra	64.435,08	50,00%	32.217,54
HACCP - Setúbal	130.704,03	50,00%	65.352,02
Sagres e Lagos - Requalificação	266.717,86	75,00%	200.038,39
Sagres - Lota Antiga	296.805,03	45,00%	133.607,27
HACCP - Portimão	70.610,32	75,00%	52.957,74
Portimão - Água Salgada	103.675,39	45,00%	46.654,02
Portimão - Fábrica de Gelo	331.048,32	45,00%	148.971,74
Exteriores - Portimão	275.129,32	75,00%	206.346,99
HACCP - Oihão	38.911,06	75,00%	29.183,29
Oihão - Iluminação Pública	217.206,60	75,00%	162.904,95
Sul - Ambiente	85.843,58	75,00%	64.382,67
Oihão - Estruturas Flutuantes	290.724,48	45,00%	130.826,01
Total	4.289.481,23		2.861.820,63

Todos os projetos de investimento considerados foram objeto de contratação específica com o IFAP, I.P. (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas), apresentam execução física e financeira concluídas e foram apresentados os pedidos de pagamento respetivos, exceto nos casos em que a conclusão nos últimos dias de dezembro não o permitiu.

Assim, verifica-se, em todos os casos, um elevado grau de certeza no recebimento dos subsídios contratados.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 947.766,72 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos (Nota 25).

Handwritten signature

Em 31 de dezembro de 2015, a Docapesca reconheceu impostos diferidos relativos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 2.165.353,43 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (nota 17).

2015					
Subsídio	Montante total (1)	Ganhos acumulados (2)	Montante líquido (3) = (1) - (2)	Outras variações Capital Próprio (4)	Passivo por impostos diferidos (5) = (3) + (4)
Subsídios relacionados com ativos:					
Integração IPTM	-	-	-	(364.779,54)	
Ativos tangíveis e intangíveis	21.476.289,12	16.183.001,87	5.293.086,25	(7.458.439,05)	(2.165.353,43)
2014					
Subsídio	Montante total (1)	Ganhos acumulados (2)	Montante líquido (3) = (1) - (2)	Outras variações Capital Próprio (4)	Passivo por impostos diferidos (5) = (3) + (4)
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	21.015.477,56	14.185.115,80	6.830.360,86	(5.311.334,86)	(1.545.006,36)

Subsídios à exploração

Para além dos subsídios ao investimento, a Docapesca registou também, durante o exercício de 2015, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi recebido o montante total de 206.533,35 Euros (registado nas contas de "Subsídios à Exploração"), relativos aos projetos: Produção de 13 programas de difusão dos produtos da pesca (24.937,50 Euros), Participação na Feira SISAB 2015 (45.231,29 Euros), Participação na Feira Conxemar (31.742,51 Euros), Participação no Evento Semana Azul (21.424,17 Euros), Projeto de Valorização de Espécies (39.332,96 Euros) e Certificado de Compra em Lota (45.864,90 Euros).

Adicionalmente, e à semelhança do procedimento seguido para os subsídios ao investimento, e utilizando os mesmos pressupostos, foram contabilizados os subsídios à exploração relativos aos projetos concluídos, mas cujo subsídio será recebido em 2016, no valor total de 284.796,48 Euros.

Projeto	Realizado até 31.Dez.2015 com subsídio por receber	Taxa	Compart. sobre o valor realizado
Exposições e Campanhas	166.867,14	71,25%	118.892,84
Certificado de Compra em Lota 2	95.639,39	71,25%	68.142,35
Valorização de Espécies	18.401,39	71,25%	13.110,99
Recetas Inovadoras de Pescado	15.943,26	71,25%	11.359,57
Participação na Feira Conxemar 2015	40.347,56	71,25%	28.747,63
Campanha de Promoção dos Produtos da Pesca	19.436,11	71,25%	13.949,85
Produção de 13 Programas de Difusão	24.230,76	71,25%	17.264,42
A Pesca por um Mar sem Lixo	19.535,13	68,75%	13.429,03
Total	400.399,73		284.796,48

16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de março de 2016. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Foi apresentado um Pedido de Informação Vinculativa efetuado pela Docapesca, que visava recuperar, em termos fiscais, um ganho fiscal não utilizado relacionado com o valor pago à Administração do Porto de Aveiro, na sequência do acordo celebrado, que, em caso de decisão favorável, poderia reduzir a matéria coletável em 1.096.798,81 Euros.

Em 29 de fevereiro de 2016, a Docapesca tomou conhecimento da decisão favorável por parte da Autoridade Tributária, o que implicará, logo que a comunicação formal esteja concluída, a substituição da Declaração Modelo 22 relativa ao exercício de 2014.

Assim, os efeitos escriturados relativos à Declaração Modelo 22 de 2014 foram revistos, tendo em conta a informação em causa, e produziram efeitos quer na consideração do prejuízo tributável efetivamente obtido em 2014, quer na não utilização da parte restante do Crédito Fiscal ao Investimento, que no seu conjunto vieram a produzir efeito positivo no Imposto estimado relativo ao exercício de 2015.

Este procedimento deu origem a ganhos no exercício por três vias:

- anulação do gasto escriturado em 2015 a título de imposto relativo a 2014 por não ter sido efetuada estimativa no ano anterior (IRC: 71.085,87 Euros, Derrama Municipal: 11.363,86 Euros e Tributação Autónoma: -13.228,79 Euros), traduzindo-se num ganho líquido de 69.221,04 Euros
- consideração em 2015 do prejuízo fiscal obtido em 2014 (339.206,90 Euros), que corresponde a um ganho no imposto de 86.497,76 Euros
- utilização em 2015 do Crédito Fiscal ao Investimento ainda disponível para utilização, por dedução direta à Coleta, no montante de 103.160,04 Euros

A redução global no IRC de 2015 a pagar, resultante destes ganhos parcelares, é de 258.678,84 Euros.

Nota: após o fecho das contas, foi detetado um erro no cálculo da estimativa de IRC a pagar em 2016 relativo ao exercício de 2015, que determinou que a estimativa de Imposto (IRC mais Derramas) esteja sobrevalorizada em 18.126,84 Euros.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	400.655,73	-
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	-	1.042,59
Imposto sobre o rendimento Exercício - Derrama Municipal	35.881,84	-
Imposto sobre o rendimento Exercício - Estadual	26.903,98	-
Imposto sobre o rendimento Exercício - Tributação Autônoma	21.714,70	40.250,05
	<u>485.255,25</u>	<u>41.292,64</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	113.926,56	74.753,64
	<u>113.926,56</u>	<u>74.753,64</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>599.181,81</u>	<u>116.046,28</u>

	2015	2014
Resultado líquido do período	1.811.870,82	1.381.866,26
Variações patrimoniais (positivas e negativas)	-	(91.100,90)
Diferenças permanentes	378.034,64	(9.755.281,86)
Diferenças temporárias	548.041,82	175.279,97
Lucro tributável	2.737.947,28	(335.206,53)
Prejuízos fiscais reportados	(339.206,90)	-
Margem Coletável	2.398.740,38	(335.206,53)
IRC a pagar antes do crédito fiscal ao investimento	525.745,77	-
Crédito fiscal ao investimento	(109.160,64)	-
IRC - Coleta	416.585,13	-
Derrama Municipal	35.881,84	-
Derrama Estadual	26.903,98	-
Tributação Autônoma	21.714,70	40.250,05
IRC a pagar	<u>485.245,65</u>	<u>40.250,05</u>

Crédito fiscal ao investimento

Em 2013, aplicou-se a Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, referente ao crédito fiscal extraordinário ao investimento.

Dado o valor do investimento realizado nos meses de junho a dezembro de 2013 (1.481.463,72 Euros), e a elegibilidade, para dedução à coleta de IRC, de 20% desse montante, foi apurado o valor total de dedução à coleta de IRC de 296.292,74 Euros.

Do montante apurado foi utilizado, em 2013, para dedução à coleta líquida, o máximo admissível (70% da coleta líquida), no valor de 190.699,05 Euros. Com a substituição da declaração Modelo 22, foi utilizado o montante adicional de 2.433,65 Euros.

A verba remanescente, de 103.160,04 Euros foi utilizada em 2015, para dedução à coleta do exercício de 2014. No entanto, a alteração a efetuar no modelo 22 do exercício de 2014, leva a que a utilização efetiva venha a figurar no modelo 22 do exercício de 2015.

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

	2015		2014	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.274.467,77	1.542.775,21	1.350.808,66	1.579.646,77
Subsídios reconhecidos no ano				
A receber		436.208,83		243.478,71
Recebido		400.385,92		130.996,09
Efeito fiscal da imputação e resultados dos subsídios recebidos (inclui o efeito de abates de ativos subsidiados)		(218.247,51)		(409.497,27)
Desconto financeiro de contas a pagar não correntes		-		-
Reservas de reavaliação		(769,01)		(1.756,09)
Provisão para Processos Judiciais	-		275.205,11	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição				
Utilização	(114.095,57)		(121.544,13)	
Acordos de Concessão				
APA	-		(157.380,69)	
APRF	-		(72.821,20)	
	(114.095,57)	622.578,22	(76.320,91)	(38.871,58)
Saldo final	1.160.392,20	2.165.353,43	1.274.467,77	1.542.775,21

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos ativos e passivos é o seguinte:

	2015	2014
Ativos por impostos diferidos	1.160.392,20	1.274.467,77
Plano de Pensões	885.187,09	998.282,66
Processos Judiciais	275.205,11	275.205,11
Passivos por impostos diferidos	2.165.353,43	1.542.775,21
Subsídios ao investimento (nota 15)	2.165.353,43	1.542.006,20
Reavaliações	-	769,01

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Docapesca registou Ativos por Impostos Diferidos no montante de 1.160.392,20 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em

vigor na empresa (ver nota 19). O período de 12 anos corresponde essencialmente ao período de reversão das diferenças temporárias tributáveis que geraram os passivos por impostos diferidos.

As restantes diferenças temporárias dedutíveis (essencialmente provisões) e o crédito fiscal CFEI não foram utilizados para gerar ativos por impostos diferidos atendendo à incerteza na obtenção de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação.

Processos em execução fiscal

- **Liquidação adicional de IVA**

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (Nota 14), na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. Registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- **Administração do Porto de Aveiro**

Entre maio de 2008 e maio de 2013, foram reclamadas pela APA, dívidas a título de taxas de movimentação de pescado, no montante de 2.746.646,33 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto dos Serviços de Finanças de Lisboa 6 e 7.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a APA, tendentes à celebração de contrato de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes.

Em 2014, na sequência da assinatura de novo contrato de concessão, foram cancelados todos os processos em execução fiscal e anuladas todas as provisões constituídas, com exceção das que foram utilizadas na sequência do acordo celebrado com a APA a respeito da dívida do passado.

O acordo, alcançado através de consensualização extrajudicial, fixou a dívida em 2.137.867,87 Euros, a regularizar com o pagamento efetuado pela Docapesca de 563.980,40 Euros em 2014 e de

três prestações de 187.000,00 nos anos de 2015 a 2017, efetivamente pagas em 2015, dadas as disponibilidades de tesouraria existentes. A título de contrapartida do valor remanescente, fica a Docapesca obrigada a proceder à dragagem da área concessionada no porto de pesca costeira de Aveiro.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeita ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

18. Ativos e passivos financeiros

Clientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes", em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é detalhada conforme segue:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	933.942,35	-	933.942,35	1.161.934,59	-	1.161.934,59
Vencido:						
0-90 dias	1.177.726,19	(5.976,87)	1.171.747,22	1.475.349,98	(5.444,94)	1.469.904,94
90-180 dias	419.618,10	(5.536,15)	414.081,95	266.005,33	(5.652,82)	260.352,51
180-360 dias	939.185,41	(437.044,81)	502.140,60	189.481,45	(143.421,95)	28.059,50
> 360 dias	4.735.519,53	(4.735.519,53)	-	4.362.211,75	(4.362.745,17)	35.466,59
	8.205.991,59	(5.184.079,66)	3.021.912,23	7.434.983,01	(4.481.263,88)	2.953.720,13

A Docapesca não procedeu ainda à integração dos saldos do balancete do ex-IPTM, a avaliar após a administração pelo DGRM, no período de 1 de janeiro de 2013 até 1 de junho de 2014.

Procedeu, no entanto, ao registo das cobranças efetuadas aos clientes para pagamento das faturas emitidas pelo IPTM/DGRM, constituindo saldos credores de clientes, que a Docapesca reconheceu em Balanço, em 31 de dezembro de 2015, pelo montante global de 674.779,24 Euros. Este valor corresponde ao somatório:

- de 488.797,91 Euros, de cobranças efetivas até 31 de dezembro de 2015;

[Assinatura]

- de 47.992,85 Euros de cobranças já conhecidas em 2016;
- e de 137.988,50 Euros de cobranças registadas através de processos de execução fiscal, que foram transferidos indevidamente para a conta bancária do Instituto da Mobilidade e Transportes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as "Outras contas a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Contas:						
Outras devedoras:						
Compradores – guias	3.403.206,70	(85.576,50)	3.317.630,20	2.886.281,36	(144.971,00)	2.741.310,36
Devedores duvidosos	2.888.772,54	(2.888.772,54)	-	2.888.366,12	(2.888.366,12)	-
Devedores diversos	548.768,13	-	548.768,13	628.882,76	-	628.882,76
Valores em caixa / Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento a receber (nota 15)	2.881.820,60	-	2.881.820,60	1.042.127,58	-	1.042.127,58
Subsídios à Captação a receber (nota 15)	254.216,46	-	254.216,46	-	-	-
Outros	488.216,30	(8.387,42)	479.828,88	338.180,48	(2.087,43)	336.093,05
	10.294.901,63	(2.751.837,46)	7.543.064,17	8.811.395,28	(2.811.432,54)	6.000.000,44
Acréscimos às receitas:						
Outros	183.701,66	-	183.701,66	183.267,20	-	183.267,20
	103.701,66	-	103.701,66	103.267,20	-	103.267,20
	10.498.603,29	(2.751.837,46)	7.746.765,83	8.914.662,48	(2.811.432,54)	6.103.229,94

O montante relativo a "Compradores – guias" está acrescido em 55.554,97 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2015 e depositados no dia útil seguinte.

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é detalhada conforme segue:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	998.206,63	-	998.206,63	1.430.305,30	-	1.430.305,30
Vencido:						
0-90 dias	1.594.617,37	-	1.594.617,37	1.962.290,69	-	1.962.290,69
90-180 dias	253.333,24	-	253.333,24	357.851,00	-	357.851,00
180-360 dias	55.006,50	-	55.006,50	113.441,84	(62.455,10)	50.986,74
>360 dias	3.221.746,47	(2.745.750,04)	475.996,43	2.792.890,43	(2.792.890,43)	(80,00)
	6.113.000,20	(2.745.750,04)	3.367.250,16	6.596.688,26	(2.795.335,53)	3.801.352,73

A diferença de 10.000 Euros na quantia escriturada líquida fica a dever-se à existência de uma imparidade adicional específica nesse valor relativa a uma dívida de "Devedores duvidosos"

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 643.231,28 Euros (302.551,40 Euros em 2014), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

[Assinatura]

gber
Chc
1

	2015		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	876.908,32	(174.800,13)	702.108,19
Outros devedores	5.290,69	(64.163,60)	(58.872,91)
	<u>882.200,01</u>	<u>(238.963,73)</u>	<u>643.236,28</u>

	2014		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	272.090,77	(30.949,72)	241.140,05
Outros devedores	82.453,15	(1.053,75)	81.400,35
	<u>354.543,92</u>	<u>(32.003,47)</u>	<u>322.540,45</u>

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2015, estavam na posse da Docapesca 852 Garantias Bancárias, no valor de 11.743.930,25 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 1.494.661,90 Euros.

	2015	2014
Garantias bancárias	11.743.930,25	11.309.584,94
Cauções em numerário	1.494.661,90	1.437.100,45
	<u>13.238.592,15</u>	<u>12.746.685,39</u>

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2015	2014
Garantias bancárias	1.379.681,50	1.190.886,16
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	68.465,94	33.465,89
Seguros de caução	22.062,48	7.184,08
Depósitos bancários para retenção garantias	69.304,85	32.855,48
Retenção para reforço de garantia		
Fornecedores correntes	4.982,77	8.597,15
Fornecedores de investimento	213.218,10	222.545,11
	<u>1.745.651,64</u>	<u>1.485.437,87</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

Unidade	Iniciadora	2015			2014		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	SP	-	-	-	-	-	-
Descoberto bancário	Milenium BCP	1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-
Conta caucionada	Milenium BCP	-	-	-	750.000,00	-	-
Conta caucionada	BES	-	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	ODD	-	-	-	-	-	-
		<u>1.250.000,00</u>	-	-	<u>2.000.000,00</u>	-	-

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

gber

Durante o exercício de 2015, o endividamento médio foi de 6.911 Euros, remunerado à taxa média de 2,56 %.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.209.886
2006	4,14%	130.600	5.808	3.156.540
2007	4,09%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,88%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,03%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530
2012	4,09%	41.682	34.184	1.018.977
2013	2,06%	15.037	30.396	508.089
2014	1,87%	4.157	19.246	148.193
2015	2,56%	116	5.565	6.911

A taxa média anual de financiamento apresentada corresponde ao indexante + *spread* + imposto de selo.

A conta caucionada foi garantida por subscrição de livrança em branco com convenção de preenchimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013. Abriu uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de junho de 2015, e foram renovados por períodos sucessivos de 90 dias. Em novembro de 2015, considerando que a evolução da atividade da empresa, nomeadamente o investimento previsto para 2016, não justificava a manutenção da conta caucionada, a Docapesca comunicou ao Millennium BCP a não renovação da conta corrente caucionada, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2015.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:



	2015	2014
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	751.106,78	952.599,13
0-90 dias	227.464,99	724.801,58
90-180 dias	-	-
180-210 dias	-	-
> 210 dias	-	-
	<u>578.573,72</u>	<u>1.678.830,51</u>
Fornecedores, combustíveis (Não vencido)	17.231,14	14.670,92
Fornecedores, tot. em recepção e conferência	<u>(1.850,20)</u>	<u>69.409,97</u>
	<u><u>933.954,82</u></u>	<u><u>1.760.971,70</u></u>

A conta Fornecedores, combustíveis no montante de 17.231,14 Euros (14.670,92 Euros em 2014) é referente à valorização de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos (explorados pela Docapesca) de abastecimento de combustíveis a navios.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Outras contas a pagar (não corrente):	-	374.000,00
APA - Administração do Porto de Aveiro	-	374.000,00
Outras contas a pagar (corrente):	7.820.177,14	8.204.408,12
Cativações a armadores	1.792.705,86	1.867.949,88
Cauções	1.625.130,59	1.570.509,42
Armadores - marés	495.825,01	774.707,60
Reserva pessoal dos armadores	549.834,09	632.549,38
Armadores - Segurança Social	8.990,11	13.038,10
Fornecedores de imobilizado	761.937,27	683.584,37
APA - Acordo - 1.ª prestação	-	187.000,00
IFAP - Subsídios processados em excesso	241.873,26	270.835,28
IIPTM - Processos Judiciais	290.000,00	-
Outros	276.698,52	299.835,00
Acréscimos de gastos:		
- Férias a liquidar	1.389.250,41	1.415.043,06
- Água	59.635,97	33.716,62
- Electricidade	77.651,60	95.398,57
- Apoio jurídico	3.000,00	6.000,00
- Assinalamento Marítimo	-	188.148,00
- Exploração de Portos e Lotas	-	27.854,33
- Descontos em Serviços de Lota	7.926,12	11.901,81
- Imposto Municipal sobre Imóveis	24.232,90	12.332,90
- Transporte de Pescado	13.029,78	12.373,80
- Diversos	201.855,83	119.132,76
	<u>7.820.177,14</u>	<u>8.578.408,12</u>

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

A rubrica "Outras contas a pagar" inclui, em 2014, no passivo não corrente, duas das três prestações de 187.000,00 Euros a entregar à APA na sequência do acordo celebrado. A outra prestação, por ser devida em 2015, está considerada no passivo corrente.

A Docapesca pagou à APA, em 2015, a totalidade do montante devido, antecipando o pagamento das prestações de 2016 e 2017, dadas as disponibilidades de tesouraria e o elevado custo dos juros.



19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
≥ 30	100%
≥ 25 e < 30	90%
≥ 20 e < 25	80%
< 20	75%

(Tabela I)

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
SPL = Salário pensionável líquido
PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:



Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
$N < 20$	1 x salário mensal	—
$20 \leq N < 25$	2 x salário mensal	1 x salário mensal
$25 \leq N < 30$	3 x salário mensal	1 x salário mensal
$30 \leq N < 35$	5 x salário mensal	2 x salário mensal
$35 \leq N$	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2015.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:



- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2015 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos (com exceção da taxa de retorno real dos ativos do fundo) seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	TV 68/90	TV 68/90
Taxa de desconto	1,40%	1,00%
Taxa de retorno real dos ativos do fundo	1,80%	4,90%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

A taxa de desconto utilizada no estudo atuarial para 2015 foi alterada de 1% para 1,4%, tendo em consideração o horizonte de 6 anos das responsabilidades da Docapesca.

Esta aumento correspondeu a um ganho atuarial de 248.659,00 Euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":



	2015	2014
Custo dos serviços correntes	12.685,00	15.521,00
Custo de juros	52.112,00	163.688,00
Rendimento esperado do fundo	(8.012,00)	(30.386,00)
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos	(502.311,60)	(3.120,00)
Revisão Atuarial	-	-
Cortes do plano/(ganhos)/perdas reconhecidas	-	-
Total de gastos (Nota 2.3)	(246.425,60)	145.693,00

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	442	311	753
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	8.239	1.045.222	1.053.461
Justo valor dos ativos do fundo			830.193
Deficit do fundo			223.268
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1.698.940	2.015.948	3.714.888
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			3.934.165

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são descritos conforme se segue:

	2015	2014
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	4.175.941	4.354.129
Custo dos serviços correntes	12.173	15.193
Custo de juros	40.547	126.671
A alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais	(132.287)	(623.512)
Benefícios previstos	(200.914)	(299.034)
A alteração da taxa de desconto	(118.572)	577.340
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	3.712.887	4.175.941

Os ganhos atuariais correspondem, essencialmente, ao prêmio de reforma, pensões de sobrevivência e subsídio por morte, cujo pagamento se encontra suspenso.

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são descritos a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	973.992	1.108.975
Retorno real dos ativos do fundo	9.390	42.911
Contribuições para o fundo	-	-
Benefícios pagos	(153.189)	(177.894)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	830.193	973.992



A carteira de ativos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 85.472.986 Euros (86.054.269 Euros em 2014), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 0,87 % (1,13% em 2014).

As principais categorias de ativos do fundo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2015	2014
Liquidez	49.812	165.579
Obrigações	539.249	642.835
Ações	99.823	125.619
Retorno absoluto	33.208	20.220
Imobiliário	8.302	9.740
	<u>830.193</u>	<u>973.992</u>

O retorno real dos ativos do fundo ascendeu em 31 de dezembro de 2015 a 9.390 Euros (42.911 Euros em 2014).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de dezembro, encontra-se assegurado em 105 %, com referência a 31 de dezembro de 2015, resultando um excesso de financiamento de 42.410,00 Euros.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo 31-12-2015	Com fundo 31-12-2015	Sem fundo 31-12-2014	Com fundo 31-12-2014
A. Alterações nas responsabilidades:				
Responsabilidades no início do período	4.175.941	1.239.308	4.354.182	1.329.865
Custo dos serviços correntes	12.173	513	15.163	368
Custo dos juros	43.547	11.565	126.871	37.017
(Ganhos) / perdas atuariais	(122.287)	(9.339)	(603.512)	(65.887)
Benefícios provistos	(263.914)	(165.587)	(293.834)	(192.267)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(116.572)	(23.473)	572.341	130.492
Responsabilidades no final do período	<u>3.712.888</u>	<u>1.051.471</u>	<u>4.175.941</u>	<u>1.239.308</u>
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	973.992	-	1.108.975
Rendimento esperado	-	9.312	-	30.388
Ganho/ (perda) de rendimento	-	478	-	(2.515)
Contribuições da empresa	260.021	-	-	-
Benefícios pagos	(260.021)	(163.180)	-	(177.894)
Valor do fundo no final do ano	-	<u>830.193</u>	-	<u>973.992</u>
C. Valores reconhecidos no balanço:				
Valores do Balanço				
Responsabilidades	3.712.888	1.051.471	4.175.941	1.239.308
Fundo	-	830.193	-	973.992
Valor líquido das responsabilidades	<u>3.712.888</u>	<u>2.281.279</u>	<u>4.175.941</u>	<u>2.213.300</u>

Período terminado em	Sem fundo 31-12-2015	Com fundo 31-12-2015	Sem fundo 31-12-2014	Com fundo 31-12-2014
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	12.173	513	15.153	358
Custo dos juros	40.547	11.565	126.671	37.017
Rendimento esperado do fundo	-	(8.912)	-	(50.396)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	-	-
Cortes do plano (ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	52.720	3.166	141.824	6.989
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo	-	9.390	-	42.911
Rendimento de reembolsos	-	-	-	-
<i>OCI: Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço</i>				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios anteriores	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	(255.108)	(47.204)	(40.767)	66.393
(Ganho) / Perda atuarial	(248.859)	(33.318)	(28.172)	64.535
(Ganho) / Perda de rendimento	-	(478)	-	(12.515)
(Ganho) / Perda de benefícios	(6.249)	(13.408)	(14.595)	14.373
(Ganhos) / Perdas	(255.108)	(47.204)	(40.767)	66.393
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	1,40%	1,40%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	1,00%	1,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
F. Activos do Fundo				
Ações	-	12,00%	-	13,00%
Obrigações Taxa Fixa	-	54,00%	-	45,00%
Obrigações Taxa Variável	-	23,00%	-	21,00%
Imobiliário	-	4,00%	-	3,00%
Retorno Absoluto	-	1,00%	-	1,00%
Líquidez	-	8,00%	-	17,00%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
<i>Diferença entre o rendimento esperado e efectivo</i>				
a. Em valor	-	(478)	-	(12.515)
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	-0,1%	n.a.	-1,3%
<i>Diferença entre as responsabilidades esperadas e efectivas</i>				
a. Em valor	(248.859)	(33.318)	(28.172)	64.535
b. Em percentagem das responsabilidades	-8,7%	-3,2%	-0,6%	3,2%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(4.175.941)	(255.318)	(4.254.123)	(220.660)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	255.752	47.204	40.767	(37.647)
Custo com pensões	(52.720)	(3.166)	(141.824)	(6.989)
Contribuições da empresa	-	-	-	-
Benefícios pagos directamente pela empresa	206.021	-	279.239	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período	(3.712.688)	(221.278)	(4.175.941)	(255.318)

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.

Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de "contribuição definida" fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de "contribuição definida", encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de "benefício definido" para "contribuição definida") mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de "benefícios definidos" em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis.

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Diferimentos ativos		
Combustíveis	17.231,14	14.870,62
Seguros diversos	66.630,20	70.739,91
Manutenção de licenças (Software)	5.605,65	3.762,45
Rend. do Edifício da Sede	20.631,38	20.798,02
Diversos custos diferidos	8.494,26	6.238,25
	<u>117.612,63</u>	<u>116.209,25</u>
Diferimentos passivos		
Imposto juros a receber	6.750,20	6.750,20
Ced. Explor. Grelha de Distribuição de Energia	11.250,00	11.250,00
Indemnizações a reconhecer	23.608,93	23.608,93
Diversos ganhos	-	(8,27)
	<u>41.609,13</u>	<u>41.600,86</u>

As indemnizações a reconhecer, à data de 31 de dezembro de 2015, correspondem a sinistros ocorridos em 2013 em Matosinhos (7.018,00 Euros), em Aveiro (15.781,70 Euros) e na Figueira da Foz (809,23 Euros) e cujos valores foram já recebidos, mas ainda não alocados a qualquer custo, sendo expectável que, durante o primeiro trimestre de 2016, sejam reconhecidos como proveitos.

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado		400.585,73		-
IRC de Exercícios anteriores a Recuperar	53.801,37			
Pagamento especial por conta	12.715,16		12.715,16	-
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	35.981,84	-	-
Imposto Estimado Derrama Estadual		26.963,68		-
Pagamento adicional por conta	-		47.859,08	
Pagamento por conta	164.110,99		459.066,51	
Derrama municipal a pagar		-		-
Tributação autónoma a pagar	-	21.714,70	-	43.250,05
Retenção na Fonte - rendimentos captais e produtivos	59,22		1.577,09	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	111.511,21	-	125.690,76
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.169.543,67	-	1.191.483,31
Contribuições para a Segurança Social	-	221.472,99	-	252.980,66
Outros impostos	12.348,55	-	8.464,04	-
	242.665,22	1.987.273,72	529.380,80	1.610.385,00

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derramas que constam do Passivo (463.531,25 Euros) deduzido dos montantes de pagamentos antecipados e IRC a recuperar (230.217,25 Euros), cifrando-se, em termos líquidos, em 233.313,80 Euros.

Em 2015, não foram efetuados quaisquer pagamentos a título de Pagamento Especial por Conta e Pagamento Adicional por Conta.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em loja que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é detalhada conforme segue:

	2015			2014		
	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do IPTM	Total	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do IPTM	Total
Eleticidade	932.205,62	593.903,75	1.526.109,37	958.595,54	324.439,58	1.283.035,12
Limpeza, higiene e conforto	977.528,58	475.698,94	1.453.227,52	864.665,28	192.679,04	1.057.344,32
Conservação e reparação	692.753,36	503.577,01	1.196.330,37	872.503,78	446.597,45	1.319.101,23
Vigilância e segurança	695.342,68	472.682,82	1.168.025,50	837.536,95	287.686,10	1.125.223,05
Serviços de mão-de-obra externa	619.377,66	295,00	619.672,66	512.263,42	-	512.263,42
Água	334.366,87	177.683,60	512.050,47	276.235,46	170.309,36	446.544,82
Trabalhos especializados	389.483,89	596.908,86	986.392,75	380.311,26	221.389,73	601.700,99
Comunicações	139.577,81	19.285,70	158.863,51	140.141,63	7.828,30	147.970,13
Honorários	35.406,10	200,00	35.606,10	47.675,14	-	47.675,14
Rendas e alugueres	187.484,58	53.665,71	241.150,29	187.379,91	43.648,59	231.028,50
Serviços postais e correio	597.286,66	-	597.286,66	590.725,69	-	590.725,69
Seguros	75.727,63	21.697,99	97.425,62	72.688,98	6.668,38	79.357,36
Outros	598.531,58	198.205,28	796.736,86	595.486,46	59.504,53	655.020,99
	6.075.283,24	2.910.984,86	8.986.268,10	5.956.204,50	1.761.181,26	7.717.385,76

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa destinam-se, em parte, ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2015	2014
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	2.456.000,00	1.915.484,54
Fornecimentos e Serviços Externos	1.520.109,37	1.183.009,12
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	628.826,63	732.445,42

	2015	2014
Água faturada pelos fornecedores	752.022,04	661.434,64
Fornecimentos e Serviços Externos	512.060,37	448.544,83
Imputada a custo de produção do gelo	69.324,63	64.099,82
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	210.618,04	160.790,23

O consumo de energia e água registrado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2015			2014		
	Trabalhadores da Docapesca	Novas Competências	Total	Trabalhadores da Docapesca	Novas Competências	Total
Remunerações dos órgãos sociais (nota 6)	179.116,22	577,30	179.693,52	178.567,50	430,10	179.017,60
Remunerações do pessoal	7.393.685,40	1.359.487,31	8.753.172,71	7.401.804,65	572.847,96	7.974.652,61
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-
Benefícios de férias (Nota 19)	(246.426,60)	-	(246.426,60)	145.693,00	-	145.693,00
Indemnizações	74.322,37	-	74.322,37	199.394,04	-	199.394,04
Encargos sobre remunerações	1.891.683,03	311.951,13	2.003.634,16	1.891.620,15	156.093,51	2.047.713,66
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	65.325,15	6.892,34	72.217,49	63.677,94	2.657,34	66.335,28
Gastos de ação social	169.346,88	24.762,29	194.109,17	158.393,12	3.240,76	161.633,88
Gastos com formação	31.072,52	16.342,59	47.415,11	33.897,59	5.180,00	39.077,59
Outros	84.394,01	200,80	84.594,81	43.411,10	60,55	43.471,65
	9.436.723,08	1.723.319,54	11.160.042,62	9.916.540,10	720.289,03	10.636.829,13

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de 493 e 456 trabalhadores, respetivamente.

24. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	2.808.745,55	2.828.247,09
Ativos intangíveis (Nota 8)	54.483,69	65.758,63
Propriedades de investimento (Nota 11)	-	-
	<u>2.873.229,24</u>	<u>2.894.005,72</u>

25. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos das propriedades de investimento (Nota 11)	-	1.445,01
Outros rendimentos suplementares (Notas 22)		
- Energia elétrica	752.692,52	295.705,08
- Água	222.717,00	109.082,50
- Cedência de exploração	90.125,75	108.513,94
- Outros	168.121,54	151.990,61
Descontos de pronto pagamento obtidos	12,47	295,18
Ganhos em ativos fixos tangíveis	243,09	378,77
Ganhos em inventários	631,24	181,42
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	947.766,72	1.077.668,91
Alienação de ativos não correntes (Nota 11)	-	95.482,13
Outros	253.527,71	18.113,66
	<u>2.435.642,04</u>	<u>1.652.731,71</u>

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica "Cedência de exploração" respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

26. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

	2015	2014
Impostos e taxas	49.586,23	36.960,24
Cedência de exploração	30.882,18	205.280,15
Concessões de portos de pesca	1.044.060,26	624.517,03
Perdas em ativos fixos tangíveis	47.350,56	34.363,63
Perdas em inventários	1.434,35	3.580,77
Custos - Processos exec. fiscal	0,00	82.997,26
Outros	239.367,32	110.237,84
	<u>1.412.167,00</u>	<u>1.104.937,22</u>

As rubricas "Gastos com cedências de exploração" e "Concessões dos portos de pesca" incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 406.338,11 Euros (344.915,80 Euros em 2014);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 119.377,00 Euros (112.369,44 Euros em 2014);
- O valor de 19.307,00 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (APA e APFF) – 14.046,78 Euros em 2014;
- O valor de 328.161,47 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (83.562,97 Euros em 2014 – apenas outubro a dezembro);
- O valor de 190.189,68 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (83.398,82 Euros em 2014 – apenas outubro a dezembro);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 8.506,20 Euros (14.755,00 Euros em 2014).

Em relação ao exercício de 2014, já não surgem em 2015 os custos relacionados com o cálculo de 50% sobre os valores cobrados a título de licenças de ocupação em portos sob jurisdição do ex-IPTM (100.765,12 Euros em 2014) e a licença de ocupação da lota de Aveiro (61.860,76 Euros em 2014).

27. Instrumentos de capital próprio

Capital realizado: Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Excedentes de revalorização: Esta rubrica resulta da reavaliação do ativo corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O movimento da rubrica "Excedentes de revalorização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foi conforme segue:

	2015	2014
	Excedente de revalorização ativo fixo tangível	Excedente de revalorização ativo fixo tangível
Saldo no início do período	7.775,76	21.513,59
Amortização e imparidades	(8.544,78)	(19.395,92)
Imposto diferido	789,01	1.758,11
Saldo no final do período	-	7.775,76

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende a 100.620,52 Euros em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção-Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 31 de março de 2015, a totalidade do lucro obtido em 2014 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (deduzida do efeito de passivos por impostos diferidos) ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15)

28. Integração dos Saldos do ex-IPTM

Em 2015 procedeu-se à integração parcial dos saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), correspondentes aos valores efetivamente cobrados, no montante de 674.779,24 Euros,

Da mesma forma, foi integrada, no Passivo, a responsabilidade transferida para a Docapesca no âmbito de um Processo Judicial movido contra o ex-IPTM pela Construtora San Jose, cujo gasto potencial está estimado em 290.000,00 Euros. Não foi constituída qualquer provisão para este efeito, dado que a mesma já tinha sido constituída pelo IPTM e registada no seu Balanço à data de 31 de dezembro de 2012. Esta empresa (empregueiro de construção civil) apresentou um procedimento de injunção contra o IPTM, peticionando a condenação deste no pagamento da quantia de 290 mil Euros, correspondente a custos de estaleiro e de estrutura emergentes de atraso, imputável à Dona da Obra, na execução do contrato de empreitada "Construção das Instalações Terrestres do Porto de Pesca da Quarteira" (Processo n.º 2743/11.4BEPRT, Unidade Orgânica 1, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé).

A Docapesca optou por criar um grupo próprio de contas na rubrica Variações de capital próprio para registar as variações patrimoniais já registadas no Balanço do IPTM à data de 31 de dezembro de 2012. estes movimentos, que totaliza, em 31 de dezembro de 2015, os valores referidos, no montante líquido de 384.779,24 Euros

29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2015	2014
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.811.919,82	8.331.895,85
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1.705.690	1.705.690
Resultado por ação básico	1,0623	5,4711

30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias prestadas		
	2015	2014
Repsol	210.000,00 (a)	210.000,00
Petrogal	15.000,00 (a)	15.000,00
APA	100.000,00 (b)	100.000,00
APFF	100.000,00 (b)	100.000,00
Restantes Garantias Prestadas	35.407,21	35.407,21
Total	460.407,21	460.407,21

- a) Duas garantias bancárias, de 50.000 Euros cada, destinadas a cobrir o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos portos de pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Repsol, duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino e uma garantia bancária de 15.000 Euros associada à gestão Galp Frota.
- b) Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

31. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2014 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 29	Sim	Existindo cumprimento, a probabilidade é nula	460.407,21	n. z.	Destinam-se a assegurar fornecimentos (225.000,00), cumprimento de contratos (200.000,00) e diversos (35.407,21)

32. Gastos Operacionais (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, art. 61.º, n.ºs 3 e 4)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os gastos operacionais referidos na Lei do Orçamento do Estado para 2015 eram detalhados conforme segue:

Gastos Operacionais	31-12-2015			31-12-2016		
	Letas e Vendagens	Novas Competências	Total	Letas e Vendagens	Novas Competências	Total
Comunicações	139.577,81	19.285,70	158.863,51	140.553,22	7.416,91	147.970,13
Deslocações e Estadas	21.015,95	1.827,47	22.843,42	16.699,22	2.342,17	19.041,39
Ajuda de Custo	12.015,54	2.576,90	14.592,45	11.126,46	1.467,10	12.593,56
Gastos com Viaturas (*)	164.522,29	30.585,81	195.088,09	161.807,54	16.995,69	188.803,23
Reparações de Viaturas	47.216,74	11.838,02	59.054,76	55.181,66	413,70	55.595,36
Seguros para Viaturas	8.905,94	1.756,74	10.662,68	9.366,65	80,09	9.446,74
Aluguer de Viaturas	25.322,05	-	25.322,05	25.393,97	-	25.393,97
IUC - Imposto Único de Circulação	1.166,09	544,29	1.710,38	1.156,89	80,72	1.237,61
Contribuições para Viaturas	53.944,64	11.757,72	65.702,36	80.636,00	11.763,47	92.399,47
Portagens e Estacionamentos de Veículos	28.167,73	3.958,84	32.126,57	30.144,38	3.662,61	33.807,00
Outros Gastos (Registos e Notariado)	-	910,00	910,00	-	1.038,70	1.038,70
	337.132,58	54.255,70	391.388,28	350.186,48	28.221,89	378.408,37

(*) não estão incluídas as despesas relacionadas com máquinas

33. Situação perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira

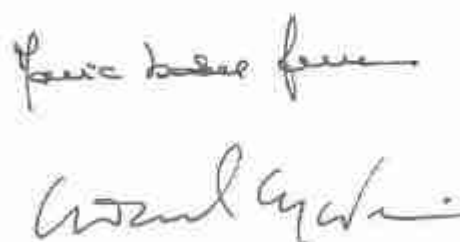
À data de 31 de dezembro de 2015, a Empresa dispunha de uma Declaração da Segurança Social atestando ter a sua situação contributiva regularizada, válida até 14 de abril de 2016.

A Empresa dispunha também, em 31 de dezembro de 2015, de uma Certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira declarando que a Docapesca tinha a sua situação tributária regularizada, válida até 5 de fevereiro de 2016, entretanto renovada, estando a atual válida até 5 de Maio de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Handwritten signature

5.
PERFORMANCE
DA
DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. A Empresa mantém as lotas dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota depende de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização, através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2015, a atividade das embarcações de pesca inverteu a tendência decrescente que tinha vindo a registar desde 2011, embora a realização de descargas para venda em lota tenha sido ainda inferior, em cerca de 1,6%, à média registada no período de 2006 a 2014. A comparação do ano em análise com o ano transato revela um acréscimo de 23,6% (mais 22,5 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota. Esse acréscimo, dada a diminuição do preço médio em 13,3%, acabou por se traduzir num aumento de apenas 7,2% no valor do pescado transacionado (mais 13,1 milhões de Euros). Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor de pescado transacionado, registaram um incremento de 936 mil Euros.

Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido efetuada, durante o exercício de 2015, a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM – dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto, sob a égide da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, não ter sido ainda concluído –, a Docapesca assumiu gastos e rendimentos derivados das novas competências assumidas, destacando-se 2.914 mil Euros em fornecimentos e serviços externos, 1.723 mil Euros em despesas de pessoal e 4.410 mil Euros em rendimentos provenientes de serviços de portos de pesca, náutica de recreio e marítimo-turísticos e gestão dominial.

O resultado antes de impostos para o exercício de 2015, considerando – para uma base comparável com a do ano anterior – as atividades tradicionais da Docapesca, situou-se num valor superior ao do exercício de 2014 (cerca de 2,92 milhões de Euros). O resultado refletiu, por um lado, os acréscimos de quase 793 mil Euros em vendas e serviços prestados – fruto da maior atividade pesqueira e de quase 421 mil Euros de subsídios à exploração recebidos – e, por outro lado, dos decréscimos de 302 mil Euros em custo de mercadorias vendidas e de 480 mil Euros em despesas de pessoal.

O resultado antes de impostos, referente à atividade desenvolvida no âmbito das novas competências transferidas do IPTM, atingiu cerca de 516 mil Euros negativos, em contraponto com o montante atingido em 2014 (cerca de 8,67 milhões de Euros positivos), fruto da reversão de provisões que haviam sido criadas na sequência de processos de execução fiscal instaurados pelo IPTM à Docapesca e que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 18/2014 de 3 de fevereiro, por confusão entre o credor e o devedor, se extinguíram.

Em termos de resultados líquidos, as atividades tradicionais da empresa traduziram-se num ano positivo em 2015 (cerca de 2,33 milhões de Euros), enquanto, para o conjunto das atuais atividades da empresa, o resultado líquido atingiu 1,81 milhões de Euros.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, o ano de 2015 traduziu-se num saldo negativo de 2,86 milhões de Euros: apesar de se terem mantido os esforços de cobrança sobre as dívidas de clientes e de pagamento aos fornecedores, o maior esforço de investimento realizado na modernização das lotas fez-se sentir, embora se tenha verificado a entrada de cerca de 1,66 milhões de Euros, proveniente dos subsídios ao investimento, não reembolsáveis.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2015, capitais próprios positivos no montante de 13,05 milhões de Euros, contra 8,7 milhões de Euros em 2014, dadas as alterações decorrentes a nível da integração do IPTM.

AUDITORIA INTERNA E CONTROLO INTERNO

1. ENQUADRAMENTO

O Gabinete de Auditoria interno foi criado pelo Conselho de Administração, em 30/02/2012, através da Ordem de Serviço n.º 2/2012¹, e viu a sua designação alterada para Direção de Auditoria e Controlo Interno (DAC), após a outorga da nova Estrutura Organizacional da Docapesca – Portos e Lotas, SA, em 05/08/2015, suscitada pela entrada em vigor do Decreto-lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, que impôs uma adaptação estatutária, materializada na aprovação de novos Estatutos².

2. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

2.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A DAC desenvolveu a sua atividade de forma objetiva, ao ter alcançado os objetivos estratégicos e operacionais a que se propôs. Diligenciou para que a sua intervenção fosse pertinente, sistemática e abrangente, criasse valor para a empresa, fosse tecnicamente sustentada nas boas práticas, contribuísse para a eficácia, a eficiência e a melhoria contínua dos processos e dos procedimentos de gestão de riscos e de controlo, e atuasse em harmonia com os preceitos instituídos no *Manual de Auditoria Interna*, no *Código de Conduta* e no *Manual de Procedimentos* da empresa, nas boas práticas nacionais e internacionais que regem a atividade do auditor.

2.2. CONCEÇÃO DO PLANO ANUAL: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

O Plano Anual de Auditorias para 2015 (doravante Plano)³ foi concebido pela DAC de forma independente e objetiva quanto à definição dos temas das auditorias, do programa de trabalho, dos procedimentos adotados, dos prazos e da frequência, dos conteúdos dos relatórios produzidos e das recomendações elaboradas. O Plano esteve também alinhado com as prioridades e os objetivos estratégicos fixados pelo Conselho de Administração e pela tutela, as exigências da governação, as recomendações formuladas pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas da empresa. Atendeu, ainda, às recomendações formuladas por auditorias realizadas pela DAC, em anos anteriores, que identificaram, valorizaram e hierarquizaram as áreas de risco e os processos a fortalecer no futuro, permitindo que a DAC se focasse nas áreas que careceram de intervenção, mitigação e monitorização, com vista à melhoria contínua de processos e procedimentos e à mitigação dos riscos de gestão.

2.3. METODOLOGIA ADOTADA

A DAC aplicou uma metodologia de trabalho baseada em critérios de risco de controlo e de observância da conformidade. Elaboraram-se programas de trabalho, levantou-se informação (normas, diplomas, regulamentos, procedimentos, processos, etc.), visitaram-se as unidades orgânicas, diagnosticaram-se e

¹ Atendendo às recomendações formuladas no Relatório do Tribunal de Contas n.º 9/2011 – 2.ª Secção intitulado «A Função de Auditoria Interna no Setor Empresarial do Estado».

² Os novos Estatutos da Docapesca – Portos e Lotas, SA foram aprovados na Assembleia-Geral de 02/08/2015, dando cumprimento ao disposto no artigo 22.º «Adaptação Estatutária», do Decreto-lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

³ Aprovado pelo Conselho de Administração em 27/11/2014.

verificaram-se processos, procedimentos e controlos-chave, definiram-se e aplicaram-se testes de auditoria, questionários e matrizes, analisou-se a documentação solicitada aos serviços auditados, produziram-se relatórios e alertas intercalares (quando se detetaram situações críticas), efetuaram-se reuniões com os responsáveis para exercício do contraditório. De cada ação, a DAC produziu sempre um relatório final que remeteu ao Conselho de Administração.

2.4. FORMAÇÃO

Em 2015, a equipa da DAC frequentou formação profissional especializada para apoiar a concretização das ações e reforçar as competências e capacidades no âmbito do diagnóstico, da execução, da monitorização e do reporte de estratégias adequadas à prevenção de riscos de gestão, fraude e corrupção, da avaliação dos sistemas de controlo interno e de modelos de governação, e do contato com as mais recentes metodologias de auditoria e *Risk Assessment*. A formação incidiu sobre as seguintes matérias: Contratação Pública; Gestão de Risco nas Organizações; revisão do Código do Procedimento Administrativo; Construção e Monitorização dos Objetivos Operacionais; a Economia do Mar, Ordenamento, Gestão do Espaço Marítimo e Licenciamento; Gestão Portuária e do Domínio Público Marítimo.

2.5. BALANÇO DAS ATIVIDADES

O *Relatório Anual de Atividades* da DAC, referente ao exercício de gestão de 2015, apresenta o trabalho executado e divulga os resultados alcançados. A par do *Plano Anual de Atividades da Docapesca* para 2015, cujos objetivos operacionais da DAC se situaram no «Eixo II – Segurança e Qualidade» e no «Eixo III – Inovação, Modernização e Valorização», o trabalho da DAC foi orientado pelo seu próprio *Plano Anual de Auditorias para 2015*. Este previu 14 ações temáticas e englobou 16, acrescido de 4 imprevistas, tendo as programadas uma execução de 114%. Pela sua imprevisibilidade, parte do trabalho revestiu-se de complexa quantificação. Apesar de o trabalho ter-se desenvolvido substantivamente na sede, outra parte decorreu nas 22 visitas a lotas, postos de vendagem e portos de pesca. Pese embora a atuação da DAC seja interna, concorreram, ainda, para o seu desempenho fatores externos, por via das alterações normativas e legislativas nacionais e comunitárias, das recomendações e dos pedidos de organismos hierarquicamente determinantes, ou de outras entidades públicas e privadas dos setores em que a empresa passou a movimentar-se – atendendo à assunção das novas competências transferidas para a Docapesca – Portos e Lotas, SA⁴ e que conduziu à reorganização de processos, procedimentos e metodologias de trabalho.

2.5.1. CONSTRANGIMENTOS

Apesar do integral cumprimento do Plano, identificaram-se alguns constrangimentos devidos a fatores externos, imprevistos e não controláveis por esta direção:

- a) Locais: na data das missões, algumas lotas encontravam-se em requalificação (obras), pelo que se optou por atuar noutras.

⁴ Decorrente da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

- b) Calendarização: apesar de os prazos de entrega dos relatórios ter sido totalmente atingido, e de a maioria ter sido antecipadamente entregue em relação ao prazo pré-definido, refira-se que a data de algumas missões foi adiada, por superveniência de outras, que implicaram a resposta imediata e prioritária por parte da DAC.
- c) Recursos humanos: No último trimestre de 2015 a equipa viu a sua composição alterada, o que não afetou o cumprimento dos objetivos definidos pela DAC para o ano em análise.
- A aprovação da nova Estrutura Organizacional da empresa, 05/08/2015, trouxe novos desafios para a DAC, como a mudança da designação e a passagem de “gabinete” para “direção”;
 - A alteração do seu efetivo inicial, que de 4 trabalhadores, em 2012, passou para 2:
 - A nomeação da Responsável da DAC como Chefe do Gabinete de um membro do Governo⁵;
 - A nomeação do elemento afeto à Lota de Olhão e à DAC como Responsável do Núcleo Administrativo e Financeiro do Algarve⁶, conduziu à cessação de função de auditor, de modo a garantir a segregação de funções.

2.6. ATIVIDADES

AUDITORIAS PROGRAMADAS NO PLANO ANUAL DE AUDITORIAS 2015	DETERMINAÇÕES QUE ORIGINARAM A PROGRAMAÇÃO DA AÇÃO AUDITORIAS/ RECOMENDAÇÕES
Quinto Relatório de Avaliação da Monitorização do Plano para a Igualdade e Não Discriminação (Avaliação da Execução do Plano no 2.º semestre de 2014)	– Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros; – Resoluções do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e n.º 103/2013, de 31 de dezembro; – 3 Recomendações apresentadas; – Remetido às entidades competentes.
Plano para a Prevenção dos Riscos de Corrupção – Relatório Anual de Execução de 2014 (Avaliação da Execução no decurso de 2014)	– Conselho de Prevenção da Corrupção, do Tribunal de Contas: Recomendação n.º 1/2009, de 01/07/2009, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho. – Remetido às entidades competentes.
Relatório Anual de Auditorias – 2014	– DL n.º 133, de 3 de outubro, artigos 43.º e 44.º
Relatório Parcial de Auditoria à Área Domínial do Norte – Porto de Pesca de Viana do Castelo: Visita Técnica no Âmbito da Transferência de Competências do IPTM, IP para a Docapesca	– Decorrente do DL n.º 16/2014, de 3 de fevereiro e pertinente pela entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo, DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro; – Levantaram-se e rastream-se documentos estruturantes para o funcionamento de determinadas unidades orgânicas; permitiu identificar áreas críticas herdadas e localizar garantias bancárias, cauções, etc. – Formularam-se recomendações. – Na sequência da auditoria, despoletaram-se contatos com outras entidades, para identificar o destino de garantias bancárias e contas onde os valores estão depositados.
Sexto Relatório de Avaliação da Monitorização do Plano para a Igualdade e Não Discriminação	– Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros; – Resoluções do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e n.º 103/2013, de 31 de dezembro.

⁵ Em 01/12/2015.

⁶ Após a redefinição das novas funções da Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve, na sequência da Ordem de Serviço n.º 7/2015, do Conselho de Administração, de 21/10/2015.

(Avaliação da Execução do Plano no 1.º semestre de 2015)	– Remetido às entidades competentes.
Monitorização da Auditoria às Deslocações em Serviço 2013-2014	– DAC, após a auditoria interna realizada em 2014; – 10 Recomendações apresentadas; – Consequentemente, a Direção de Administração e Finanças realizou o Regulamento de Deslocações em Serviço, em 23/09/2015.
Relatório de Auditoria Área Domínial do Sul – Porto de Pesca de Olhão	– Decorrente do DL n.º 16/2014, de 3 de fevereiro e pertinente pelo novo Código do Procedimento Administrativo, DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro; – Apresentação de recomendações, em particular a criação do procedimento de emissão de títulos de utilização privativa, tendo-se formulado uma proposta para integrar o <i>Manual de Procedimentos</i> .
Relatório de Auditoria – Relatório Final Área Domínial do Norte – Porto de Pesca de Viana do Castelo	– Decorrente do DL n.º 16/2014, de 3 de fevereiro e pertinente pelo novo Código do Procedimento Administrativo, DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro; – Continuou-se o levantamento de documentos, identificaram-se novas situações e confirmaram-se outras, que auxiliaram a tomada de decisões. Elaboraram-se recomendações, identificaram-se riscos herdados, possibilitou-se que as unidades que operacionalizam diretamente com as matérias definissem novas estratégias de atuação.
Relatório de Auditoria – Descontos em Lota aos Armadores por Conta das Marés	– DAC; – 4 Recomendações apresentadas; – Em 16/07/2015, o Relatório e Parecer do Fiscal Único do Revisor Oficial de Contas da Docapesca Abreu & Cipriano, Auditores, SROC, relativo ao exercício de 2014, referiu: «2.4.Comentário ao Sistema de Controlo: (...) Das análises efetuadas à rubrica de “reserva pessoal”, respeitante à titulação e controlo do valor retido aos armadores, (...) salientamos a escassez de procedimentos escritos instituídos, o que recomendamos, visando um maior controlo sobre a rubrica em apreço».
Relatório Final de Auditoria – Verificação dos Saldos de Caixa – Monitorização das Medidas Adotadas – 2015	– DAC, na sequência das auditorias internas realizadas neste âmbito, desde 2012; – Outras auditorias externas, que apontaram a necessidade de controlos efetivos; – 6 Recomendações formuladas.
Relatório de Monitorização da Auditoria à Prestação de Trabalho Suplementar 2015	– DAC, na sequência da auditoria realizada neste âmbito, em 2014; – 6 Recomendações apresentadas.
Relatório de Auditoria Serviço Galp Frota na Docapesca	– DAC; – 19 Recomendações formuladas.
Relatório de Auditoria ao Leilão Online e Leilão Presencial de Pescado Selvagem e de Aquicultura 2013-2014	– DAC; – 8 Recomendações apresentadas.
Relatório de Monitorização à Auditoria da Contratação Pública na Docapesca 2014-2015	– DAC, na sequência das auditorias realizadas neste âmbito, desde 2012; – Entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo e de nova legislação no âmbito da contratação pública; – A assunção de novas competências alargou o âmbito do risco nesta área; – 17 Recomendações formuladas.
Monitorização do Manual de Procedimentos	– DAC



TRABALHOS NÃO PROGRAMADOS NO PLANO ANUAL DE AUDITORIAS 2015	DETERMINAÇÕES QUE ORIGINARAM A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES/AUDITORIAS/ RECOMENDAÇÕES
Abertura do Cofre das Instalações do ex-IPTM Norte, Porto de Pesca de Viana do Castelo e Elaboração do Auto de Abertura do Cofre	– Incumbência do Conselho de Administração.
Inquérito Anual Sobre Planos para a Igualdade nas Empresas do Setor Empresarial do Estado – Ano de Incidência 2014	– Requerido pelo Departamento de Estatística do Emprego Público – Ministério das Finanças/DAEP: monitorização da aplicação do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, sobre a implementação de Planos para a Igualdade.
Relatório Verificação de Procedimentos da Docapesca – Portos e Lotas, SA na Figueira da Foz	– Resultante de expediente remetido pela Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, tendo sido remetido à entidade competente. – 5 Conclusões apresentadas.
Relatório – Faturação Emitida pela Lota de Aveiro Relativa à Ria de Aveiro	– Incumbência do Conselho de Administração: reclamação apresentada à Docapesca pela Vianapesca, Organização de Produtores, na sequência da execução do Regulamento Comunitário (UE) n.º 1379/2013, de 11 de dezembro do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece a Organização Comum dos Mercados dos produtos da pesca e da aquicultura (aplicável desde 01/01/2014); – 9 Conclusões apresentadas.
Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (Incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas) da Docapesca, Portos e Lotas, SA	– Na sequência da aprovação do Despacho n.º 34/2012 – GP, 12/12/2012, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) do Tribunal de Contas, que determinou a criação de um novo <i>Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção</i>, e revogou o Despacho n.º 35/2009, de 30 de outubro; – Na sequência do DL n.º 133, de 3 de outubro; – Processo coordenado pela DAC, agregou o contributo de todas as unidades orgânicas, apoiando-as na identificação e valorização dos riscos da sua responsabilidade e na aplicação da matriz Internacional FERMA; – Remetido ao CPC, em 10/08/2015, que manifestou o apreço pelo Plano elaborado.
– No decurso de 2015, a DAC prosseguiu a sua missão de garantir o apoio ao Conselho de Administração e ser uma referência na criação de conhecimento e de informação para suporte à tomada de decisão – através da formulação de informação e de recomendações rigorosas e íntegras, do planeamento estratégico e operacional –, em articulação com as demais unidades orgânicas da empresa, materializados nos reportes produzidos e comunicados à gestão de topo: elaboração de deliberações, pareceres, ordens de trabalho, atas de reuniões; colaboração no Relatório e Contas da Docapesca, no Plano Estratégico da Docapesca 2013-2015 e no Plano de Atividades 2015 da Docapesca; Instrução de processos; Elaboração de documentos técnicos, documentos vários referentes ao novo enquadramento legal (DL n.º 16/2014, de 3 de fevereiro); – Realização de trabalhos transversais à organização, como regulamentos e normas internas, processos transversais referentes à contratação pública; – Nomeação, em 14/05/2015, da Responsável da DAC como coordenadora dos grupos de trabalho para a Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Primeira Venda e a Certificação da Segurança Alimentar das Lotas de Peniche e de Aveiro; – Participação de um elemento da DAC no Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade: elaboração do <i>Relatório de Sustentabilidade 2013-2014</i>;	

ASSESSORIA JURÍDICA E RECURSOS HUMANOS

A Direção de Assessoria Jurídica e Recursos Humanos atua nas áreas jurídico/contenciosa e dos recursos humanos da empresa.

ÁREA DE ASSESSORIA JURÍDICA

A área tem como missões prestar assistência aos diversos órgãos da empresa, compreendendo-se nesta o domínio e a subsequente explicação das questões jurídico-legais, e assegurar o contencioso da empresa, seja por via direta, ou através de controlo das entidades externas (sociedades de advogados) a quem esteja acometida tal incumbência. Os objetivos da DAJRH subdividem-se em:

OBJETIVOS DE APOIO JURÍDICO

- Assessorar diretamente a Administração;
- Intervir ao nível do estudo de processos judiciais e a sua subsequente tramitação legal;
- Realizar diversos processos, como os de: inquérito, disciplinares e contraordenação;
- Proceder ao estudo e à análise de documentos ou situações que impliquem análise jurídica;
- Elaborar pareceres e informações jurídicas, para apoiar os órgãos e as unidades orgânicas da empresa;
- Informar sobre as publicações legislativas, relativas às atividades desenvolvidas pela empresa;
- Prestar consultoria, na esfera pessoal, a todos os trabalhadores da empresa que o necessitem.

OBJETIVOS DE APOIO TÉCNICO

- Elaborar relatórios por sua iniciativa, ou superior determinação, sobre situações que são confiadas;
- Elaborar informação quanto a reuniões ou diligências que promova ou participe;
- Assegurar e manter o arquivo jurídico, bem como o desenvolvimento cronológico/processual dos processos em curso;
- Promover e assegurar diligências e ações externas;
- Manter e atualizar a biblioteca jurídica;
- Recolher informações e demais elementos fundamentais ao acompanhamento de processos instaurados judicialmente;
- Rever as atas do conselho de Administração;
- Elaborar minutas de contratos e demais instrumentos jurídicos que se mostrem necessários.

ATIVIDADES REALIZADAS

Relativamente ao apoio prestado por esta direção, que se cifra em centenas de informações fornecidas, salientam-se as ações de maior relevo, realizadas em 2015. De referir que as mesmas se encontram diretamente relacionadas com todos os objetivos supra referidos, em virtude de estes consubstanciarem atividades a desenvolver, tendo em vista a persecução dos resultados para 2015. Assim, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas internamente:

- Instauraram-se processos de índole diversa, como os disciplinares (c. de 1), os contraordenacionais (c. de 30) e os judiciais (c. de 7);

- Prosseguiu-se a consolidação do incremento de interposições de processos judiciais de cobrança, no seguimento do trabalho intenso desenvolvido nos últimos anos;
- Apoiou-se o Conselho de Administração na consolidação do novo paradigma de atuação nos portos de pesca sob a jurisdição do extinto IPTM, com a afetação daqueles portos à Docapesca;
- Apoiou-se o Conselho de Administração no estabelecimento de um novo relacionamento com a Administração do Porto de Aveiro e na resolução do litígio pendente, bem como na redefinição de espaços e jurisdições naquele porto de pesca;
- Prestou-se relevante assessoria na elaboração de contratos de gestão, nomeadamente com os municípios de Póvoa de Varzim, Lagos e Olhão;
- Elaboraram-se contratos de concessão e de licenciamentos, baseados na legislação aplicável ao domínio público hídrico;
- Continuou-se a intensificação do programa de aconselhamento jurídico junto dos trabalhadores, implementado desde 2010 com sucesso, devido às solicitações e multiplicidade dos seus temas.

As demais atividades, apesar de apresentarem flutuações, não divergiram muito do habitualmente efetuado.

ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

A publicação do diploma nº 16/2014, de 3 de fevereiro, acarretou a assimilação de novas competências e a incorporação, no quadro de pessoal da Docapesca, de mais três trabalhadores oriundos do extinto IPTM, em regime de contratação de Acordo de Cedência de Interesse Público, para além dos 55 já admitidos. No seguimento da otimização da política dos recursos humanos, em 2015 foi possível prosseguir a redução do número de trabalhadores com contrato sem termo. O efetivo global da empresa passou de quatrocentos e oitenta e oito (488), em 31/12/2014, para quatrocentos e oitenta e sete (487) trabalhadores, em 31/12/2015. O movimento global acumulado observa-se no quadro seguinte:

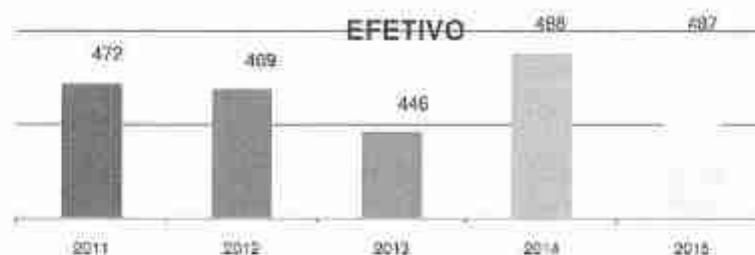
QUADRO DE PESSOAL	ANOS		VARIACÃO	
	2014	2015	Número	%
N.º TRABALHADORES EM 31 DE DEZEMBRO	488	487	-1	-0,20%
ENTRADAS				
READMISSÕES	0	2	0	-
ADMISSÕES (COM TERMO)	0	0	0	-
ADMISSÕES (EFETIVOS)	13	30	13	100%
REQUISITADOS/ACÓRDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO	65	38	55	100%
TOTAL ENTRADAS	68	35	-33	-
SAÍDAS				
RESCISÕES MÚTUO ACORDO	4	1	-3	-75%
REFORMAS VELHICE	5	13	7	117%
REFORMAS INVALIDEZ	5	0	-5	-100%
REFORMAS VELHICE ANTECIPADA	0	7	7	-
RESCISÕES POR INICIATIVA PRÓPRIA	0	1	1	-
DESPEDIMENTOS JUSTA CAUSA	7	0	-7	-100%
FALECIMENTOS	3	4	1	33%
RESCISÕES CONTRATOS A TERMO	1	10	9	900%
TOTAL SAÍDAS	25	35	10	38%

Durante 2015 foi remetido (e autorizado) o pedido ao Ministério das Finanças para a contratação de 31 trabalhadores. Como os constrangimentos da Lei do Orçamento de Estado impossibilitaram a admissão de novos efetivos, o número de saídas do quadro de pessoal da empresa não foi reposta, como necessário. Conforme o quadro supra, a diminuição do número de trabalhadores, em 2015, resulta essencialmente de saídas naturais.

Independentemente do tipo de contrato em vigor, em 31/12/2015, o número de trabalhadores totalizava quatrocentos e oitenta e sete (487), dos quais três (3) são contratados a termo, cinquenta e oito (58) celebraram Acordos de Cedência de Interesse Público, e quatrocentos e vinte e seis (426) são efetivos, com a seguinte distribuição por unidade orgânica:

Nº DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/12/2015				
SETORES E DIREÇÕES		TRABALHADORES EFETIVOS	TRABALHADORES CONTRATADOS A TERMO	ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO
SEDE	Secretariado do Conselho de Administração	1		
	Direção de Auditoria e Controlo Interno	1		
	Departamento de Estatística	3		
	Direção Assessoria Jurídica e Recursos Humanos	7		
	Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	6		
	Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar	11		
	Direção de Informática e Gestão de Sistemas	9		
	Direção de Administração e Finanças	10		1
	Direção Infraestruturas e Manutenção	11		
TOTAL		81	0	1
NORTE	Viana do Castelo	10		
	Póvoa do Varzim	12		4
MATOSINHOS	Matosinhos	36		
CENTRO-NORTE	Aveiro	23	1	
	Figueira da Foz	31		3
CENTRO	Nazaré	15		8
	Peniche	34	2	16
	Cascais	7		
CENTRO-SUL	Sesimbra	31		
	Setúbal	19		
	Sines	15		
ALGARVE	Sagres	9		2
	Lagos	8		2
	Portimão	29		3
	Quarteira	15		2
	Olhão	23		6
	Olhão/Faro	0		5
	Tavira/Santa Luzia	9		3
	Vila Real de Santo António	14		3
TOTAL		350	3	57
SUBTOTAL		421	3	68
Requisitados à Docapesca		2		
Licenças sem Vencimento		3		
TOTAL		426	3	68

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS – 2011 / 2015



No final do ano de 2015, o número de trabalhadores diminuiu cerca de 0,2%, quando comparado com o ano anterior, e aumentou em cerca de 3,2%, comparativamente a 2011.

O aumento é originado, sobretudo, pela integração dos 58 trabalhadores, provenientes do ex-IPTM, em regime de Acordo de Cedência de Interesse Público – 55, em 2014, e 3, em 2015 ⁷. A empresa mantém uma rigorosa política de gestão e planeamento responsável, para a qual contribuiu a sua situação económico-financeira e, simultaneamente, as orientações da tutela conjugadas com as limitações de admissão de pessoal, decorrente da Lei do Orçamento de Estado.

As substituições de ausências de trabalhadores, originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, foram colmatadas recorrendo à utilização de contratos de mão-de-obra de utilização de trabalho temporário.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A formação profissional assumiu um destaque fundamental na valorização dos recursos humanos da empresa, na procura contínua de potenciar a eficácia e eficiência, quer para o desempenho de cargos e execução de tarefas, quer para o desenvolvimento pessoal e atualização de matérias direcionadas para o cumprimento da legislação em vigor. O processo de desenvolvimento e crescimento organizacional esteve, em 2015, diretamente associado à otimização do potencial individual e coletivo disponível. Nesta perspetiva e visando o empenhamento e a valorização socioprofissional dos seus trabalhadores, a empresa tem, gradualmente, apostado no investimento do seu capital humano.

Neste contexto, durante 2015 foi realizado um conjunto de formações, que totalizou 544 participações, num total de 5.399 horas. A atividade crescente desenvolvida, quer na formação direcionada para trabalhadores da área administrativa, quer para trabalhadores da área de exploração, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação ocupa como forma valorizadora dos seus recursos humanos e do desenvolvimento da organização.

Alcançaram-se, no cômputo das horas de formação realizadas, cerca de 101% dos objetivos anuais propostos. Ministraram-se 67 ações de formação, das quais cerca de 67% no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho e Segurança Alimentar, tendo representado 3.066 horas. Duzentos e setenta e cinco trabalhadores frequentaram ações de formação, no ano em análise, dos quais 48 obtiveram mais de 35 horas de formação.

Em 2015, o custo global imputado à realização de ações de formação ascendeu a 44.463,50Euros.

⁷ No âmbito do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

HABILITAÇÕES ACADÊMICAS



O gráfico acima permite constatar que as qualificações dos trabalhadores da Empresa, quando comparadas com os do ano anterior, assinalaram uma ligeira melhoria, nomeadamente, nas habilitações ao nível do ensino secundário e do ensino superior. Por seu turno, o número de trabalhadores que possuem, atualmente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º ciclo do ensino básico não sofreu alterações significativas. Todavia, os trabalhadores com qualificações ao nível do 2.º e 3.º ciclos, diminuíram cerca de 11% e 6% respetivamente, quanto ao ano anterior, representando, em 2015, cerca de 34% do quadro de pessoal. O número de trabalhadores com o ensino secundário e ensino superior representavam, no final de 2015, cerca de 36% do total de trabalhadores, contra os 32% do ano transato, verificando-se uma branda melhoria. A qualificação dos trabalhadores tem vindo gradualmente a aumentar, devido às saídas por motivo de reforma de trabalhadores menos qualificados, conjugada com a admissão de trabalhadores com habilitações de nível secundário ou superior.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

VALORES EM EUROS

ANOS	2014	2015	VARIAÇÃO (2015/2014)	
GRUPOS DE CONTAS E RUBRICAS	TOTAL REAL	TOTAL REAL	VALOR	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	179.017,00	173.803,62	-5.213,38	-2,97%
Remunerações do Pessoal	7.974.262,62	8.753.072,71	778.810,09	9,77%
TOTAL DE REMUNERAÇÕES	8.153.300,22	8.927.065,33	773.765,11	9,49%
Pensões e Prémios para Pensões	145.693,00	245.425,60	99.732,60	68,44%
Encargos sobre Remunerações	1.827.705,66	2.063.034,16	235.328,50	12,88%
Seguro de Acidentes de Trabalho e Sinistros	56.187,03	60.404,59	4.217,56	7,51%
Seguro de Acidentes Pessoais	8.203,85	8.779,78	575,93	7,02%
TOTAL DE ENCARGOS OBRIGATORIOS	2.038.947,54	2.382.466,93	343.519,39	16,86%
Complemento Subsídio / Coerção	21.716,48	25.767,00	4.050,52	18,65%
Higiene e Segurança/Medical do Trabalho/Assist. Medicam.	24.951,64	24.524,07	-427,57	-1,72%
Atividades Desportivas e Culturais	17.676,38	22.166,18	4.489,80	25,39%
Seguro de Saúde	98.956,76	120.165,58	21.208,82	21,44%
TOTAL - CUSTOS AÇÃO SOCIAL	163.303,46	197.641,90	34.338,44	21,06%
Fardamentos e Equipamentos	41.750,43	19.451,63	-22.298,80	-53,41%
Higienização do Vestuário/Segurança	0	61.566,55	61.566,55	
Refeições e Alojamento em Serviço	144,75	117	-27,75	-19,17%
Indemnizações	196.364,04	74.322,37	-122.041,67	-62,15%
Formação Profissional	39.077,39	47.415,11	8.337,72	21,34%
TOTAL - OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	288.366,81	202.872,86	-85.493,95	-29,65%
TOTAL	10.636.818,03	11.160.050,02	523.231,99	4,92%

Os gastos com pessoal registaram, em 2015, um aumento na ordem de 523 mil Euros (cerca de 4,8%) face aos contabilizados no exercício anterior, sendo que o resultado deve-se essencialmente, às rubricas "Remunerações" e "Encargos sobre Remunerações".

Todos os "Outros Custos com o Pessoal" não sofreram alterações significativas, comparativamente ao ano anterior, com exceção da rubrica "Ação Social", por força do número de trabalhadores provenientes do ex-IPTM que passaram a beneficiar do seguro de saúde. Em 2015 foi introduzido nos gastos com pessoal a rubrica "Higienização de Vestuário Segurança Alimentar". Globalmente, os custos com o pessoal tendem a aumentar devido, essencialmente, à reversão das reduções remuneratórias e à entrada de pessoal proveniente do ex-IPTM.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

CONTRATAÇÃO

Em 2015 conseguiu-se manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, elemento essencial para se dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa e para a assunção de novas competências e atividades, decorrentes da fusão por incorporação do extinto IPTM.

De acordo com as orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) sobre política salarial e redução de custos operacionais, mantiveram-se em vigor – de acordo com o disposto na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 – a redução remuneratória, a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios e, no seguimento do já praticado desde 2011, a política e gestão de ajustamento de recursos humanos (mantendo-se condicionada com uma forte orientação para a redução de custos operacionais, nomeadamente a contratação de pessoal a termo).

Com vista à satisfação de necessidades transitórias de trabalho, a empresa recorreu, no primeiro semestre, à celebração de contratos de utilização de trabalho temporário e, no segundo semestre, a concurso público de fornecimento de prestação de serviços de mão-de-obra em horas, ao abrigo do cumprimento do código da contratação pública.

ABSENTISMO

A taxa média de absentismo, no último triénio, cifrou-se em cerca de 4,5%, contabilizando-se no ano em análise em 4,37%. Este indicador tem vindo a diminuir gradualmente, sendo que a maioria das ausências se deve ao número de baixas prolongadas por doença e sinistro, fruto da elevada média de idades do quadro de pessoal da empresa, cujo escalão etário entre os 55 e os 64 anos de idade representa cerca de 50% do total do quadro de pessoal. Esta situação merece, pois, um acompanhamento permanente, por forma a ter-se uma monitorização constante.

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verifica-se um decréscimo bastante considerável do número de acidentes de trabalho ocorridos. É possível concluir, da análise efetuada, que às atividades desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, SA não estão associados riscos profissionais elevados.

Os riscos de carácter físico, relacionados com condições estruturais, manobra de máquinas e de equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do levantamento de pesos, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidades das tarefas e posturas inadequadas de trabalho,

assumem-se como os riscos profissionais primordiais, decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa.

As causas identificadas para a ocorrência de acidentes de trabalho encontram-se associadas aos riscos de carácter físico e ergonómico anteriormente mencionadas, sendo que as mais expressivas são o manuseamento de carga e descarga e as quedas ao mesmo e a diferente nível.

Por fim, é de salientar a elevada média etária dos trabalhadores da empresa, nomeadamente nos trabalhadores afetos à área de exploração, cuja idade média é de 48 anos. A acrescer a esta contingência há que referir, uma vez mais, a impossibilidade de se efetuar uma correta planificação e gestão dos recursos humanos, não só pelas contingências financeiras, mas sobretudo pela complexidade e morosidade no processo de recrutamento, o qual é manifestamente incompatível com as necessidades diárias de uma empresa com as características da Docapesca – Portos e Lotas, SA.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA

QUADRO I

DIREÇÕES: LOTAS E POSTOS	ANO 2014			ANO 2015		
	Kg	Euros	€/Kg	Kg	Euros	€/Kg
NORTE	3.840.350	8.086.877	2,22	3.292.174	7.915.669	2,40
Viana do Castelo	1.546.032	2.976.445	1,93	1.599.663	3.038.823	1,90
Caminha	75.364	665.352	8,83	79.503	745.218	9,37
Esposende	56.407	180.296	3,16	56.379	196.466	3,52
V. Praia de Âncora	105.428	320.183	3,04	126.537	298.648	2,36
Castelo de Neiva	223.481	853.983	3,82	218.254	901.294	4,13
Apúlia/Fão	22.751	99.216	2,85	20.201	57.322	2,89
Póvoa do Varzim	1.404.569	2.750.752	1,94	1.083.597	2.429.572	2,24
Vila Chã	10.583	92.537	8,86	8.661	42.869	5,01
Vila do Conde	105.735	228.189	2,18	99.478	208.451	2,10
MATOSINHOS	11.009.412	19.031.530	1,84	13.005.828	23.052.201	1,53
Matosinhos	11.449.156	18.597.396	1,62	14.907.449	22.683.739	1,52
Angelas	75.039	245.886	3,28	55.942	206.229	3,69
Alameda	2.340	17.314	7,39	8.729	31.082	3,56
Esmeriz	6.950	11.520	1,66	157	908	5,79
Aguda	9.673	64.023	6,62	5.621	46.186	7,90
Espinho	63.653	85.826	1,35	84.814	75.598	0,89
Valbom	2.599	9.557	3,68	2.917	28.461	9,76
CENTRO NORTE	15.882.267	22.334.506	1,41	21.807.163	26.805.477	1,22
Aveiro	6.143.021	10.568.385	1,72	7.743.940	12.226.702	1,58
Vagueira	68.645	131.037	1,91	83.576	84.034	0,90
Torreira	1.239.189	1.701.710	1,37	1.368.805	2.153.445	1,59
Mira	374.676	637.703	1,70	354.595	374.720	1,03
Fradouro	25.853	49.751	1,92	108.699	119.241	1,12
Osém do Bico	287.427	291.617	1,01	821.304	987.789	1,20
Figueira da Foz	7.743.447	8.053.304	1,16	10.799.152	10.860.550	1,01
CENTRO	14.169.404	38.388.436	2,57	14.391.156	38.028.587	2,65
Nazaré	3.278.133	7.187.512	2,19	4.391.065	8.697.172	1,98
Peniche	10.597.499	27.879.086	2,63	9.668.289	27.918.162	2,89
Foz do Azeite	142.619	457.444	3,21	189.034	681.647	3,59
Cascais	92.654	589.293	6,35	73.327	579.749	7,91
Ericeira	58.499	276.161	4,72	31.421	154.827	4,93
CENTRO SUL	29.639.741	45.993.202	1,55	39.985.203	50.934.563	1,27
Sesimbra	17.673.336	22.164.991	1,25	25.015.444	26.238.594	1,05
Costa da Caparica	1.507.274	5.021.998	3,33	1.780.814	4.847.268	2,72
Tróia	320.243	1.448.868	4,52	315.770	1.600.590	5,07
Fonte da Telha	665.258	796.867	1,21	625.385	856.387	1,37
Setúbal	1.945.940	4.371.459	2,25	2.271.426	5.158.994	2,27
Carrasqueiras	106.203	460.039	4,33	102.867	445.549	4,33
Sines	7.356.880	10.957.274	1,49	9.742.062	12.318.501	1,25
Vila Nova de Milfontes	95.928	360.423	3,75	73.651	328.994	4,45
Azenha do Mar	33.423	151.787	4,54	20.763	101.350	4,88
Zembojira	39.260	249.578	6,35	36.630	236.357	6,47
ALGARVE	30.523.672	49.719.016	2,42	23.431.069	47.908.676	2,04
Lagos	1.314.312	3.255.693	2,48	1.205.957	3.045.176	2,53
Segres	819.486	4.553.727	5,56	1.323.459	5.779.347	4,37
Portimão	4.772.804	10.330.571	2,16	4.001.780	9.658.428	2,41
Albufeira	223.887	1.100.652	4,92	135.597	678.511	5,01
Olhão	8.439.498	8.027.889	0,95	10.558.215	7.921.290	0,75
Fuzeta	355.320	1.261.969	3,55	376.756	1.175.910	3,12
Quarteira	2.914.603	8.535.825	2,93	4.488.329	7.667.466	1,71
Tavira	169.342	801.837	4,74	135.957	750.544	5,52
Santa Luzia	872.893	1.808.130	2,08	338.726	1.775.207	5,24
Vila Real de Santo António	1.142.425	9.904.909	8,67	655.294	9.435.760	14,40
TOTAL	95.464.835	181.553.568	1,90	117.982.593	194.645.154	1,65

QUADRO I

- Em 2015, nas lotas de Portugal Continental, transacionaram-se 117.983t de pescado fresco (mais 22.518t, do que em 2014).
- O valor total do pescado transacionado foi de 194.645 mil Euros (mais 13.092 mil Euros, do que em 2014) e o correspondente preço médio foi de 1,65€/kg (menos 0,25€/kg, do que em 2014).

- Figuram, no quadro, as quantidades, os valores e os preços médios registados em cada uma das Direções, bem como, os movimentos das lotas agregadas a cada uma dessas Direções, de que inferem as seguintes conclusões:

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DO NORTE – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: venderam-se 3.292t de pescado, pelo valor total de 7.917 mil Euros, a um preço médio de 2,40€/kg. Em relação a 2014, menos 9,6% em volume, menos 2% em valor e uma subida de 8%, no preço médio.
- Duas espécies mais transacionadas em 2015: o carapau (811t) e o polvo-vulgar (718t). Face a 2014, o carapau registou uma evolução positiva de 94,5% e, o polvo, uma quebra de 25,7%.

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DE MATOSINHOS – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: transacionaram-se 15.066t, com 23.052 mil Euros, ao preço médio anual 1,53€/kg. Comparando com 2014, mais 29,8% em volume, mais 21% em valor e uma quebra de 6,7% no preço.
- Duas espécies mais transacionadas em 2015: a sardinha (4.228t) e a cavala (2.800t). Face a 2014, as quantidades vendidas destas espécies, aumentaram em 24,8% e 14,8%, respetivamente.

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DO CENTRO NORTE – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: 21.897t e 26.805 mil Euros, com o preço médio anual 1,22€/kg. Relativamente a 2014, mais 37,9% em volume, mais 20% no valor e uma quebra significativa no preço médio: 13%.
- Duas espécies mais transacionadas em 2015: carapau (5.678t) e cavala (5.277t). Face a 2014, as quantidades vendidas destas espécies aumentaram em 46% e 101,6%, respetivamente.

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DO CENTRO – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: 14.331t, 38.029 mil Euros e o preço médio anual de 2,654€/kg. Comparando com o ano transato, as evoluções verificadas foram positivas, mas ligeiras: 1,1% no volume, 4,5% no valor e 3,3% no preço médio.
- Duas espécies mais transacionadas em 2015: o carapau (5.026t) e a cavala (1.376t). Relativamente a 2014, o carapau registou uma evolução positiva, de 29%, e a sardinha uma quebra, de 25%.

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DO CENTRO SUL – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: 39.965t, 50.935 mil Euros, o preço médio 1,27€/kg. Relativamente a 2014, verificou-se um acréscimo muito significativo nas quantidades: em 34,8%. O valor das vendas assinalou um aumento de 10,7%, contudo o preço médio registou uma evolução negativa, de 18%.
- Duas espécies mais vendidas em 2015: a cavala (21.519t) e o carapau (3.708t). Quanto a 2014, as quantidades vendidas destas espécies aumentaram muito significativamente, em 70,6%, e em 36%, respetivamente.

DIREÇÃO DE PORTOS DE PESCA E LOTAS DO ALGARVE – ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- Em 2015: 23.431t, 47.909 mil Euros, preço médio 2,04€/kg. Comparando com 2014 verificou-se um aumento de 14% no volume, todavia o valor e o preço médio assinalaram evoluções negativas de 3,6% e 15,6%, respetivamente.
- Duas espécies mais vendidas em 2015: a cavala (11.755t) e o carapau (2.285t). Analogamente a 2014, a cavala registou uma evolução positiva e significativa, de 54%, e o carapau registou uma quebra ligeira, de 1,5%.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DO PESCADO POR DIREÇÃO – 2014 E 2015 (TONELADAS)

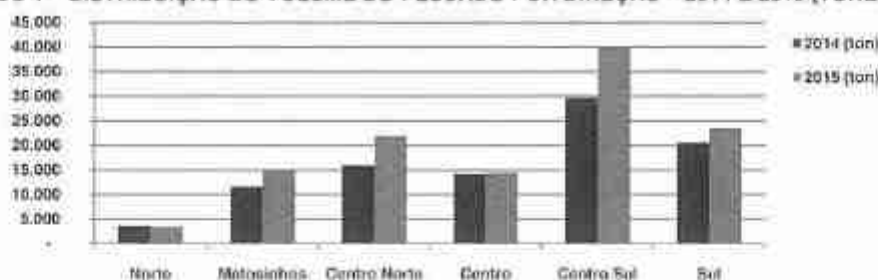


GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DO PESCADO POR DIREÇÃO – 2014 E 2015 (MIL €)

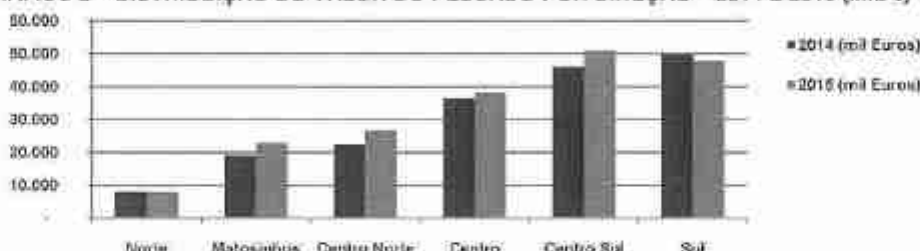
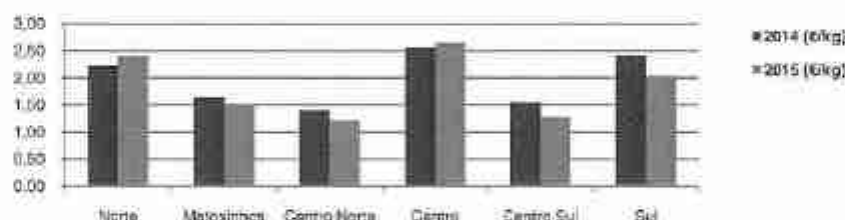


GRÁFICO 3 – PREÇOS MÉDIOS DO PESCADO POR DIREÇÃO – 2014 E 2015 (EUROS/KG)



QUADRO II E GRÁFICO 4

Ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos: 2011 a 2015.

QUADRO II	TOTAIS PESCADO			EVOLUÇÃO (%) ANO T/ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MED	% (TON)	% (MIL €)	% PR MED	
2011	129.651	201.367	1,55	1,0%	7,6%	5,9%	2011/2010
2012	120.428	201.747	1,68	-7,1%	0,2%	7,9%	2012/2011
2013	117.449	185.183	1,58	-2,5%	-8,2%	-5,9%	2013/2012
2014	95.455	181.554	1,90	-18,7%	-2,0%	20,6%	2014/2013
2015	117.983	194.845	1,65	23,6%	7,2%	-13,3%	2015/2014
	-9,0%	-3,3%	6,2%	2015/2011			

GRÁFICO 4 – TOTAIS PESCADO – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



QUADRO III E GRÁFICO 5

Figuram os movimentos do pescado transacionado nas lotas, distribuído pelas artes de pesca arrasto, polivalentes e cerco, nos últimos cinco anos: 2011 a 2015.

QUADRO III	ARTES: ARRASTO			EVOLUÇÃO (%) ANO T/ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2011	13.739	38.318	2,64	-4,2%	-2,0%	-2,3%	2011/2010
2012	14.230	35.693	2,51	3,6%	-1,7%	-5,1%	2012/2011
2013	16.736	31.919	1,91	17,6%	-10,6%	-24,0%	2013/2012
2014	15.429	31.810	2,06	-7,8%	-0,3%	8,1%	2014/2013
2015	17.325	35.332	2,04	12,3%	11,1%	-1,1%	2015/2014
				26,1%	-2,7%	-22,9%	2015/2011



QUADRO IV E GRÁFICO 6

QUADRO IV	ARTES: POLIVALENTES			EVOLUÇÃO (%) ANO T/ANOT-1			
	TON	MIL EUROS	PR MÉD	% (TON)	% (MIL €)	% PR MÉD	
2011	29.060	102.854	3,54	-9,1%	0,7%	10,8%	2011/2010
2012	31.289	102.432	3,27	7,7%	-0,4%	-7,5%	2012/2011
2013	32.536	97.262	2,99	4,0%	-5,0%	-8,7%	2013/2012
2014	31.955	103.555	3,24	-1,8%	6,5%	8,4%	2014/2013
2015	33.294	103.958	3,12	4,2%	0,4%	-3,6%	2015/2014
				14,5%	1,1%	-11,6%	2015/2011

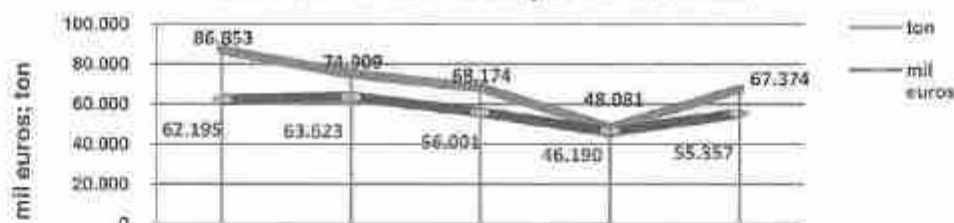


QUADRO V E GRÁFICO 7

QUADRO - V	ARTES: CERCO			EVOLUÇÃO (%) ANO T/ANOT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2011	66.853	62.195	0,72	6,9%	29,8%	21,4%	2011/2010
2012	74.909	63.823	0,85	-13,8%	2,3%	16,6%	2012/2011
2013	68.174	58.001	0,82	-9,0%	-12,0%	-3,3%	2013/2012
2014	48.081	46.190	0,96	-29,5%	-17,5%	16,9%	2014/2013
2015	67.374	55.357	0,82	40,1%	19,8%	-14,5%	2015/2014

-22,4% -11,0% 14,7% 2015/2011

GRÁFICO 7 – CERCO – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



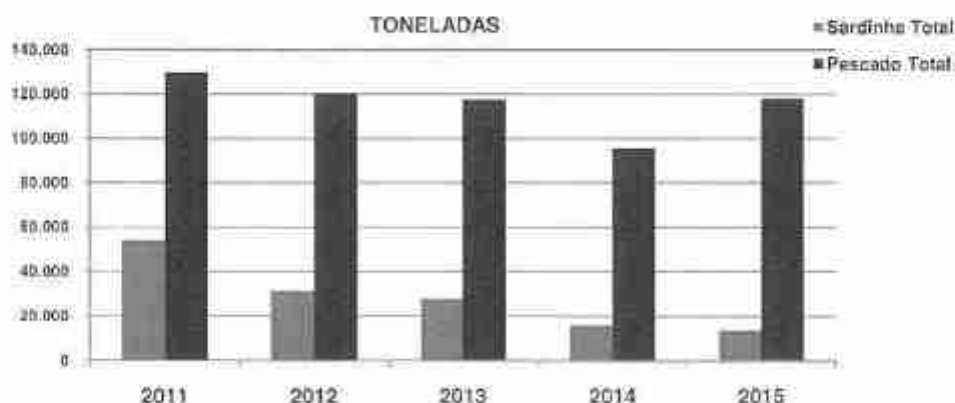
QUADRO VI E GRÁFICO 8

Atendendo a que durante décadas, a sardinha foi a espécie mais importante no conjunto de todas as espécies, representando, em diversos anos, valores próximos dos 50% e em muitos outros anos, o seu peso percentual no total atingiu valores superiores a 50% e, conhecendo as limitações impostas desde 2012 (inseridas no Plano Gestão para 2012 – 2015), cujo objetivo principal é proteger o estado do stock desta espécie, considera-se relevante a apresentação das evoluções registadas nos movimentos da sardinha *versus* os totais de pescado transacionado, no período 2011 a 2015 e que constam no quadro VI com ilustração no gráfico 8.

SARDINHA VS PESCADO TOTAL – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS – 2011 A 2015

QUADRO VI	ANO 2011			ANO 2012			ANO 2013			ANO 2014			ANO 2015		
	ton	Mil Euros	Pr Méd	ton	Mil Euros	Pr Méd	ton	Mil Euros	Pr Méd	ton	Mil Euros	Pr Méd	ton	Mil Euros	Pr Méd
SARDINHA	54.074	41.101	0,76	31.529	41.028	1,30	27.819	39.885	1,43	15.942	31.788	1,99	13.691	30.010	2,19
PESCADO TOTAL	129.651	201.357	1,55	120.428	201.747	1,68	117.449	185.183	1,58	95.485	181.554	1,90	117.983	194.645	1,65
SARDINHA / PESCADO TOTAL	41,7%			26,2%			23,7%			16,7%			11,6%		

GRÁFICO 8 – SARDINHA VS PESCADO TOTAL – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



QUADROS VII A IX

Os quadros seguintes, referentes, respetivamente, às espécies cavala, carapau e sardinha, contêm dados referentes à evolução nas quantidades totais, nos valores totais e nos preços médios, distribuídos pelos diferentes tamanhos e graus de frescura de cada uma daquelas espécies, nos anos 2014 e 2015.

No ano de 2015, a espécie mais vendida foi a cavala, a segunda foi o carapau e na terceira posição ficou a sardinha.

CAVALA – CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA – ANOS 2014 E 2015

QUADRO- VII		2014			2015			Evolução 2015/2014		
Tam	Fre	Kg	Euros	Pr.Méd	Kg	Euros	Pr.Méd	Vol %	Val %	Pr.Méd %
1	E	5.588	7.792	1,39	2.720	3.560	1,32	-51%	-54%	-6%
1	A	94.837	42.536	1,22	95.878	71.009	0,74	125%	67%	-35%
1	B	1.420	1.581	1,12	1.002	2.022	2,02	-29%	27%	80%
2	E	647.390	120.170	0,19	686.593	181.531	0,22	37%	59%	16%
2	A	530.785	410.980	0,77	599.247	378.029	0,63	13%	-6%	-19%
2	B	66.777	43.878	0,66	29.614	23.267	0,69	-55%	-54%	-4%
3	E	96.021	29.908	0,31	720.063	180.140	0,25	635%	502%	-18%
3	A	5.311.802	1.621.063	0,31	7.956.064	2.673.646	0,33	60%	65%	10%
3	B	784.224	267.458	0,34	1.680.886	430.808	0,26	114%	61%	-25%
4	E	93.957	21.518	0,23	68.681	15.793	0,23	-28%	-27%	-1%
4	A	14.741.091	3.413.908	0,23	22.995.681	5.801.705	0,25	56%	70%	9%
4	B	5.231.633	1.066.947	0,20	7.800.724	1.649.722	0,21	49%	55%	4%
TOTAL		27.547.523	7.047.801	0,26	42.870.032	11.418.255	0,27	56%	62%	4%

CARAPAU – CLASSIFICADO POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA – ANOS 2014 E 2015

QUADRO VIII		2014			2015			Evolução 2015/2014		
Tam	Fre	Kg	Euros	Pr.Méd.	Kg	Euros	Pr.Méd.	Vol %	Val %	Pr.Méd. %
0	0	5	5	1,00	3	3	1,00	-40%	-40%	0%
1	E	14.759	36.019	2,44	18.472	44.592	2,41	25%	24%	-1%
1	A	364.295	752.448	2,12	743.414	1.506.640	2,03	110%	100%	-4%
1	B	6.193	7.240	1,17	2.354	4.358	1,85	-62%	-40%	58%
2	E	51.844	122.735	2,27	145.382	196.016	1,35	180%	60%	-43%
2	A	1.922.762	2.733.177	1,42	2.224.618	3.088.369	1,52	16%	24%	7%
2	B	86.610	136.912	1,58	95.674	134.015	1,40	11%	-2%	-12%
3	E	123.415	220.360	1,79	219.388	274.384	1,25	78%	24%	-30%
3	A	2.575.260	3.480.651	1,35	2.913.600	3.424.805	1,18	13%	-2%	-18%
3	B	720.161	955.658	1,33	465.636	623.366	1,34	-35%	-35%	1%
4	E	367.233	259.616	0,67	590.195	425.983	0,72	62%	64%	8%
4	A	1.975.962	1.703.087	0,86	6.507.393	4.319.436	0,66	229%	154%	-23%
4	B	116.175	139.502	1,20	357.401	360.823	0,96	216%	162%	-20%
5	E	295.812	379.301	1,28	278.559	321.923	1,16	-6%	-15%	-10%
5	A	5.508.539	3.110.456	0,56	4.340.597	3.461.473	0,80	-21%	11%	41%
5	B	126.237	160.693	1,43	110.332	157.770	1,43	-13%	-13%	0%
6	E	26.701	86.116	3,23	81.760	128.546	1,71	208%	62%	-47%
6	A	521.951	1.188.877	2,28	774.314	1.346.793	1,74	48%	13%	-24%
6	B	123.172	262.677	2,13	144.614	111.214	0,77	17%	-58%	-64%
TOTAL		14.937.086	15.756.231	1,05	20.023.806	20.236.502	1,01	34%	28%	-4%

SARDINHA - CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA – ANOS 2014 E 2015

QUADRO- IX		2014			2015			Evolução 2015/2014		
Tam	Fre	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	Vol %	Val %	PrMéd %
0	D	205	822	4,01	587	1.728	2,95	186%	110%	-27%
1	E	2.805	10.518	3,75	5.867	11.863	2,03	109%	19%	-48%
1	A	599.959	2.208.281	3,78	707.482	2.714.922	3,84	18%	20%	2%
1	B	809	683	0,85	185	255	1,38	-70%	-56%	-44%
2	E	1.541.224	2.822.555	1,83	1.257.497	2.359.392	1,86	-18%	-17%	2%
2	A	9.394.347	19.979.641	2,13	9.572.467	20.786.290	2,17	2%	-4%	2%
2	B	30.432	38.543	1,27	14.416	14.920	1,03	-53%	-61%	-18%
3	E	105.315	451.986	4,29	64.354	251.134	3,90	-39%	-44%	-9%
3	A	2.303.412	2.697.954	1,25	1.084.654	1.721.275	1,59	-53%	-40%	27%
3	B	989.922	2.213.013	2,24	514.532	1.438.925	2,80	-48%	-36%	25%
4	E	3.918	6.027	1,54	2.653	4.959	1,53	-32%	-30%	-1%
4	A	348.229	1.060.760	1,12	462.752	718.714	1,55	-51%	-32%	39%
4	B	21.432	23.981	1,12	3.737	4.145	1,11	-83%	-83%	-1%
TOTAL		15.941.810	31.764.664	1,99	13.691.183	30.009.653	2,19	-14%	-6%	10%

EXPLORAÇÃO DAS LOTAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

APOIO ADMINISTRATIVO

1. FILEDOC

Como responsável pela receção de documentos externos e internos, a sua separação por áreas, digitalização e classificação no FILEDOC (base de dados de gestão documental) e a sua posterior distribuição aos destinatários, na Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar a tarefa foi efetuada pelas áreas de Apoio Administrativo e de Apoio Logístico, que contabilizou em 2015:

SEDE	DOCUMENTOS EXTERNOS	DOCUMENTOS INTERNOS
Conselho Administração (CA)	1.148	499
Direção de Administração e Finanças	7.218	765
Direção Infraestruturas e Manutenção	497	22
Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	169	193
Direção de Assessoria Jurídica e Recursos Humanos	311	173
Direção Informática e Gestão de Sistemas	8	1
Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar	58	290
Direção de Auditoria e Controlo Interno	0	20
Departamento de Estatística I	8	112
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Norte	134	40
Direção de Portos de Pesca e Lotas de Matosinhos	1.025	273
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Norte	1.105	65
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro	1.968	180
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul	1.279	90
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve	164	724
TOTAIS	15.290	3.463

2. Conferência e lançamento do fundo de manuseio interno

No ano de 2015 foram efetuadas 47 conferências e lançamentos de "caixa" e respetivos documentos que lhes dão origem.

APOIO LOGÍSTICO

1. Serviço da portaria

Em 2015 a DEXPSA manteve o horário de funcionamento da portaria dos serviços centrais, num serviço que é assegurado por dois horários diferentes, o que permite dar continuidade à execução de outras tarefas, tais como: apoio ao FILEDOC, elaboração de contratos de transferência de pescado ao abrigo da nova legislação para a circulação de mercadorias, a distribuição de correio interno e ainda a receção, organização e envio das análises referentes à Segurança Alimentar validadas pela DEXPSA.

2. Gestão da frota automóvel

Os procedimentos mantiveram-se em 2015, tais como: o registo de quilómetros das viaturas a nível nacional, as revisões e inspeções dos veículos da sede e eventuais reparações que se verificaram necessárias. Efetuou-se um levantamento exaustivo à frota automóvel da empresa, tendo-se selecionado oito viaturas para abate, a efetuar em 2016.

3. Serviço de transporte de pessoas e bens

Registaram-se 45 saídas para serviços de transporte de pessoas e entrega de bens, durante o ano de 2015, de norte a sul do país. Os serviços da Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar continuaram a efetuar a entrega o transporte de expediente diverso.

4. Expedição de correio

Em 2015 foram expedidas cerca de 483 cartas (com cópia arquivada), diretamente através do serviço de apoio logístico, e 2214 cartas expedidas pelo Conselho de Administração.

AMBIENTE

1. Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental foi efetuada a revisão e a atualização de alguma documentação do sistema, nomeadamente dos requisitos legais e dos aspetos e impactos ambientais.

2. Gestão de resíduos

Em 2015, a Docapesca efetuou a gestão dos resíduos decorrentes das atividades praticadas nas áreas domaniais dos portos sob a sua jurisdição e encaminhamentos pontuais de resíduos decorrentes, fundamentalmente, da atividade da primeira venda de pescado. A gestão dos resíduos dos portos foi contratada, a par das atividades de limpeza e de higienização destas áreas, através de concursos públicos, traduzindo-se numa melhoria, tanto do ponto de vista da limpeza destes espaços, como da gestão dos resíduos produzidos.

No sentido de ajustar estas atividades e obter uma melhoria na sua prestação, a contratação dos serviços foi pelo período de um ano, findo o qual serão lançados novos concursos. Ainda neste âmbito, e no seguimento da aquisição de estruturas e equipamentos para a deposição de óleos usados nos portos, efetuada no ano anterior, foi concretizada nova aquisição, ao abrigo dos Projetos PROMAR, sob a designação "Melhoria e Modernização da Gestão de Resíduos e Ações para a Defesa e Conservação do Ambiente – Portos do Norte e Sul", colmatando todas as necessidades nos Portos das Direções de Portos de Pesca e Lotas do Norte e do Algarve, conforme o quadro seguinte:

PORTOS DA DOCAPESCA	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
Viana do Castelo	Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros
Póvoa de Varzim	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros
Vila Praia Añcora	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Castelo do Nêvo	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Vila do Conde	Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Esposende	Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Algarve: Sagres, Lagos, Alvor, Porfirião, Fuzeta, Albufeira, Quarteira, Olhão, Tavira, Cabanas, Vila Real de Santo António	Coberturas e bacias de retenção Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros

Quanto às obrigações legais em matéria de ambiente, elaborou-se o Mapa Anual de Registo de Resíduos referente ao ano de 2014, que permitiu obter a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa e a inclusão desta informação no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB).

3. Reciclagem de materiais diversos

Cumprindo-se o que vem sendo prática em matéria de gestão de resíduos na empresa, no decorrer 2015 efetuaram-se vários encaminhamentos de resíduos para operações de valorização, permitindo por um lado a reciclagem das matérias, diminuindo os efeitos nefastos no ambiente, e, por outro um proveito económico para a empresa. De entre os resíduos encaminhados para valorização continuam-se a destacar as sucatas ferrosas, os equipamentos elétricos e eletrónicos e as caixas plásticas para acondicionamento de pescado. O encaminhamento destes últimos resíduos tem trazido proveitos à empresa, sendo que em 2015 obteve-se um proveito na ordem dos 16 mil Euros.

4. Recursos hídricos

Rececionaram-se e verificaram-se as análises realizadas às águas residuais do Porto de Pesca de Matosinhos e da ETAR de Vila Nova de Milfontes. Nesta ETAR procedeu-se ao acompanhamento da sua manutenção, de acordo com a licença de utilização emitida pela ARH Alentejo.

5. Sustentabilidade

Os trabalhos iniciados em 2014 pelo Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade culminaram, em 2015, com a elaboração do *Relatório de Sustentabilidade*, referente aos anos de 2013 e de 2014.

COMPBAS

1. Requisições de compra

Durante 2015 analisaram-se 4.700 requisições internas, enviadas por toda a empresa. Sendo a requisição interna o documento que desencadeia o processo de compra de bens e de serviços na empresa, os procedimentos associados a estas são minuciosos, por implicarem a verificação/confirmação de todos os dados constantes em cada uma, para que subsequentemente estas possam ser validadas. Em 2015, aumentaram as requisições emitidas e analisadas devido à integração do ex-IPTM na Docapesca, o que acresceu a necessidade de aquisição de bens e de serviços. O quadro a seguir apresenta a quantidade de requisições analisadas e registadas, por centro requisitante, entre 2014 e 2015.

CENTRO REQUISITANTE	N.º DE REQUISIÇÕES 2015	N.º DE REQUISIÇÕES 2014
Conselho Administração (CA)	38	42
Direção de Administração e Finanças	34	23
Direção Infraestruturas e Manutenção	289	357
Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	167	192
Direção de Assessoria Jurídica e Recursos Humanos	11	25
Direção Informática e Gestão de Sistemas	8	9
Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar	11	32
Direção de Auditoria e Controlo Interno	7	7
Departamento de Estatística	5	8
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Norte	116	91
Direção de Portos de Pesca e Lotas de Matosinhos	430	425
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Norte	642	503
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro	548	521
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul	685	615
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve	1729	1448
TOTAIS	4700	4276

2. Plataforma eletrónica de contratação pública

A utilização da plataforma eletrónica de contratação pública implica diversos procedimentos, muito exigentes e rigorosos, tendo a direção um papel preponderante neste aspeto, em virtude de a Área de Compras da Docapesca estar sediada nesta direção. Destacam-se, entre outros, os seguintes:

- Execução de cadernos de encargos para a aquisição de bens de consumo, de imobilizado e de serviços, aprovados, previamente, pelo Conselho de Administração;
- Lançamento de procedimentos, relatórios e contratos, desde o início do procedimento até à sua adjudicação, sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração, ao abrigo do Plano de Investimentos Correntes e do Orçamento de Exploração, na plataforma eletrónica de contratação pública;
- Criação de anúncios eletrónicos na plataforma da INCM para os Concursos Públicos publicitados no Diário da República Eletrónico;
- Informação de faturas rececionadas resultantes desses concursos.

Em 2015, a Docapesca realizou 126 procedimentos na plataforma de contratação pública VortalGov, entre Ajustes Diretos, Concursos Públicos e Empreitadas de Obras Públicas.

A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar efetuou 25 procedimentos de contratação pública, de aquisição de bens e serviços, através de ajuste direto e de concurso público, de acordo com o quadro a seguir:

TIPO	AJUSTES DIRETOS (AD)		CONCURSOS PÚBLICOS (CP)		TOTAIS (AD + CP)	
	QUANTIDADE	MONTANTE	QUANTIDADE	MONTANTE	QUANTIDADE	MONTANTE
BENS	3	34.235,35 €	5	326.886,25 €	8	361.121,60 €
SERVIÇOS	8	151.957,88 €	9	922.833,14 €	17	1.074.791,02 €
TOTAL	11	186.193,23 €	14	1.249.719,39 €	25	1.435.912,62 €

3. Portal Base

A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar iniciou o registo e o controlo de contratos celebrados com a Docapesca e os seus fornecedores, na plataforma BaseGov, em 29 de junho de

2012. Até final de 2013, registaram-se 290 contratos (239 por ajustes diretos e 51 por concursos públicos). A recolha de informação e a digitalização dos contratos resultantes destas contratações foram introduzidos na plataforma BaseGov, com o máximo rigor, obedecendo a informação proveniente das áreas técnicas que elaboraram os respetivos procedimentos.

Em 2014, introduziram-se na mesma 149 contratos, resultantes de 111 ajustes diretos e 38 concursos públicos. Em 2015, registaram-se no portal 303 contratos, sendo 137 ajustes diretos e 166 concursos públicos. Na totalidade, a Docapesca registou naquele portal, 920 contratos, que correspondem a 37.918.135,48 Euros.

4. Entidade de serviços partilhados da Administração Pública (ESPAP)

Durante 2015, o reporte estatístico de contratação sofreu alteração, sendo o portal de contratos públicos online BASE, a fonte dessa informação que é retirada diretamente pela ESPAP.

Em 2015, a Docapesca participou, pela primeira vez, num procedimento de agregação voluntária de várias entidades do Setor Empresarial do Estado, tendo por objetivo a aquisição de combustíveis rodoviários em postos públicos, e a granel, para consumos próprio, utilizado nas viaturas de serviço e em alguns equipamentos das áreas de exploração e dominial.

5. Comunicações fixas e móveis de voz e banda larga

5.1. Rede Fixa

Em 2015 registou-se um ligeiro acréscimo em comunicações fixas de voz, relativamente ao valor orçamentado de 30.300,00 Euros. Os custos com estas comunicações foram no valor de 33.119,30 Euros, que resultou da inclusão de novas linhas dos serviços das Direções Dominial do Norte, do Centro e do Algarve.

5.2. Rede Móvel

Relativamente à rede móvel (voz e dados em banda larga), verificou-se uma redução de 55% comparativamente ao valor inscrito no orçamento para o ano de 2015, redução muito significativa, apesar do aumento do número de utilizadores, resultantes da externalização do IPTM e da atribuição a mais colaboradores da Docapesca. A necessidade de se aumentar o número de utilizadores deveu-se ao serviço que prestam, o que resultou num novo contrato com a Vodafone.

6. Faturação SAP

6.1. Fornecedores

A direção efetuou 1.588 lançamentos de faturas em SAP para a aquisição de bens e serviços a fornecedores.

6.2. Clientes

Emitiram-se 100 faturas em SAP, sendo 86 referentes à prestação do serviço NAFO e, 14, referentes à prestação do serviço Atum Rabilho.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO

1. Regime de Circulação de Mercadorias

1.1. Emissão de Guias de Circulação de Mercadorias

Ac abrigo do Regime dos Bens em Circulação, a Docapesca emite documentos de transporte, através de um *webservice*, com comunicação direta à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) antes do início do transporte. Em 2015 foram emitidas 18.278 guias, das quais 18.044 guias de transferência de pescado (entre lotas), e 234 guias de transporte de pescado.

1.2. Contratos de Transferência de Pescado

Com as alterações introduzidas pela Autoridade Tributária (AT) na circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, elaborou em 2015, 95 contratos com os Armadores/Pescadores, para efetivar a transferência de pescado descarregado em determinado porto e vendido noutra local de descarga. Para além deste documento que acompanha o produto, foram emitidas guias de transferência de pescado, por via eletrónica (com ligação à AT), onde constam todos os dados obrigatórios para a transferência do pescado.

2. Contratos de abastecimento direto de pescado

Durante o ano de 2015 todos os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005 e recebidos na Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a verificações, e posteriormente enviados para as respetivas direções e inseridos em ficheiro disponível para consulta. Verificou-se um aumento de 503 contratos, em relação ao ano de 2014, sendo a que a distribuição dos contratos por Organização de Produtores, para os anos de 2014 e 2015 foi a seguinte:

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM EM 2015	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM EM 2014	DIFERENÇA 2015-2014
APARA	254	217	+35
APROPESCA	368	164	+202
ARTESANALPESCA	59	45	+14
BARLAPESCAS	06	07	-1
BIVALMAR	01	19	-18
CAPA	132	128	+4
CENTRO LITORAL	14	29	-15
OLHÃOPESCA	245	201	+44
OPCENTRO	191	151	+40
PROPEIXE	6	10	-4
SESIBA	17	17	0
VIANAPESCA	834	634	+200
TOTAIS	2.125	1.622	+503

A comparação entre o volume de vendas em quantidade, valor e preço médio, para ambos os anos, pode ser analisada através do quadro a seguir apresentado. Em 2015, o pescado vendido através de contrato representou cerca de 29,5% sobre o total do pescado vendido em lota.

	2015			2014		
	Quantidade (kg)	Valor (€)	Preço Médio (€/kg)	Quantidade (kg)	Valor (€)	Preço Médio (€/kg)
TOTAL DE VENDAS	117.982.593	194.645.154	1,65	95.462.151	181.542.433	1,90
VENDAS POR CONTRATO	34.745.001	33.896.220	0,97	20.900.423,15	27.721.199,00	1,32
%	29,44	17,31	—	21,99	15,27	—

3. Acondicionamento de pescado

Ao abrigo dos Planos de Investimentos Correntes para os anos de 2015 e 2014, adquiriram-se as seguintes quantidades e respetivos montantes de caixas para acondicionamento de pescado, distribuídas por toda a empresa:

	AQUISIÇÃO DE CAIXAS PARA ACONDICIONAMENTO DE PESCADO					
	Laranja		Azuis		Custos Totais	
	Qt. ^{ca}	Valor	Qt. ^{ca}	Valor	Qt. ^{ca}	Valor
2014	26.720	116.232,00 €	3.700	12.728,00 €	30.420	128.960,00 €
2015	24.548	109.729,56 €	4.020	13.547,40 €	28.568	123.276,96 €

A necessidade de um maior controlo do stock de caixas para acondicionamento de pescado (caixas laranja), diminuiu a quantidade de aquisições efetuadas em 2015, relativamente a 2014. Por outro lado, verificou-se um aumento na aquisição de caixas azuis, em 2015, por questões relacionadas com os procedimentos de Segurança Alimentar implementados em lota. As receitas com as taxas de utilização de caixas e as vendas para reciclagem, encontram-se refletidas no quadro a seguir:

	RECEITAS			
	Taxas de utilização	Vendas p/reciclagem		Valor Total
		Quantidade	Valor	
2014	522.296,43 €	11.308	13.535,55 €	535.831,98 €
2015	542.256,92€	13.894	16.197,30 €	558.454,22 €

4. Observadores de Pesca

4.1. Zona NAFO

Em 2015, relativamente a 2014, verificou-se uma redução no número de embarques e nos dias de permanência em mar, conforme se verifica a seguir:

	NÚMERO DE EMBARQUES	NÚMERO DE DIAS DE MAR
2014	31	2.324
2015	26	1.916

No que respeita a custos e receitas diárias pela colocação de observadores a bordo dos navios de pesca longínqua, verificou-se a seguinte evolução entre 2015 e 2014:

	Valor Diário Bruto (Observadores)	Valor Diário Líquido (Observadores)	Valor Diário Cobrado aos Armadores	Receita Diária
2014	145,27 €	138,01 €	146,00 €	7,99 €
2015	127,15 €	127,15 €	146,00 €	18,85 €

Pelos serviços prestados pela Docapesca, que envolvem vários procedimentos administrativos, os resultados para a empresa, aumentaram de 2015, relativamente a 2014. O concurso iniciado em 2015 irá manter-se durante o ano de 2016.

	Custos (Observadores)	Receitas (Armadores)	Resultados
2014	307.892,36 €	325.580,00 €	17.687,64 €
2015	246.584,18 €	279.736,00 €	33.151,82 €

4.2. Atum Rabilho

Em 2015, ainda sob o protocolo para a colocação a bordo de observadores especificamente para o Atum Rabilho, celebrado entre a Docapesca e a DGRM em 2014, não permite que a Docapesca tenha qualquer tipo de receita pela prestação deste serviço, não tendo em conta o trabalho administrativo realizado nesta matéria (ver quadro abaixo):

Armações	Meses Observação	Atuns Capturados	Custo	Receita	Resultado
Real Atunara	7	51	4.492,00 €	4.492,00 €	0,00 €
Tunipex	7	1.426	9.638,00 €	9.638,00 €	0,00 €

5. Leilão Online

5.1 Pesca extrativa

Em 2015 foram transacionados 216.815 kg de pescado, através de leilão online, a que correspondeu o montante de 1.185.340 Euros (um milhão, cento e oitenta e cinco euros, trezentos quarenta euros).

5.2 Aquicultura

Em 2015 não se verificou o leilão de pescado proveniente de explorações de aquicultura nacionais. Foram registados os potenciais compradores e vendedores que reuniam as condições para tal.

6. Controlo da faturação da primeira venda de pescado

Da análise das faturas anuladas na primeira venda de pescado em todos os estabelecimentos da Docapesca, em 2015 foram apurados os seguintes dados:

	Ano 2014			Ano 2015		
	Faturas Emitidas	Faturas Anuladas	Anuladas %	Faturas Emitidas	Faturas Anuladas	Anuladas %
Janeiro	19.693	15	0,08	22.577	29	0,13%
Fevereiro	19.744	19	0,10	22.139	40	0,18%
Março	26.573	29	0,11	27.243	44	0,16%
Abril	29.158	35	0,12	29.280	101	0,34%
Maio	30.822	68	0,22	27.145	51	0,18%
Junho	30.889	60	0,19	34.494	46	0,13%
Julho	37.994	59	0,16	38.449	77	0,20%
Agosto	32.803	48	0,14	33.033	41	0,12%
Setembro	30.957	43	0,14	30.208	55	0,18%
Outubro	29.204	26	0,09	27.034	36	0,13%
Novembro	22.454	17	0,08	27.457	42	0,15%
Dezembro	22.940	18	0,08	20.762	32	0,15%
Total	333.231	434	0,13%	339.821	594	0,17%

Os principais motivos para a anulação de faturas na primeira venda de pescado, durante 2015, foram: a "forma de pagamento" e "dados incorretos" (troca de embarcação). Este erro foi corrigido pela Direção de Informática e Gestão de Sistemas, através da obrigatoriedade de confirmação do PRT de cada embarcação.

7. Regulamentos de exploração dos portos de pesca

Foi alterado o Anexo IV do Regulamento de Exploração da Delegação Centro (Lota de Peniche), no que respeita à Ordem de Venda.

8. Galp Frota

Em 2015 verificaram-se os seguintes consumos de combustível, relativamente a todas as viaturas da Docapesca, através da utilização do cartão Galp Frota, conforme seguinte:

	QUANTIDADE EM LITROS	MONTANTE EM EUROS
2014	49.900,80	72.399,47
2015	53.162,88	68.121,54

Verificou-se um aumento na quantidade de litros abastecidos em 2015, indicador de maior número de deslocações em serviço, resultantes das obras de requalificação de algumas lotas.

O novo contrato de abastecimento de combustíveis efetuado através da adesão voluntária ao concurso realizado pela ESPAP, entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, com descontos que certamente serão muito mais favoráveis à Docapesca.

9. Geral

9.1. Contratos de Representação

Durante o ano de 2015 foram reformulados alguns contratos de concessão e exploração de Lotas e Postos de Vendagem, de norte a sul do país, com o intuito de uniformizar estes documentos, que se denominaram "Contratos de Representação do Serviço de Exploração de Lotas ou Postos".

9.2. Tipologia dos estabelecimentos da Docapesca

Durante 2015, não se verificou alteração na tipologia definida para os estabelecimentos da Docapesca em 2014.

9.3. Postos de transferências de Pescado

Em 2015 foram assinados os contratos de representação e exploração, com início de atividade em 2016, do Posto de Transferência de Pescado de Paço de Arcos e do Posto de Controlo e Registo de Pescado da Praia de Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal do Seixal ficou de disponibilizar um local adequado para o funcionamento de um Posto de Transferência de Pescado ou Controlo e Registo de Pescado. Qualquer um dos locais visitados carecia de intervenção camarária, pelo que, aguardamos mais informações por parte da autarquia.

10. Comissões de Acompanhamento

A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar participou em várias reuniões, durante o ano de 2015, na "Comissão de Acompanhamento da Sardinha".

11. Cooperação Bilateral Portugal – Cabo Verde

Em 2015 apenas se realizou uma reunião.

12. Colaboração Institucional

A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar manteve uma relação estreita com as entidades oficiais que coordenaram, vistoriaram e auditaram os seus estabelecimentos, nomeadamente a DGRM, DGAV e ASAE. Para além disso, a direção tem a responsabilidade da receção e do envio de todos os despachos e notificações, emitidos pela DGRM, cujas matérias têm diretamente a ver com a Primeira Venda de Pescado.

13. Informação ao Consumidor

A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar acompanhou as alterações introduzidas na fatura da primeira venda de pescado e a sua repercussão ao nível dos pescadores e comerciantes.

ÁREA DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

1. Análises à água doce e salgada e ao gelo

Mantiveram-se as análises físico-químicas e microbiológicas realizadas à água doce, salgada e gelo, de acordo com plano validado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para o triénio 2014-2016.

2. Análises a manipuladores, superfícies, utensílios e equipamentos

A validação das higienizações efetuadas nas instalações da Docapesca, realizou-se também de acordo com plano validado pela DGAV, para o triénio 2014-2016.

3. Análises ao pescado

Conforme previsto para 2014 foram efetuadas análises ao pescado nas 22 lotas da Docapesca. De acordo com validação da DGAV, os parâmetros considerados importantes para análise foram os seguintes: microbiológicos (*Salmonella*, *Enterobacteriaceae* e *Staphylococcus* produtores de coagulase), histamina, metais pesados (chumbo, cádmio e mercúrio), ABVT e sulfitos, para o triénio 2014-2016.

4. Eficiência energética

Não foi desenvolvida mais nenhuma atividade neste âmbito.

5. Sistema de Gestão de Segurança Alimentar

No último trimestre de 2015, iniciou-se o processo de certificação ISO 22000 para as lotas de Peniche e Figueira da Foz. As reuniões ocorridas foram distribuídas entre as duas lotas. A coordenação deste processo ficou a cargo da Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar.

No final de 2015, foi ministrada uma formação no Âmbito da ISO 22000, pela empresa APCER, onde participaram todo o grupo envolvido neste processo de certificação. A segunda parte da formação ficou agendada no início de 2016.

Como estratégia de implementação desta certificação, efetuamos a divulgação e aplicação de todos os procedimentos definidos para a certificação das lotas de Peniche e Figueira da Foz, junto dos restantes estabelecimentos da Docapesca, que no futuro serão alvo do mesmo processo.

6. Planos de Higiene e Segurança Alimentar

A correta implementação e melhoria dos procedimentos de HACCP, definidos nos Planos de Higiene e Segurança Alimentar implementados nas lotas, foram efetuados e alterados sempre que se verificou essa necessidade, principalmente nas lotas requalificadas.

7. Atribuição e manutenção de Números de Controlo Veterinário (NCV)

Em 2015, mantiveram-se todos os NCV já atribuídos aos 22 estabelecimentos licenciados. Durante este ano apenas se efetuou a transferência da lota provisória da Figueira da Foz, para o estabelecimento requalificado.

8. Controlos oficiais

Durante o ano de 2015, a Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar acompanhou vistorias no âmbito dos controlos oficiais da responsabilidade da entidade coordenadora (DGRM), para a manutenção dos Números de Controlo Veterinário (NCV), dos seguintes estabelecimentos: Vila Nova de Milfontes, Vila Real de Santo António, Olhão, Albufeira e Quarteira. Foi também atribuído de novo o NCV à lota da Figueira da Foz, com a sua transição para a zona do edifício requalificada. A Direção de Exploração das Lotas e Segurança Alimentar apoiou a Auditoria Comunitária no âmbito dos Regulamentos de Controlo, efetuada pela Comissão Europeia.

9. Boas Práticas na primeira venda de pescado

Durante o ano de 2015 continuaram a ser ministradas ações de formação na área da Segurança Alimentar, tendo como base o Manual de Boas Práticas na Primeira Venda de Pescado, em contexto real de trabalho.

10. Boas Práticas a bordo das embarcações

No ano de 2015 não se realizaram ações de sensibilização e divulgação do manual de boas práticas para as embarcações junto dos armadores e pescadores.

A revisão e nova apresentação gráfica deste manual ficaram concluídas em 2015. A sua divulgação será efetuada no primeiro trimestre de 2016.

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No âmbito da Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação desenvolveu-se um conjunto de projetos que visou promover o desenvolvimento, a competitividade e a notoriedade da empresa, identificando as melhores vias para a implementação e comunicação das estratégias planeadas, numa vertente interna e externa, potenciando sinergias, inovação e orientação para o mercado. Simultaneamente tem como objetivo, desenvolver novas frentes de atuação que aumentem a proximidade, confiança e a transferência de valor para o setor, parceiros e sociedade.

CAMPANHAS E PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DO PESCADO

DESENVOLVER E PROMOVER O COMPROVATIVO DE COMPRA EM LOTA

Inserido no objetivo global de valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, a Docapesca reforçou as suas atividades no âmbito do projeto Comprovativo de Compra em Lota (CCL), que se focaliza na identificação e diferenciação do pescado das lotas portuguesas, junto do consumidor final.

No primeiro semestre de 2015, produziram-se 10.000 novas etiquetas CCL, no cumprimento das novas exigências comunitárias de informação ao consumidor, distribuídas junto das grandes superfícies e pequenos retalhistas dos mercados municipais e peixarias aderentes em lota.

No segundo semestre, considerando a elevada procura por parte dos aderentes, iniciou-se novo procedimento para a produção de mais etiquetas CCL, para distribuição junto dos clientes.

O projeto CCL está implementado em seis insígnias na Grande Distribuição: Sonae (Lojas Modelo-Continente), Auchan (Lojas Jumbo e Pão de Açúcar), Jerónimo Martins (Lojas Pingo Doce), Mosqueteiros (Lojas Intermarché), El Corte Inglés e Supermercados Apolónia, representando um total atual de 885 pontos de venda. Para motivar os responsáveis pelas peixarias dos hipermercados Continente, foi efetuado um plano de ações de formação nas Escolas de Perecíveis da Sonae, em Telheiras (Lisboa) e Vila Nova de Gaia, durante o ano de 2015, com início em 17 de março e termo em 27 de outubro, num total de 18 sessões. No que diz respeito aos pequenos retalhistas, o projeto CCL conta atualmente com 533 aderentes, que representam um universo de 671 pontos de venda.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DO PESCADO EM EVENTOS NACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

- No SISAB, no Espaço Mar Portugal, destacou-se o carapau fresco e a cavala em conserva num dos almoços apoiados pela Docapesca, bem como nas degustações realizadas no expositor Docapesca.
- Em colaboração com o IPMA, e no âmbito da apresentação do projeto VALPROTAI, promoveu-se degustação com tainha, a cargo da Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, com receptividade muito positiva.
- Presença no Peixe em Lisboa: diariamente, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e *Chefs* contratados pela organização, desenvolveram *showcoockings* e aulas de culinária com espécies mais representativas de cada lota, bem como com conservas. Destaca-se a boa receptividade para o carapau seco e fumado.
- Congresso dos Cozinheiros (Estoril): promoção de demonstrações culinárias em torno do carapau.

- Desenvolveram-se igualmente degustações de pescado fresco e em conservas no XIV Congresso da Nutrição e Alimentação (Lisboa), Sentidos e Tradições (Faro), 7.º aniversário do Museu de Portimão, 100% Alto Minho (3 ações, Viana do Castelo), Volvo Ocean Race (4 ações, Lisboa), Blue Week (3 ações, Lisboa), Festa do Mar e da Sardinha (2 ações, Vila Praia de Âncora).

SEGUNDO SEMESTRE

- Alameda Beer Fest (Faro), Art Beer Fest (Caminha), Vinho Verde Wine Fest (Porto), Festival do Bacalhau (Ilhavo), Fatacil (Lagoa), XXIX Conferência CEI (Oeiras), Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira), Congresso GIIIMAR (Porto), Festival do Polvo (Zambujeira do Mar), Rip Curl Pro (Peniche), Expo Barcelos (em colaboração com a Propeixe e com transmissão televisiva na TVI), e no Fórum do Mar em Matosinhos, onde se desenvolveram degustações com cavala, carapau e polvo.

AÇÕES NOS MERCADOS MUNICIPAIS: Face ao elevado número de eventos identificados, estas ações foram reduzidas, tendo-se realizado oito iniciativas: Sesimbra, Setúbal (2 dias), Moita, Baixa da Banheira, Póvoa de Varzim e Almada.

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DO MAR

- **MARÇO:** A participação em feiras profissionais e eventos internacionais iniciou-se com o SISAB, integrando a presença das OP, para desenvolvimento de contatos diretos com vista à exportação dos produtos da pesca. Realizaram-se degustações no expositor Mar Portugal, em articulação com a EHT Lisboa, e almoços para todos os participantes, com cavala em conserva, carapau fresco e peixe-espada preto.
- **ABRIL:** Integrámos o Pavilhão de Portugal na Seafood em Bruxelas, sob organização da ALIF, onde expôs uma mostra de pescado fresco português e divulgação de vídeos sobre o setor.
- **JUNHO:** Participámos na Blue Week, Lisboa, evento organizado pelo Ministério da Agricultura e do Mar. No Blue Business Forum, realizado na FIL, representámo-nos num expositor próprio, na área institucional, e integrámos também o expositor da Fileira do Pescado. No âmbito do Encontro Ministerial, a Docapesca organizou o jantar ministerial, exclusivamente à base de pescado das lotas portuguesas, com cerca de 80 Ministros do Mar de todo o mundo.
- **JULHO:** Participação na viagem do Navio Escola Sagres, aos EUA, com a realização de um Encontro Empresarial em Boston, em colaboração com a AICEP e o Consulado-geral, com convite a importadores locais. A Marinha assegurou, também, uma participação permanente em todas as sete escalas do navio, com a realização de uma mostra de produtos e integração de produtos da pesca nos almoços e jantares protocolares.
- **OUTUBRO:** Participação na Conxemar. A Docapesca foi responsável pelo Espaço Mar Portugal. Estiveram presentes sete coexpositores (ANICP, ACOPE, ALIF, Vianapesca, Opcentro, Propeixe e Artesanalpesca). Participação na feira ANUGA, Pavilhão do Pescado Português, sob organização da ACOPE, em Colónia, Alemanha.
- **NOVEMBRO:** Participação na Alimentaria Lisboa, integrando o expositor da Fileira do Pescado.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- **OUTUBRO:** Participação na Expomar, a convite da Direção das Pescas de Cabo Verde, organizando o Espaço Mar Portugal. Apresentou as atividades tradicionais da empresa, como a primeira venda de pescado e serviços prestados ao nível dos portos de pesca, bem como outras atividades relacionadas com o Mar no âmbito da área de jurisdição da empresa, como os estaleiros de reparação e construção naval. A Docapesca fez duas apresentações sobre a experiência portuguesa na gestão de lotas e portos de pesca,

- com a presença da comunidade piscatória local. Destes contatos, resultará a elaboração de um protocolo entre a Docapesca e a Direção-Geral das Pescas de Cabo Verde, que terá desenvolvimentos em 2016.
- NOVEMBRO: Presen na FIP Angola, em Luanda, tendo a Docapesca dirigido convite às diversas associações da Fileira do Pescado e do Mar, para participarem no Espaço Mar Portugal. Para além da promoção do CCL e do desenvolvimento de novos negócios, a participação enquadrou-se no modelo de desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e do Crescimento Azul, em que a náutica, a aquicultura e o turismo surgem como áreas a potenciar, bem como os estaleiros de construção e reparação naval, enquanto atividade de suporte à pesca e náutica de recreio. Destas presenças, notou-se um grande interesse local e com potencial de crescimento assinalável para os setores da construção e reparação naval, como áreas de apoio à pesca, tendo os co-expositores presentes demonstrado interesse numa participação mais alargada em futuras edições da FIP Angola.
 - A Docapesca participou também no programa paralelo de seminários e conferências que integraram diversos painéis de oradores, abordando os diversos vetores de atuação da empresa com destaque para o regime legal da primeira venda em lota, regulamentos de exploração dos portos de pesca, saúde pública e segurança alimentar e valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

FISH GOURMET – HAMBÚRGUER DE CAVALA

O passatempo Fish Gourmet, lançado em outubro de 2014, no Rip Curl Pro, em Peniche, visava a criação de uma receita de hambúrguer de cavala, económica e de possível aplicação à indústria. Dirigido a alunos de cursos de restauração e hotelaria, o período de entrega de receitas decorreu até 15 de março, tendo sido rececionadas 49 receitas, que foram avaliadas pelo júri, composto pela Chef Marlene Vieira, Mónica Ventosa (APED), Luís Silvério (ACOPE), Ângela Pé Curto (ALIF) e Gonçalo Moreira (APN). Selecionaram-se 7 finalistas que, no início de abril, apresentaram as suas receitas em duas mostras: Oihão e Peniche. A final do passatempo decorreu no Peixe em Lisboa, 17 de abril, tendo vencido Ana Rita Marques, da ESTM Peniche. Atribuíram-se duas menções honrosas aos alunos André Martins e Adriana Ramos, do Agrupamento de Escolas de São Brás de Alportel.

Posteriormente, à final do concurso, desenvolveram-se ações de divulgação, as Mostras Fish Gourmet, com a presença dos alunos vencedores e degustações em diversas iniciativas, nomeadamente: (1) Blue Week; (2) Volvo Ocean Race no dia da Criança e a bordo do Navio Santa Maria Manuela em Lisboa com a presença de jovens estudantes, hamburguerias de Lisboa e órgãos da comunicação social; (3) Alameda Beer Fest em Faro, onde estiveram presentes os dois alunos finalistas, que apresentaram as suas receitas, tendo sido convidadas hamburguerias da zona de Faro; (4) Fórum do Mar em Matosinhos; (5) Rip Curl Pro em Peniche; (6) Workshop da ACOPE em Peniche. Na presente data, Patrícia Borges, formadora da aluna vencedora, está a colaborar com a Artesanalpesca, que se mostrou interessada em desenvolver a receita vencedora, adequando-a às necessidades da indústria.

PROMOVER OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Depois da implementação do Cabaz do Mar, em Azenha do Mar, onde a Docapesca colaborou, foi objetivo da Docapesca dinamizar a sua expansão a outras lotas do continente português, durante o ano de 2015. Neste âmbito, realizaram-se ações de disseminação do projeto com as associações e entidades locais das comunidades piscatórias de Fuseta, Castelo do Neiva, Mira e Ericeira.

No mês de julho, arrancou o Cabaz do Peixe, em Sesimbra, projeto organizado pela Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Centro e Sul e com o apoio da Docapesca, CM Sesimbra e ADREPES. Prevê-se o arranque do projeto na Fuseta em março de 2016, ficando os restantes locais a aguardar articulação com os DLBC e associações locais.

VALORIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE PESCARIAS QUE UTILIZAM ARTES SELETIVAS

O principal objetivo do projeto é o desenvolvimento de uma matriz de critérios de sustentabilidade ambiental, económica e social, adaptada à realidade da pesca artesanal nacional, tendo por base o Código de Conduta para a Pesca responsável da FAO e outros indicadores disponíveis. A matriz a desenvolver foi testada e validada nas pescarias que utilizam artes seletivas, como é o caso do polvo de armadilhas, a pescada de anzol e o pescado capturado por pequenos palangreiros, visando a seleção de indicadores de sustentabilidade.

A sua implementação, nomeadamente a recolha de dados e a caracterização das pescarias pré identificadas *in situ*, pressupõe o estabelecimento de um protocolo de colaboração com algumas entidades com competências e conhecimentos ao nível de critérios de sustentabilidade ambiental e sua aplicação à pesca artesanal, como foi o caso da Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação e da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Em 2015, este projeto esteve em fase de recolha de dados junto das pescarias, tendo sido ampliada a dimensão da amostra, para uma maior representatividade do estudo, o que foi concluído no final de 2015.

LEILÃO ONLINE

Tecnologicamente desenvolvido pela Direção de Informática, este projeto tem o apoio da DEIC ao nível da comunicação e divulgação junto dos comerciantes. Em 2015, as compras online representaram 1.309.600 Euros que se traduz num aumento face ao ano transato (1.185.340 Euros).

SEGURANÇA E QUALIDADE ALIMENTAR

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS A BORDO DAS EMBARCAÇÕES

Elaborado pela Docapesca em 2013, em articulação com o IPMA, integrou, posteriormente, as sugestões recolhidas durante as ações de sensibilização/informação realizadas em Matosinhos, Peniche e Sesimbra junto dos armadores e pescadores. Em 2015, fez-se uma atualização dos conteúdos do Manual, em articulação com a Direção de Exploração das lotas e Segurança Alimentar, da empresa, e o IPMA. Reviu-se o grafismo do Manual, em dezembro, prevendo-se ações de divulgação em várias lotas do país, durante fevereiro de 2016.

COMUNICAÇÃO

SITE E REDES SOCIAIS

O site da Docapesca registou 90.109 visitantes até final de 2015, o que representou um acréscimo face ao período homólogo do ano anterior (74.591). A página da Docapesca no Facebook é regularmente atualizada, tendo no final de 2015, 1.489 seguidores.

PUBLICAÇÕES

A *Infolota* contou com 12 edições em 2015, mantendo a distribuição em formato digital para o exterior, dirigida às organizações de produtores, associações de armadores, pescadores e comerciantes, comunicação social, agências de comunicação, câmaras municipais e entidades oficiais do Setor da Pesca, entre outros, e também em formato papel para distribuição nas lotas.

A *Agenda Docapesca*, instrumento de comunicação interna, teve 19 edições durante o ano transato.

O Observatório de Preços Médios do Pescado em Lota é divulgado semanalmente, por email ao público-alvo acima identificado, e publicado no site da Docapesca.

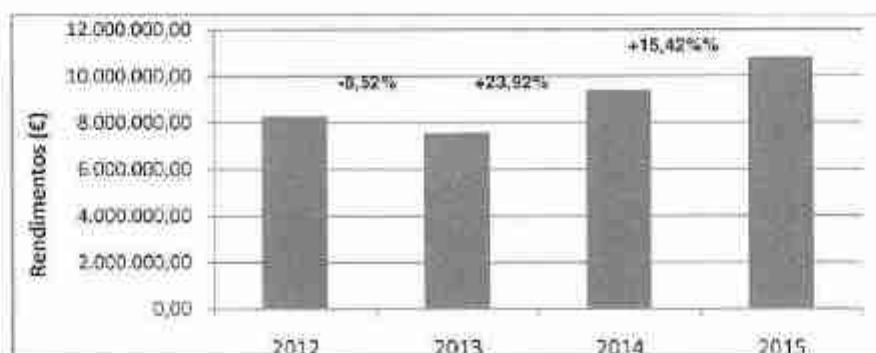
RENDIMENTOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

Os rendimentos provenientes de atividades comerciais em 2015 situaram-se nos 10.830.136,25 Euros, mais 15,42%, do que em 2014, contribuindo em 37,7% para a formação dos rendimentos operacionais da empresa. O aumento prende-se, essencialmente, com a integração de rendimentos provenientes de atividades do ex-IPTM, cuja faturação, em 2014, só se iniciou no segundo semestre. Por segmentos de atividade, a evolução foi a seguinte:

VALORES EM EUROS				
	2015	2014	Evolução	Evolução %
ÁREA COMERCIAL	10.766.276,51	9.382.916,12	1.447.220,13	14,74
Venda de Mercadorias e Rendimentos Conexos				
Aprestos de Pesca	31.022,06	75.939,57	-44.917,51	-59,15
Lubrificantes	20.979,22	37.066,54	-16.087,32	-43,4
Baterias	4.230,35	5.919,68	-1.689,33	-28,54
Embalagens	36,32	24.722,91	-24.686,59	-99,85
Comandos	26.025,00	26.350,00	-325	-1,23
Combustíveis	1.061.518,27	1.387.529,48	-326.013,21	-23,5
Subtotal	1.143.809,22	1.557.528,18	-413.718,96	-26,56
Gelo	1.371.375,00	1.146.611,04	227.082,95	19,60
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços Conexos	5.663.817,44	4.839.382,19	824.425,25	17,04
Gestão Dominial	1.388.368,83	1.031.653,92	356.714,91	34,58
Serviços Náutica e M.T.	1.198.906,02	736.941,65	461.964,37	62,69
Subtotal	8.251.092,29	6.607.987,76	1.643.104,53	24,87
Outras Atividades	61.540,75	70.789,14	-9.248,39	-13,06

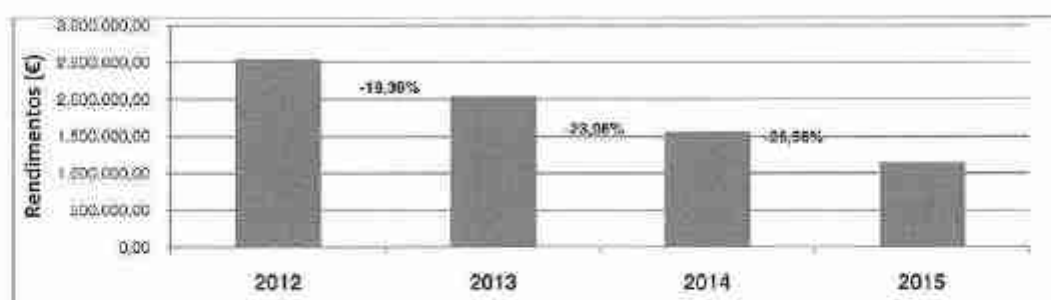
Na venda de mercadorias e gelo registou-se uma evolução positiva no gelo (+19,8%), e negativa nas restantes atividades, influenciada sobretudo pela quebra registada nos combustíveis (-23,5%). As Lojas Docapesca, cuja atividade no final de 2015 é já residual, registaram uma quebra de -60,8% nos rendimentos. Na prestação de serviços verificou-se um acréscimo de 24,9% resultante, essencialmente, das atividades decorrentes da integração do ex-IPTM.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DA ÁREA COMERCIAL 2012-2015



VENDA DE MERCADORIAS

Decorrente da alteração do processo de aquisição de mercadorias e da reformulação da atividade das Lojas Docapesca que teve início em 2013, as vendas sofreram uma nova redução de 60,8%, em 2015. O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos três anos, cujo traçado foi também fortemente influenciado pela venda de combustíveis, mais precisamente, pelo decréscimo nas quantidades em 2014 e pela redução dos preços em 2015.



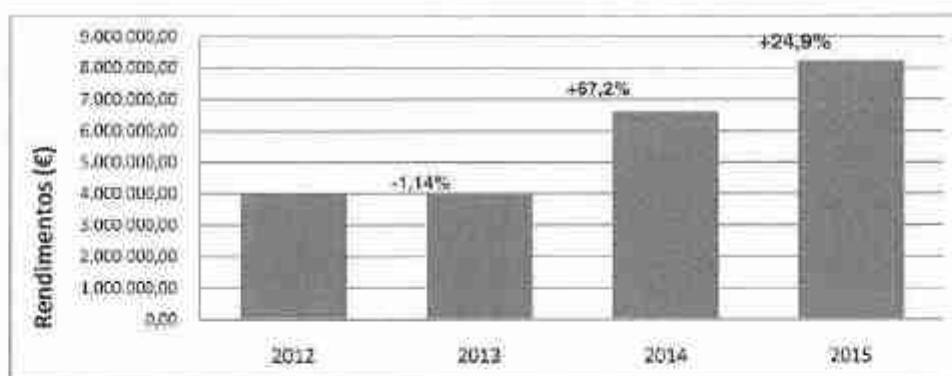
As vendas de aprestos de pesca (artigos de pesca, cabos e fios, redes, tintas e vestuário), lubrificantes e embalagens nas Lojas Docapesca registaram uma evolução negativa de -60,8%, face a 2014, decorrente dos motivos já acima referidos. Relativamente aos combustíveis, o gráfico seguinte mostra a evolução da venda de combustíveis nos últimos três anos.



Verifica-se assim que face a 2014, ocorreu um decréscimo nos rendimentos de -23,5%, devido essencialmente à redução dos preços dos combustíveis que se registou a nível mundial. Em termos de volume vendido, houve também uma diminuição de -4.065L face ao ano transato, afeto, essencialmente à Direção de Portos de Pesca e Lotas de Matosinhos. Apesar da redução do volume de negócios, o resultado operacional global registou uma evolução positiva de +81.305 Euros face a 2014, e a margem líquida foi de +3,93%. Relativamente ao Gelo, durante o ano de 2015, verificou-se um aumento de +19,8% nas vendas, influenciado sobretudo pela Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Norte, Lota da Figueira da Foz (+62.294 Euros), Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul, Lota de Sines (+59.668 Euros) e Direção de Portos de Pesca e Lotas, Lota de Matosinhos (+49.787 Euros).

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem a cedência de instalações, os serviços dos portos de pesca e as receitas provenientes das novas áreas de Gestão Dominial, Estaleiros, Náutica de Recreio e Atividades Marítimo-Turísticas. O gráfico seguinte apresenta a sua evolução nos últimos 4 anos.



Em 2015, verificou-se um aumento de 17% nos rendimentos de instalações e serviços prestados nos portos de pesca, devido à integração dos armazéns e restantes áreas licenciadas ou concessionadas sob anterior jurisdição do ex-IPTM e que agora estão afetos à Docapesca, nomeadamente nas Direções de Portos de Pesca e Lotas do Norte, Centro e Algarve. Refira-se que, em 2014, a faturação destas instalações por parte da Docapesca apenas teve o seu início no segundo semestre. O nível geral de ocupação de instalações nos portos de pesca em 2015 foi de 78%, idêntico a 2014, com as maiores taxas de ocupação – acima dos 90% – registadas nas Direções de Portos de Pesca e Lotas de Matosinhos e Centro Sul.

Na área da Gestão Dominial, incluem-se as ocupações do Domínio Público Marítimo que transitaram para a Docapesca, nomeadamente nas frentes ribeirinhas das áreas portuárias (quiosques, restaurantes, esplanadas, habitações, etc.), parques de estacionamento, apoios de praia, viveiros, estaleiros e oficinas de reparação naval e outras ocupações dentro das áreas portuárias sob jurisdição da Docapesca. Em 2015, estas ocupações representaram rendimentos no valor de 1.388.368 Euros.

Os rendimentos referentes aos estaleiros de reparação e construção, no valor de 797.647 Euros, foram influenciados por Portimão (273.391 Euros), Peniche (192.286 Euros), Vila do Conde (151.658 Euros), Lagos (71.199 Euros) e Olhão (30.203 Euros).

Quanto às restantes ocupações da gestão dominial, com rendimentos no valor de 573.075 Euros, as áreas portuárias mais relevantes foram Nazaré (73.734 Euros), Lagos (69.417 Euros), Tavira (66.662 Euros), Póvoa de Varzim (65.898 Euros) e Alvor (45.087 Euros).

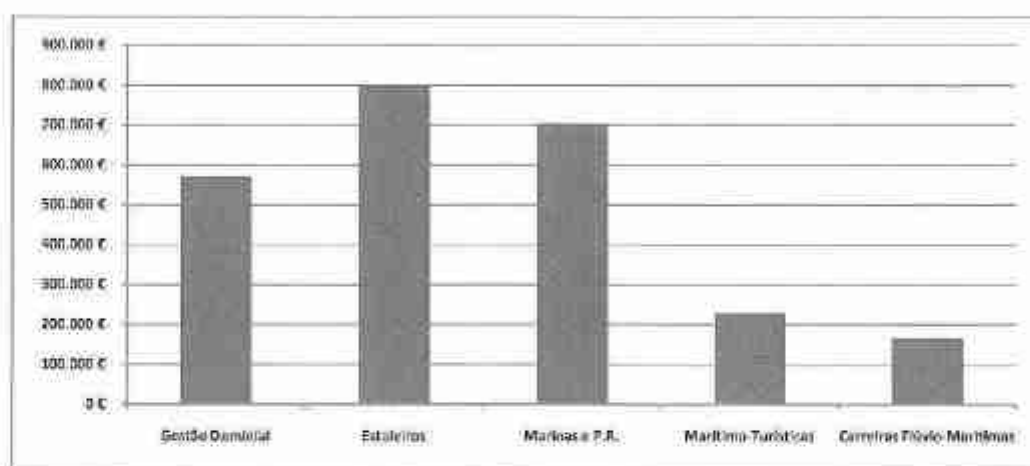
No âmbito da Náutica e Marítimo-Turísticas, estão incluídas as receitas provenientes das concessões de marinas e portos de recreio, taxas de amarração, taxas de utilização de porto, utilização de equipamentos, estacionamento de embarcações em terra, ocupações de terrenos por empresas marítimo-turísticas e de carreiras flúvio marítimas e taxas de venda de bilhetes. Em 2015, estas atividades representaram uma receita de 1.198.906 Euros.

No que diz respeito às marinas e portos de recreio, os rendimentos foram no valor de 704.832 Euros, influenciados essencialmente por Olhão (254.024 Euros), Nazaré (119.327 Euros), Portimão (101.202 Euros), Faro (73.984 Euros) e Lagos (72.248 Euros).

No âmbito da atividade marítimo-turística, cujos rendimentos foram de 230.099 Euros, sendo os portos mais relevantes, Peniche (66.705 Euros), Lagos (47.115 Euros), Vila Real de Santo António (43.956 Euros), Olhão (28.619 Euros) e Tavira (11.006 Euros).

Em relação às carreiras flúvio marítimas, com rendimentos no valor de 166.179 Euros, tiveram sobretudo origem em Olhão (52.464 Euros), Santa Luzia (27.322 Euros), Faro (23.077 Euros), Tavira (16.901 Euros) e Fuzeta (16.053 Euros).

O gráfico seguinte demonstra o peso de cada área de rendimentos, no âmbito das novas competências da Docapesca.



INFORMÁTICA

Em 2015 foram realizadas as seguintes atividades por esta direção:

- Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve:
 - o Lota de Portimão: Desenvolvimento e instalação de uma aplicação nova destinada à venda de domas no cerco. Instalação de comunicações de voz e dados.
 - o Lota de Lagos: Instalação de equipamentos de leilão.
 - o Lota de Quarteira: Instalação de antenas e comunicações.
- Direção de Gestão Dominial, Obras Portuárias, Marinas e Portos de Recreio do Algarve – Faro: Instalação e configuração da nova rede de dados e voz.
- Direção de Gestão Dominial, Obras Portuárias, Marinas e Portos de Recreio do Centro – Marina de Peniche: Instalação de antenas e comunicações.
- Direção de Portos de Pesca e Lotas do Norte – Lota da Póvoa de Varzim: Instalação de equipamentos de leilão.
- Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Norte – Lota da Figueira da Foz: Instalação de equipamentos de leilão.
- Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul – Lota da Sesimbra: Instalação de equipamentos de leilão.
- Lotas pequenas: Procedeu-se à instalação de sistemas de comunicação de dados modernos e mais fiáveis.
- Os itens acima implicaram em transferência dos pontos de pesagem, venda e por vezes faturação para locais provisórios, por motivo de obras de restauração e o retorno dos equipamentos para os locais originais, após a conclusão das obras.
- Programação e testes para as novas faturas para equipamentos de impressão laser e jato de tinta, com a intenção de eliminar-se os pré-impressos atuais e melhorar o aspeto das faturas.
- Apoio à formação no sistema Filedoc em todo o país.

INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO**INVESTIMENTOS – 2015****I – DESCRIÇÃO GERAL**

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2015 foi executado com o envolvimento das Direções da sede (Infraestruturas e Manutenção, Informática e Gestão de Sistemas, e Exploração das Lotas e Segurança Alimentar). Os Investimentos Correntes foram executados pelas direções da sede e das unidades orgânicas descentralizadas, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2015 são os que se apresentam no Quadro I e são expostos pelos totais por direções.

O Quadro I revela uma taxa de realização global no exercício de 2015, de 68,27%, correspondente a um total de investimentos previstos de 11.329.345,00 Euros e realizados de 7.734.480,00 Euros.

O Plano de Investimentos Específicos, com 9.369.924,00Euros inscritos no exercício de 2015, teve uma realização de 6.307.177 Euros sendo 67,31% a taxa de execução.

O Plano de Investimentos Correntes com 1.959.421,00 Euros inscritos no exercício de 2015 teve uma realização de 1.427.303,00 Euros, sendo de 72,84%, a taxa de execução.

QUADRO I – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2015

PROJECTOS ESPECÍFICOS	Realização Previsional 2015	Realização Efetiva (€) 2015	Realização Efetiva (%) 2015
Norte	771.590	760.095	98,51%
Matosinhos	762.049	372.259	48,85%
Centro Norte	1.102.556	928.870	84,25%
Centro	693.515	584.660	84,30%
Centro Sul	1.371.058	480.467	35,04%
ALGARVE	4.646.789	3.180.827	68,45%
Projetos - Sede e Diversas Direções	22.368	0	0,00%
TOTAL INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS	9.369.924	6.307.177	67,31%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES	1.959.421	1.427.303	72,84%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES E ESPECÍFICOS ..	11.329.345	7.734.480	68,27%

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 72,84%. No Quadro II apresenta-se com detalhe, a realização da sede e de cada uma das unidades orgânicas descentralizadas.

QUADRO II – MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS CORRENTES – 2015

Designação	Exercício 2015				
	Plano	Real	Desvio		Realização
			Valor	%	%
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2015	1.899.421 €	1.427.309	-532.118	-27%	73%
SEDE	125.862	93.381	-32.581	-26%	74%
Conselho de Administração	0	8.074	8.074 €	-	-
Departamento de Estatística	0	0	0 €	0%	0%
Direção de Assessoria Jurídica e Recursos Humanos	5.642	890	-5.376 €	-95%	5%
Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	5.600	594	-5.006 €	-89%	11%
Direção de Exploração da Lota e Segurança Alimentar	3.910	2.653	-1.257 €	-32%	68%
Direção de Administração e Finanças	2.600	670	-1.924 €	-74%	26%
Direção de Informática e Gestão de Sistemas	90.000	70.075	-19.925 €	-22%	78%
Direção de Infraestruturas e Manutenção	17.070	10.808	-6.262 €	-37%	63%
Direção de Auditoria e Controlo Interno	1.140	235	-905 €	-79%	21%
DIREÇÕES DESCENTRALIZADAS	1.833.459	1.333.923	-499.536 €	-27%	73%
DIREÇÃO DOS PORTOS DE pesca e LOTS DO NORTE E MATOSINHOS	357.852	301.704	-56.148 €	-16%	84%
Norte - Viana do Castelo	12.657	5.307	-7.350 €	-58%	42%
Norte - Póvoa do Varzim	70.557	22.998	-47.569 €	-67%	33%
Norte - Lotas, Postos de Venda e Área Domínial	13.538	39.225	25.687 €	180%	290%
Matosinhos	261.100	234.184	-26.916 €	-10%	90%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTS DO CENTRO NORTE	187.943	128.079	-59.864 €	-32%	67%
Aveiro	120.360	42.210	-78.150 €	-65%	35%
Figueira da Foz	63.683	82.669	18.986 €	29%	129%
Lotas e Postos Venda	3.700	1.200	-2.500 €	-68%	32%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTS DO OESTE	440.356	216.001	-224.355 €	-51%	49%
Nazaré	148.036	54.137	-93.901 €	-63%	37%
Peniche	260.068	141.347	-118.721 €	-46%	54%
Lotas, Postos de Venda e Área Domínial	34.150	18.517	-15.633 €	-46%	54%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTS DO SUL	223.658	209.523	-14.135 €	-6%	94%
Sesimbra	48.814	51.893	3.081 €	6%	106%
Setúbal	31.744	23.178	-8.566 €	-27%	73%
Sines	37.930	27.400	-10.530 €	-28%	72%
Lotas e Postos Venda	105.370	107.149	1.779 €	2%	102%
DIREÇÃO ALGARVE	823.653	480.515	-343.138 €	-42%	57%
Barlavento Algarvio	363.068	214.310	-148.745 €	-41%	59%
Barlavento - Lotas, Postos de Venda e Área Domínial	3.600	2.400	-1.200 €	-33%	67%
Sotavento Algarvio	232.375	136.771	-95.604 €	-40%	60%
Sotavento - Lotas, Postos de Venda e Área Domínial	24.520	126.054	101.534 €	414%	514%

No Quadro III apresentam-se, as realizações em Investimentos Correntes com valores de adjudicação superiores a 7.500 Euros

O valor total apresentado no quadro anterior representa cerca de 46,2% do total de Investimentos Correntes previstos e 63,4% dos realizados, em 2015.

QUADRO III – INVESTIMENTOS CORRENTES - 2015

Recuperação Geral/Beneficiação e Apetrechamento em Edifícios, Infraestruturas, Apetrechamento e outras Construções

VALORES EM EUROS

Direções	Estudos / Obra / Aquisição de Equipamentos	Execução (€)
Aveiro	Fornecimento e montagem de escadas e defensas de cais	55.785,00 €
Aveiro	Repavimentação e Drenagens - Arruamentos das UAEP's	11.182,50 €
Aveiro	Tratamentos/Substituição Madeiras Externas do Edifício - Área 2 - Restaurante	26.524,00 €
Aveiro / Fig.Foz	Fornecimento e montagem de uma plataforma flutuante	15.520,00 €
Carresqueira	Aquisição de luminárias para os Portos de Pesca de Ohão e Ségres	29.253,32 €
Cascais	Registadores Gráficos de Temperatura (Câmaras de Pesca)	30.000,00 €
Diversas Lotas	Aquisição de 17 balanças eletrónicas para o mercado de peixe	13.345,00 €
Faro	Adaptação e Remodelação das instalações da área dominial	71.303,25 €
Fig. Foz	Fornecimento de 2 empilhadores elétricos	36.000,00 €
Fuzeta	Reparações urgentes no cais das Quatro Águas e ilha de Tavira	28.340,00 €
Matosinhos	Repavimentação do Cais do Gasóleo	47.971,80 €
Nazaré	Sistema de Bombagem e Desinfeção de Água Salgada	104.712,00 €
Nazaré	Substituição de guardas metálicas - Cais T de Ohão	24.992,32 €
Ohão	Alteração de Edifício Administrativo para Instalações Sanitárias	26.804,53 €
Peniche	Reabilitação do Sistema de Drenagem Piso da Lota	37.900,00 €
Peniche	Ramal de Baixa Tensão do Porto de Pesca de Aveiro	15.764,23 €
Peniche	Ramal de Baixa Tensão do Porto de Pesca de Figueira da Foz	7.791,02 €
Portimão	Substituição troço da conduta de água de lavagens: Pontão sílloso Fortaleza	12.899,94 €
Prata de Vieira de Leiria	Vedação do Porto de Pesca	12.303,07 €
Quarteira	Vedação da Zona dos Subprodutos de Pescado	7.580,89 €
Quarteira	Alteração na rede de condutas de adução de água doce	8.615,00 €
Quarteira	Reabilitação Exterior do Edifício da Lota	47.950,00 €
Selval	Aquisição de carros, zonas e mesas	36.240,90 €
Selval	Fornecimento de 23 porta-palcos manuais galvanizados	20.125,00 €
Sines	Remoção de Equipamentos da Estação de Tratamento de Água Salgada	21.760,00 €
Sines	Remoção de Equipamentos da Estação de Tratamento de Água Salgada	19.745,00 €
Tavira	Requalificação dos Serviços Administrativos do Edifício da Lota	27.870,00 €
Trafaria	Reabilitação da Estrutura do Telheiro do Cais de Expedição	33.469,31 €
Vila do Conde	Trabalhos de Impermeabilização na Lota	34.990,00 €
Vila Praia da Ancora	Arranjo da Zona Ribeirinha	58.295,00 €
TOTAL	Investimentos com valor > 7.500€	904.810,00 €

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

A apresentação de candidaturas até ao início de 2015 e a aprovação tardia mesmo das candidaturas apresentadas em 2012/13 e 2014 ao PROMAR, associada a uma obrigatoriedade de execução até 31 de dezembro de 2015, condicionou de um modo relevante a execução dos projetos previstos no Plano de Investimentos Específicos de 2015, apresentados e aprovados em Assembleia-Geral da Docapesca.

Com efeito, verificou-se que cinco projetos com garantias de financiamento, mas já sem tempo de execução até final do ano, tiveram que ser retirados, representando uma redução no montante de investimento global de 2.124.551,00 Euros, dos quais 1.050.879,00 Euros (11,2%) inscritos no Plano de Investimentos Específicos de 2015. Prevê-se a recandidatura desses projetos no Programa MAR 2020 após reformulação, sendo três deles em Sines – com o valor global de 1.274.782,00 Euros; o pavilhão de apoio à descarga em Sesimbra, no valor de 424.769,00 Euros; e a aquisição de equipamento em escadas e defensas para diversos Portos do Algarve, no valor de 425.000,00 Euros. O atraso que o Programa MAR 2020 registou, e que não permitiu a apresentação de quaisquer candidaturas, nem a consequente aprovação em 2015, impediu a execução de 1.848.812,00 Euros (19,7%), igualmente previstos no Plano de Investimentos Específicos de 2015, por não estarem garantidas à Docapesca as necessárias condições de financiamento.

Apesar das situações anteriormente indicadas, representarem uma perda percentual de 30,9% na execução do Plano de Investimentos Específicos de 2015, foi possível atingir uma taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos de 67,3%, tendo ocorrido em outros desvios e perdas, mais 1,8% de execução do total previsto.

No Quadro IV, apresenta-se o Mapa resumo do Investimentos Específicos (por direção), com realização financeira no exercício de 2015. Não se apresentam os projetos com execução nula.

QUADRO IV – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DIREÇÃO) – 2015

PROJETOS ESPECÍFICOS	Resposta até Maio de 4 2015	Resposta até Maio de 4 2015	Realização provisória (em %)
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO NORTE	771.080	760.295	88,23%
Póvoa do Varzim - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	83.571	89.457	107,18%
Póvoa do Varzim - Requalificação de Zonas exteriores	104.820	106.123	101,08%
Vila do Conde - Adaptação das instalações da Lota para instalação de um Mercado de 2ª Venda	10.988	81.806	271,94%
Vila do Conde e Vila Praia de Ancora - Equipamentos dos Portos de Pesca - Armazenagem	26.785	10.516	39,28%
Vila do Conde - Instalações de Apoio: Casa de máquinas, Recuperação Ambiental da plataforma de dragagem, Cais e a nova Dársena de aço	29.000	32.020	24,00%
V. do Castelo e Póvoa do Varzim - Aproximamento em instalações Equipamentos Físicos de Produção de Gelo e Conservação e de Exploração	834.815	407.277	121,82%
Portos da Delegação Norte - Melhoria e modernização da gestão de resíduos e ações para defesa e conservação do ambiente	43.880	87.886	100,76%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO CENTRO-NORTE	700.040	372.258	48,89%
Matosinhos - Preenchimento da bacia de Saldanha e respetivos muros laterais e de Estabilidade	406.424	372.259	91,59%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO CENTRO-NORTE	1.702.586	908.838	53,38%
Figueira da Foz - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	274.962	302.355	109,97%
Figueira da Foz - Requalificação das infraestruturas exteriores à Lota e Casa e da Fábrica de Gelo com vista ao cumprimento do HACCP e HACCP	257.721	291.515	97,59%
Aveiro - Requalificação, Adaptação e Aproximamento do Edifício e Infraestruturas de Lota, Casa e Fábrica de Gelo para assegurar a implementação do HACCP e novas atividades de exploração	424.863	374.968	88,26%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO CENTRO-ESTRADA DE GESTÃO COMUNITÁRIA DO CENTRO	693.515	584.650	84,30%
Nazaré - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	323.515	339.458	104,93%
Nazaré - Requalificação das Estruturas de Berçário - Casa de desarmas, Apoio, Armazenamento, Combustíveis, Escadas e Defensas	30.000	56.959	189,89%
Pontevedra - Implementação do HACCP - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	30.000	67.055	223,52%
Pontevedra - Requalificação das infraestruturas do cais e exterior à Lota com substituição da cobertura da Lota por tecto em cumprimento do HACCP	30.000	478	1,59%
Pontevedra - Requalificação e modernização do rede elétrica de iluminação exterior da zona afetada à área da Lota - 1ª Fase	25.000	108.192	432,77%
Ericeira - Reabilitação / Reconstrução da Rampa Varadouro	75.000	12.518	16,69%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO CENTRO-SUL	1.321.036	480.842	36,39%
Sesimbra - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	430.875	409.363	97,26%
Setúbal - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	5.410	63.737	1178,14%
Sesimbra - Preenchimento Apoio à Desarmas, Freixo e Aproximamento de Pesca e Rede de Águas, Cais e de Estabilidade e de Gestão de Águas e Pavimentação de armazéns e contentores	406.765	7.178	1,79%
Sines - Preenchimento da Fábrica de Gelo com substituição das 800 m ² Ampliação do espaço de produção de Gelo - Novas Garrafas 1 e 4; Ampliação de casa das máquinas e Trabalho de Apoio de C. Civil e outros necessários	425.000	180	0,04%
DIREÇÃO DE PORTOS E LOTAS DO ALGARVE E DIREÇÃO DE GESTÃO COMUNITÁRIA DO ALGARVE	4.846.785	2.180.827	45,00%
Agro e Lagos - Requalificação e Adaptações dos Edifícios e Infraestruturas das Lotas e Casa, bem como o respetivo aproveitamento, para implementação de novas atividades de exploração	424.991	410.800	96,47%
Aljezur/Agro - Requalificação e Reconstrução do Edifício antigo Lota da Portimão - Aquisição e Montagem de Fábrica e Sêde de Gelo; Construção de Conservação de Pesca e Pesca da Lota; Trabalho de Apoio de C. Civil e outros	330.992	351.046	99,42%
Portimão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Casa	424.977	431.226	101,49%
Portimão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Requalificação das infraestruturas Exteriores, Casa e Cubertas	300.000	260.168	86,72%
Portimão - Remoção da Adaptação e Beneficiamento de Água Específica	0	45.892	-
Olhão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Casa	424.891	425.885	100,24%
Olhão - Reabilitação e aquisição de estruturas flutuantes e meios de proteção e alocação de infraestruturas de pesca, bem como das suas dependências	331.049	326.099	97,91%
Olhão - Requalificação das estruturas de contentes e segurança, melhoria e revista iluminação pública e novas PT e QGBT	330.390	308.135	93,28%
Tavira - Reabilitação e melhoria da Casa de Esportes de Passagem e Mercadorias nas Quatro Águas - 1ª Fase; na Maré Tavira Ampliação dos Cais para Atividades Marítimas-Turísticas de Calagem	60.000	590	0,98%
V. R. Alentejo - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Casa	109.347	107.875	98,66%
Portos do Algarve - Melhoria e modernização da gestão de resíduos e ações para defesa e conservação do ambiente	38.444	108.183	185,11%
Portos do Algarve - Resíduos de Atividades de Pesca	22.305	0	0,00%
TOTAIS:	8.369.924	6.307.177	75,34%



**6. RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO,
CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE
AUDITORIA**